



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 19

I Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 17 de abril de 2013

Presidente: *Deputada Ana Luís (substituída no decorrer da sessão pelo Vice-Presidente da ALRAA, Deputado Ricardo Cabral)*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Cláudio Almeida)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 09 minutos.

A sessão iniciou-se com o Período de Tratamento de Assuntos Políticos.

De acordo com o artigo 73º do Regimento da ALRAA foram apresentados diversos votos:

- [Voto de Congratulação pelo 25º aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Franca do Campo](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Carlos Mendonça (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado Humberto Melo (*PSD*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Saudação pelo 75º Aniversário da Filarmónica Popular Luzense**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Sobre o mesmo usaram da palavra os Srs. Deputados Valdemiro Vasconcelos (*PSD*), a quem coube a apresentação do voto, e José Ávila (*PS*).

Submetido à votação o voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelo “Centenário do Cine Teatro Lagoense, Francisco d' Amaral Almeida”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, o qual foi aprovado por unanimidade.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Pedro Moura (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado José Andrade (*PSD*).

- **Voto de Congratulação à Escola Básica e Secundária de Santa Maria pelo resultado alcançado na competição de minissatélites-CANSAT 2013**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, e também aprovado por unanimidade.

A leitura do voto coube à Sra. Deputada Aida Amaral (*PSD*).

- **Voto de Congratulação “pela conquista do Título de Campeão da III Divisão Nacional – Série Açores e subida à II Divisão Nacional pelo Sport Clube Praiense**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado António Parreira (*PS*), usaram da palavra a Sra. Deputada Judite Parreira (*PSD*) e o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Seguiu-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Congratulação “à equipa de voleibol masculino da Associação de Jovens da Fonte do Bastardo pela brilhante conquista da Taça de Portugal**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade, não sem antes ter usado da palavra a Sra. Deputada Judite Parreira (*PSD*), para proceder à apresentação do mesmo.

- [Voto de Congratulação pela inclusão do Geoparque dos Açores na rede Europeia de Geoparques](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Sobre este voto usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Borges (*PS*), que procedeu à leitura do mesmo, e Luís Rendeiro (*PSD*).

Aquando da votação, o voto supracitado foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação “pelas recentes nomeações de Ernest Moniz, Graig Cannonier, David Simas, Charles Sousa, Devin Nunes, Daniel da Ponte e Mário Silva para importantes funções governativas e parlamentares nos Estados Unidos da América e no Canadá”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado José Andrade (*PSD*), usou de seguida da palavra o Sr. Deputado José San-Bento (*PS*).

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Protesto “pelo adiamento sucessivo da construção da Nova Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico e pela acintosa forma como enganaram as pessoas daquele concelho apenas com objetivos eleitoralistas”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado Cláudio Lopes (*PSD*), usando posteriormente da palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado (*PS*).

Submetido à votação o voto foi rejeitado por maioria.

Ao abrigo do artigo 74º do Regimento da ALRAA, proferiu uma declaração política o Sr. Deputado Miguel Costa (*PS*).

Sobre a mesma usaram da palavra os Srs. Deputados António Marinho (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), Artur Lima (*CDS-PP*) e o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Posteriormente passou-se para a Agenda da Reunião.

O primeiro ponto, o [Projeto de Resolução n.º 15/X – “Recomenda ao Governo Regional que desenvolva as iniciativas necessárias com vista à aquisição de um navio com capacidade de transporte de passageiros, veículos e carga, para estabelecimento de uma ligação marítima regular,](#)

anual, entre as ilhas de São Miguel e Santa Maria”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP, foi rejeitado por maioria.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), iniciou-se o debate que contou com a participação das Sras. Deputadas Zuraida Soares (*BE*) e Aida Amaral (*PSD*), e dos Srs. Deputados Lizuarte Machado (*PS*), Francisco Silva (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), bem como do Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*).

Proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Seguiu-se o debate da Petição n.º 18/2012 – “Pela não destruição do Parque Arqueológico Subaquático da Baía de Angra do Heroísmo”, apresentada por Paulo Alexandre Monteiro, na qualidade de 1.º subscritor.

Após a leitura do relatório pela Sra. Deputada Renata Correia Botelho, relatora da Comissão de Assuntos Sociais, usaram da palavra os Srs. Deputados Domingos Cunha (*PS*), António Ventura (*PSD*), Zuraida Soares (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Posteriormente foi aprovado por unanimidade o **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/X – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional ao salário mínimo, do Complemento Regional de Pensão e da Remuneração Complementar**, após a justificação da urgência e dispensa de exame em comissão pela Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*).

Apresentada a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/X – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional ao salário mínimo, do Complemento Regional de Pensão e da Remuneração Complementar” pela Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*), iniciou-se o debate.

Assim, usaram da palavra os Srs. Deputados António Marinho (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*), António Marinho (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Submetida à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

Novamente por unanimidade foi aprovado o [pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 26/X – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pelo cumprimento do princípio da solidariedade nacional face aos prejuízos causados pelas intempéries que assolaram a região recentemente”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

O debate do Projeto de Resolução transitou para o dia seguinte.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 38 minutos.

Presidente: Bom dia a todos.

Agradeço que ocupem os vossos lugares. O Sr. Secretário da mesa vai fazer a chamada.

Eram 10 horas e 09 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Isabel Maria Duarte de **Almeida Rodrigues**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Miguel António Moniz da **Costa**

Paulo Alexandre Vieira **Borges**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata **Correia Botelho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo **Amaral**

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Berta Maria Correia Almeida Melo **Cabral**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José Maria de Medeiros **Andrade**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Francisco José Ferreira **Silva**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Está aberta a sessão. Pode entrar o público.

(Neste momento o Deputado Valdemiro Vasconcelos foi substituído na Mesa pelo Deputado Cláudio Almeida)

Sras. e Srs. Deputados, esta manhã dos nossos trabalhos está reservada para o tratamento de assuntos políticos e vamos começar com a apresentação dos votos.

Temos um Voto de Congratulação apresentado pelo Partido Socialista sobre o 25º aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Franca do Campo.

Para a leitura do voto tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

25º Aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Franca do Campo

No passado dia 26 de fevereiro de 2013, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Franca do Campo comemorou o 25º aniversário.

Com alguma incapacidade revelada pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada para corresponder às solicitações e suprir as necessidades das populações de três concelhos em simultâneo (Ponta Delgada, Lagoa e Vila Franca), surge a possibilidade de se criar uma secção de bombeiros voluntários no município de Vila Franca do Campo.

No entanto, começam a ser perceptíveis naturais inconvenientes que resultam da ausência de uma legítima corporação de bombeiros no concelho. É então que surge um grupo de cidadãos Vilafranquenses constituído por Jaime Nicolau de Medeiros Pacheco, António Alberto Rocha Dias, Eduardo Jorge da Costa Machado, Paulo Jorge Dias da Câmara de Carvalho e Melo, Gabriel da Trindade Saraiva Cravinho entre outros, que se dispõe a promover a fundação de uma nova associação.

Assim, a 26 de fevereiro de 1988, é fundada a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Franca do Campo. São oficialmente indigitado,

para constituir a comissão instaladora, Jaime Pacheco, António Alberto Dias e Eduardo Jorge Machado, ficando também responsáveis por elaborar um regulamento interno e assegurar a imediata operacionalidade da associação, exercendo transitoriamente todas as funções dos órgãos sociais.

É nomeado Mário Carreiro Batista, a 4 de abril de 1989, como o primeiro comandante da corporação, ficando este à frente da corporação durante 15 anos e 3 meses.

No mês de dezembro de 1988 é realizado o primeiro ato eleitoral da Associação. São eleitos para liderar a direção no biénio 1989-1990, Valdemar Inocêncio Esteves (Presidente), Manuel Correia da Ponte (Vice-Presidente) e José Nicolau Dias (Secretário).

A 12 de junho de 1998, por eleições antecipadas, é eleito como Presidente desta Associação, João Pedro Durão de Carvalho Cordeiro, que assinalava um novo período na história desta Associação Humanitária. Este, ao longo de 5 mandatos consecutivos, consegue reorganizar e melhorar os processos administrativos da associação, assegurar maior proximidade e confiança entre a direção e o comando operacional, bem como melhores instalações e mais viaturas de combate a incêndios e de emergência, ou seja, granjear para a associação melhores recursos e condições humanas, materiais e patrimoniais, fazendo jus ao lema da corporação “Humildes no Servir”, sempre em parceria com os Serviços Regionais de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

No dia 6 de maio de 2001, é fundada a charanga desta Associação, conquistando a simpatia da comunidade local e presenteando-a com excelentes atuações, sob a orientação do seu chefe Renato Coelho, não só a nível de eventos cívicos, como também religiosos, dando assim mais vida social e cultural à associação.

Já participou nas festas da Nova Inglaterra, Fall River, em agosto de 2002. Em 2009 em Toronto, no Canadá, onde integrou as celebrações do Dia da Autonomia dos Açores. E por último, em 2010, participou a convite do “Bristol Fourth of July Committee” na parada mais antiga que se realiza nos Estados Unidos da América.

Em 2004 é nomeado o atual comandante da corporação, Jorge Miguel Guilherme Coutinho.

O atual presidente da direção, Sr. Duarte Manuel Róias Pimentel, eleito pela 1ª vez a 29 de dezembro de 2007, e o Presidente da Assembleia Geral, Sr. Carlos Alberto da Silva Brito, recebem em nome da Associação, das mãos do Presidente de Câmara a 3 de março de 2013, um Voto de Louvor, reconhecendo os inestimáveis e relevantes serviços prestados aos vilafranquenses.

Esta instituição atualmente faz parte da identidade da Vila Franca do Campo, não só pelo empenho, esforço e dedicação que coloca em todas as missões que realiza, mas também pelo importante papel e intervenção social que desempenha, conferindo um sentimento de segurança e de estabilidade às populações.

Este voto serve para congratular o esforço de todas as sucessivas direções, dos órgãos sociais e dos homens e mulheres que as compõem, e cujo trabalho voluntariado, ao longo dos tempos, permitiu que se assistisse a importantes desenvolvimentos e evoluções, em termos de recursos técnicos, de equipamentos, de infraestruturas e de recursos humanos.

Este voto é também para congratular os “soldados da paz” que colocam a sua vida em risco para assegurar a proteção de vidas humanas e seus haveres, sem pedir nada em troca, com grande dignidade, profissionalismo e coragem nos atos, a favor do coletivo.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária em 17 de abril de 2013, aprove este voto de congratulação pelos 25 anos de existência da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Vila Franca do Campo.

Com a aprovação deste voto, propomos que este seja dado a conhecer à Direção, comando e mesa da assembleia geral da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Franca do Campo. Da mesma forma ao Município e Assembleia Municipal do mesmo concelho.

Horta, sala das sessões, 17 de abril de 2013

Os Deputados e as Deputadas do Partido Socialista: Berto Messias, José San-Bento, Miguel Costa, Francisco César, Carlos Mendonça, Isabel Almeida Rodrigues, Catarina Moniz Furtado, Ricardo Cabral, Pedro Moura, Benilde Oliveira, Renata Correia Botelho, Marta Couto e Graça Silva.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Humberto Melo, tem a palavra.

(*) **Deputado Humberto Melo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente o Partido Social Democrata associa-se a este voto pela comemoração do 25º Aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros de Vila Franca do Campo, desde logo, por reconhecer o dinamismo de um punhado de vila-franquenses que souberam criar uma instituição que, ao longo da sua história, tem vindo a prestar relevantes serviços à nossa ilha de São Miguel e em especial ao concelho de Vila Franca do Campo.

Na entidade da Associação Humanitária estendemos a todos os bombeiros o nosso voto pelos serviços que têm vindo a prestar em circunstâncias muitas vezes difíceis e complexas da vida das nossas populações.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para apresentação de um Voto de Saudação referente ao 75º Aniversário da Filarmónica União Popular Luzense, tem a palavra o Sr. Deputado Valdemiro Vasconcelos.

Deputado Valdemiro Vasconcelos (PSD): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

Voto de Saudação

A Ilha Graciosa tem 4 filarmónicas, Sociedade Filarmónica União Praisense, Filarmónica Recreio dos Artistas, Filarmónica União Popular Luzense e Filarmónica União Progresso do Guadalupe.

A Filarmónica União Popular Luzense completou no mês de Março 75 anos de existência.

Fundada a 27 de Março de 1938, sendo o seu primeiro presidente José Simões. Foi criada com o intuito de desenvolver a freguesia, sendo ainda hoje um centro de cultura e diversão da freguesia da Luz.

Possui uma sede própria que ao longo dos anos passou por alguns períodos de obras e ampliação.

Essas obras foram da responsabilidade de João Silveira em 1952, Fernando Mesquita e mais recentemente pelo atual Presidente George Ortins e respetivas Direções.

A sua sede foi casa para peças de teatro, recitais e até cinema, tendo mesmo adquirido uma máquina nos anos 70 com a colaboração sempre disponível dos seus associados.

Uma banda com cerca de 40 executantes, dinamiza um conjunto musical, para além de uma escola de músicos com 12 alunos.

Nas últimas décadas percorreu várias Ilhas Açorianas.

Deslocou-se no ano de 2000 ao Canadá visitando a comunidade de emigrantes, abrilhantando assim as Festas de Nossa Senhora da Luz na cidade de Toronto.

É sócia da Federação de Bandas Filarmónicas dos Açores.

Assim o Grupo Parlamentar do PSD ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um Voto de Saudação à Filarmónica União Popular Luzense da Freguesia da Luz, na Ilha Graciosa pelos 75 anos da sua fundação.

Que deste Voto seja dado conhecimento à Direção da FUPL e respetivos corpos gerentes.

Horta, Sala das Sessões, 18 de Abril de 2013

Os Deputados: Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Valdemiro Vasconcelos, José Andrade, João Bruto da Costa, Luís Garcia, Bruno Belo e Berta Cabral.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As filarmónicas são os verdadeiros conservatórios do povo. Imprimem dinâmicas nas comunidades onde estão inseridas, não só pelo ensino da música, mas também pelas atividades culturais que desenvolvem.

A Ilha Graciosa tem a sorte de ter quatro filarmónicas ativas, uma por freguesia, com gente de todas as idades, destacando-se os jovens, o que faz prever que o futuro estará garantido.

A Filarmónica União Popular Luzense é uma delas e está a completar, agora, os 75 anos de existência.

Dirigida por gente jovem e dinâmica, a Filarmónica União Popular Luzense presta um inestimável serviço à sua freguesia e à nossa ilha e possui projetos que no futuro próximo darão melhores condições aos seus sócios e a todos os luzenses.

É por isso que o Partido Socialista se vai associar também a este voto.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições passemos então à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

(Neste momento o Deputado Valdemiro Vasconcelos ocupou novamente o seu lugar na Mesa)

Presidente: Para apresentação de um Voto de Congratulação referente ao Centenário do Cine Teatro Lagoense, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Moura.

Deputado Pedro Moura (PS): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Centenário do Cine Teatro Lagoense

Francisco d' Amaral Almeida

O Cine Teatro Lagoense Francisco D' Amaral Almeida celebrou recentemente o seu primeiro centenário. Uma data que não deve passar despercebida, especialmente nesta altura em que os Açorianos se deparam com muitas salas de cinema encerradas. Devemos por isso realçar e relembrar o espírito empreendedor e inovador do homem responsável pela sua criação – Francisco D' Amaral Almeida.

A inauguração do Teatro Amaral, na altura como se designava, ocorreu a 1 de Fevereiro de 1913 e deveu-se à grande visão do seu proprietário e também Administrador do Concelho, Francisco d' Amaral Almeida que pretendia levar a cultura a todos os lagoenses. Grande entusiasta do teatro, cenógrafo amador adquiriu o terreno e elaborou ele mesmo o projeto, tendo também orientado a construção. Pelo Teatro Amaral, atualmente Cine Teatro Lagoense Francisco D' Amaral de Almeida, passaram sessões de cinema, peças de teatro, concertos musicais, conferências, colóquios, palestras com destaque para as promovidas pelo Circulo de Amigos da Lagoa e que constituíram importante espaço de reflexão sobre os problemas da sociedade açoriana nas décadas de 60 e 70 antes do 25 de Abril. No cine Teatro Lagoense a Câmara Municipal tem promovido diversas sessões solenes que marcam a atividade do município e a história do concelho. Esta centenária casa de espetáculos reflete a história da, agora, cidade da Lagoa e demonstra o empenho do concelho no seu desenvolvimento cultural.

Este voto serve para nos congratularmos com o espírito inovador de Francisco D' Amaral Almeida e com o trabalho desenvolvido por todos aqueles que durante 100 anos mantiveram o Teatro Amaral. É um voto também de louvor à Camara Municipal da Lagoa que nos últimos anos tem mantido, requalificado e melhorado, nomeadamente ao nível dos equipamentos, o atual Cine Teatro Lagoense Francisco D' Amaral de Almeida.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária em 17 de Abril de 2013, aprove este voto de congratulação pelos 100 anos de existência do Teatro Amaral.

Propomos que deste voto seja dado conhecimento à Direção do Cine Teatro Lagoense Francisco D' Amaral bem como à Camara e Assembleia Municipais da Lagoa.

Horta, sala das sessões, 17 de abril de 2013

Os Deputados e as Deputadas do Partido Socialista: Berto Messias, Pedro Moura, Ricardo Cabral, Francisco César, Graça Silva, Catarina Moniz Furtado, Marta Couto, Benilde Oliveira, Carlos Mendonça, Isabel Almeida Rodrigues e Renata Correia Botelho.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Andrade, tem a palavra.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O centenário do Cine Teatro Lagoense Francisco d' Amaral Almeida bem merece o Voto de Congratulação proposto pelo PS e, por isso, merece também a entusiástica adesão do PSD. É, atualmente, a mais antiga casa de espetáculos dos Açores.

A construção das atuais instalações do Teatro Faialense em 1916, do Coliseu Micaelense em 1917, do Teatro Angrense em 1926, do Teatro Ribeiragrandense em 1933 e do Teatro Micaelense em 1951, por muito importante que seja no panorama cultural açoriano, ocorreu já depois da edificação do então designado

“Teatro Amaral”, inaugurado a 1 de fevereiro de 1913, que tinha e mantém na sua pequena estrutura uma grande importância local para a antiga vila e nova cidade de Lagoa.

Como bem refere o Voto proposto, o seu atual patrono foi o seu corajoso fundador.

Multifacetado empreendedor e dinamizador lagoense, Francisco d’Amaral Almeida, pintor e jornalista, foi pioneiro da fotografia amadora, entusiasta do teatro cenógrafo, introdutor da projeção cinematográfica, impulsionador da atividade desportiva e, até, presidente da Câmara Municipal da Lagoa em 1931. Ainda jovem, enfrentando a oposição do pai e vencendo a dificuldade da época, adquiriu o terreno, elaborou o projeto e promoveu a construção da primeira casa de espetáculos da Lagoa, que viria a liderar localmente a vida sócio-cultural durante os 100 anos que agora completa.

A sua sobrevivência e modernização é mérito próprio do Poder Local, que na Lagoa – como nos Municípios de Ponta Delgada, Ribeira Grande, Angra do Heroísmo e Horta – assegurou a revitalização das suas casas de espetáculos mais emblemáticas.

O centenário do Cine Teatro Lagoense Francisco d’Amaral Almeida representa desta forma um bom exemplo cultural da capacidade empreendedora das comunidades locais de ontem e de hoje.

Merece, por isso, também a nossa congratulação.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para apresentação de um Voto de Congratulação à Escola Básica e Secundária de Santa Maria, tem a palavra a Sra. Deputada Aida Amaral.

Deputada Aida Amaral (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Mais uma vez a ilha de Santa Maria, provou que apesar da sua pequena dimensão não invalida a realização de grandes feitos. Novamente a Escola Básica e Secundária de Santa Maria, mostrou a sua capacidade de realização de um projeto que vai muito para além das suas fronteiras físicas.

Num mundo cada vez mais global e globalizante, a equipa mariense, AIR SAT ONE TEAM, da Escola Básica e Secundária de Santa Maria, composta por Joana Batista (Telecomunicações), Maria Francisca Coelho (Aerodinâmica), Mariana Sousa (Software) e Rute Silva (Eletrónica), alunas do 10º ano, da área de ciências e tecnologias e pelos professores Juan Nolasco e Hélder Chaves, venceram a competição de minissatélites-CANSAT 2013, que decorreu na Holanda entre 10 e 14 abril de 2013.

Estas alunas demonstraram que os sonhos podem-se realizar, mas para isso é necessário que exista uma mola impulsionadora. O professor Juan Nolasco, tem sido desde há muito esse impulsionador, dando mostras de um empenho, dedicação e pedagogia à sua profissão, mas também incentivando os seus alunos a atingirem a excelência internacional como foi agora o caso do concurso realizado na Holanda promovido pela ESA e onde as alunas marienses conquistaram o 1º Prémio entre 15 países concorrentes, sendo nove equipas de iniciados e seis de avançadas, onde se inclui a equipa mariense.

Este evento, organizado pela ESA, e tinha como finalidade desafiar os alunos de secundário a construírem um mini satélite (do tamanho de uma lata de refrigerante) para ser lançado a uma altitude de 1000mts e que teria de realizar algumas tarefas, previamente programadas pela equipa.

A missão primária e comum a todos os participantes, consistia em, após o lançamento, serem transmitidos para uma estação terrestre os dados relativos à altitude, à temperatura do ar e à pressão atmosférica.

A missão secundária, definida pela equipa mariense e coordenadas pelos professores Hélder Chaves e Juan Nolasco consistia em que o modelo criado

tivessem as características aerodinâmicas necessárias para que retornasse à superfície a planar.

Este voto de congratulação, reconhece não só o esforço e empenho que todos demonstraram, mas também um reconhecimento à Escola, por aderir e apoiar a participação destes e outros projetos. Num espaço de um mês, a Escola de Santa Maria, viu os seus alunos ficarem em primeiro lugar, na presença de duas alunas do Ensino Básico no Parlamento Jovem, indo a Lisboa, no próximo mês de maio, representar Santa Maria na Assembleia da República, colocando assim o nome de Santa Maria, no top europeu das tecnologias e da política nacional.

É de saudar, que todos os elementos das equipas vencedoras terem sido jovens alunas, o que vem destacar a presença do sexo feminino em áreas que até então eram apanágio do sexo masculino, Política e Tecnologias Aeroespaciais.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, um Voto de Congratulação à escola Básica e Secundária de Santa Maria. Este voto deve ser dado conhecimento a todos os participantes do projecto Cansat 2013, alunas e professores, à escola de Santa Maria, à ESA, à Camara Municipal e Junta de Freguesia de Vila do Porto.

Horta, Sala das Sessões, 17 de Abril de 2013

Os Deputados: Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Aida Amaral, Cláudio Lopes, Cláudio Almeida, Luís Garcia e Bruno Belo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos então passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para apresentação do **Voto de Congratulação** do Partido Socialista referente à conquista do título de campeão da 3ª Divisão Nacional pelo Sport Clube Praelense, tem a palavra o Sr. Deputado António Parreira.

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Conquista do Título de Campeão da III Divisão Nacional

Série Açores pelo Sport Clube Praiense

No passado dia 17 de Março de 2013, o Sport Clube Praiense, garantiu o título de Campeão da III Divisão Nacional – Série Açores, o que permite, pela terceira vez, disputar o Campeonato da II Divisão Nacional.

Fundado a 14 de Novembro de 1947, o Sport Clube Praiense é um dos mais representativos clubes da Praia da Vitória, da Ilha Terceira e dos Açores.

É vasto o palmarés desta colectividade. Ao longo dos seus 65 anos de existência, alcançou momentos de glória e êxitos desportivos, quer através da sua equipa principal de futebol, quer através dos seus escalões de formação, graças ao esforço e dedicação dos seus dirigentes, colaboradores, atletas, associados e simpatizantes.

Além das conquistas regionais e nacionais no futebol sénior, é também de destacar todo o trabalho desenvolvido nos escalões de formação, o que faz deste clube uma referência regional nesse âmbito.

No futebol sénior, na presente época de 2012/2013, o Sport Clube Praiense apostou num plantel 100% açoriano, sendo 80% com formação no clube,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... juntando a esta realidade uma equipa técnica constituída por três ex-jogadores do Clube, havendo, ainda, uma grande percentagem de jogadores da equipa principal que são filhos ou netos de antigos atletas do clube.

De realçar ainda o trabalho social e cultural desenvolvido por esta colectividade, através dos eventos organizados e promovidos na sua Sede Social.

As nossas instituições ou coletividades de carácter desportivo, cultural ou outro, desempenham um papel preponderante no progresso e desenvolvimento das comunidades locais, envolvendo as populações e, quando conseguem atingir os objetivos e obter sucesso nas suas iniciativas, projetam com isso, os seus nomes, o nome da sua freguesia, concelho ou ilha para além fronteiras.

Está de parabéns o Sport Clube Praisense e todos os praienses por mais este título.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão Plenária no período legislativo de 17 de abril de 2013, a aprovação deste Voto de Congratulação, pela conquista do Título de Campeão da III Divisão Nacional – Série Açores e subida à II Divisão Nacional pelo Sport Clube Praisense.

Do presente Voto de Congratulação deve ser dado conhecimento aos Órgãos Sociais do Sport Clube Praisense, equipa técnica, departamento médico, jogadores e demais colaboradores.

Horta, Sala das sessões, 17 de Abril de 2013

Os Deputados Regionais do Partido Socialista: Berto Messias, António Toste, Domingos Cunha, Paulo Borges, Francisco Coelho e Cláudia Cardoso.

Deputados Ricardo Cabral e Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Judite Parreira, tem a palavra.

(*) **Deputada Judite Parreira (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se com todo o gosto a este voto reafirmando e sublinhando o excelente contributo que o Sport Clube Praisense tem dado na afirmação do desporto da Ilha Terceira e no contexto do desporto açoriano.

É um orgulho para todos os praienses este título de campeão da 3ª Divisão Nacional, agora alcançado pelo Sport Clube Praisense, com o mérito acrescido de ter um plantel constituído a 100% com atletas açorianos,...

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... sendo 80% atletas com formação no clube.

O Grupo Parlamentar do PSD-Açores aproveita o ensejo para também felicitar os atletas e seus dirigentes por este feito desportivo que muito nos orgulha.

Muito obrigada.

Deputados Jorge Macedo e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PPM associa-se com muito gosto a este Voto de Congratulação.

É, de facto, um clube pelo qual eu tenho um grande carinho, que acompanhei no âmbito da formação, vi muitos jogos do Praisense nos últimos três anos e tive a oportunidade de verificar o empenho, a escola de formação e realmente o exemplo que o Praisense é nesta matéria.

Portanto, tenho uma grande alegria em associar-me a este voto. Tenho até ligações familiares, em relação ao desempenho deste clube, já que o meu filho mais velho chegou a jogar na equipa principal do praiense.

É com muito gosto que me associo a este voto.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para apresentação de um Voto de Congratulação referente à conquista da Taça de Portugal em Voleibol pela equipa Sénior Masculina da Associação de Jovens da Fonte do Bastardo, apresentado pelo PSD, tem a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira.

Deputada Judite Parreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

A equipa sénior masculina da Associação de Jovens da Fonte do Bastardo conquistou no passado dia 23 de março no pavilhão multidesportos Dr. Mário Mexia em Coimbra, a Taça de Portugal em voleibol, sendo a primeira vez que uma equipa masculina conquista este troféu.

A conquista da Taça de Portugal por uma equipa dos Açores é sempre motivo de grande satisfação e de indisfarçável orgulho, não apenas para os diretamente envolvidos, mas também para todos os amantes da modalidade, do desporto, e para todos os açorianos de um modo geral. A conquista desta taça é o culminar de uma excelente prestação que vem sendo demonstrada ao longo dos anos, fruto de um trabalho sério e profícuo, pela Associação de Jovens da Fonte do Bastardo.

“*Deus quer, o homem sonha, a obra nasce*” escreveu Fernando Pessoa. Assim nasceu em 21 de outubro de 1975, na freguesia da Fonte do Bastardo, no concelho da Praia da Vitória, a Associação de Jovens da Fonte do Bastardo. Desde logo se afirmou no panorama desportivo local, contribuindo para o desenvolvimento global e harmonioso dos jovens da freguesia, proporcionando-lhes uma salutar ocupação dos tempos livres.

Mas se “*Pelo sonho é que vamos*” como escreveu, também, Sebastião da Gama, os homens e as mulheres da Fonte do Bastardo sonharam e acreditaram que era possível levar o nome da Fonte do Bastardo, da Terceira e dos Açores para além dos limites geográficos da região. Exerceram com responsabilidade o seu dever de cidadania e de envolvimento nos destinos das agremiações e contribuíram para o prestígio da coletividade.

Porque aos grandes feitos estão associados grandes nomes, de grandes homens, ao percurso efetuado e aos êxitos alcançados pela Associação de Jovens da Fonte do Bastardo ficará para sempre associado o nome de Vitalino Fagundes.

O homem que ao longo dos tempos tem sido o seu presidente, o homem do leme, que contra ventos e marés, tem sabido conduzir com prestígio os destinos daquela associação, contribuindo para a promoção da modalidade junto das camadas mais jovens. Poderá, Manuel Vitalino Toledo Fagundes, deixar um dia a Associação, mas o seu nome permanecerá, qual tatuagem, na história do voleibol da ilha Terceira e da Fonte do Bastardo em particular, pelo exemplo que deu de que “querer é poder”!

A ele, e a todos quantos à Associação de Jovens da Fonte do Bastardo estão ligados, os Açores agradecem a conquista de mais este importante título.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação deste voto de congratulação à equipa de voleibol masculino da Associação de Jovens da Fonte do Bastardo pela brilhante conquista da Taça de Portugal, felicitando os atletas, equipa técnica, dirigentes, patrocinadores e toda a massa associativa, desejando-lhes muitos mais sucessos desportivos.

Horta, Sala das Sessões, 17 de abril de 2013

Os Deputados Regionais: Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Luís Garcia, Luís Rendeiro, Bruno Belo e Judite Parreira.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para apresentação de um Voto de Congratulação, apresentado pelo Partido Socialista, referente ao Geoparque dos Açores ter sido integrado na Rede Europeia de Geoparques, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Borges.

Deputado Paulo Borges (PS): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, Srs. Secretários:

Voto de Congratulação

Geoparque dos Açores aceite na rede Europeia de Geoparques

Um geoparque é uma área com expressão territorial e limites bem definidos, com um notável património geológico, servindo de mote a uma estratégia de promoção do bem-estar das populações, mantendo o respeito pelo ambiente e promovendo o desenvolvimento sustentável.

Um geoparque promove: a geoconservação (preservação da geodiversidade dos geossítios); a educação e sensibilização ambiental; e o desenvolvimento sustentável (estimulando a sócio economia através do geoturismo).

A Rede Europeia de Geoparques (REG) foi criada em 2000 como organização independente, contando a partir de 2001 com o apoio da Divisão de Ciências da Terra da UNESCO. Em Outubro de 2004, a REG e a UNESCO assinaram a Declaração de Madonie, que estipula a Rede Europeia de Geoparques como mecanismo de inclusão dos geoparques europeus na Rede Global de Geoparques da UNESCO.

Em 2004 foi criada a Rede Global de Geoparques (RGG). Esta rede, em rápido crescimento, promove serviços de elevada qualidade, partilhando entre os vários Geoparques, estratégias e boas práticas comuns para a geoconservação, preservação ambiental em geral e o intercâmbio de conhecimentos e apoios em diversas áreas. A gestão e as atividades dos Geoparques da UNESCO regem-se pelas linhas de referência e pelos critérios definidos por esta instituição.

A GEOAÇORES – Associação Geoparque Açores, foi constituída a 19 de Maio de 2010, com sede na cidade da Horta, tendo como sócios fundadores, o Governo Regional dos Açores, através da antiga Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, a ADELIAÇOR – Associação para o Desenvolvimento Local de Ilhas dos Açores, a ARDE – Associação Regional para o Desenvolvimento, a GRATER – Associação de Desenvolvimento Regional e a ASDEPR – Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural. Teve assim um início que foi importante para a promoção do Geoparque dos Açores.

A GEOAÇORES é uma associação de direito privado sem fins lucrativos, que representa a estrutura de gestão do Geoparque Açores, responsável pela

dinamização desta estrutura na Região, bem como desenvolver o processo de candidatura do Geoparque Açores às redes Europeia e Global de Geoparques.

Neste sentido, compete à associação GEOAÇORES desenvolver ações de geoconservação, educação para o desenvolvimento sustentável, promoção do turismo e estímulo à investigação, formação e promoção do conhecimento científico em áreas temáticas relacionadas com as geociências e o ambiente no território do Geoparque Açores.

A integração do Geoparque Açores na Rede Europeia de Geoparques é um grande acontecimento para a região e irá reforçar as interligações entre a geologia, as paisagens vulcânicas, a biodiversidade e os valores culturais, incluindo o Homem Açoriano. Esta visão holística e integradora potenciará sinergias e servirá de estímulo adicional para todos os intervenientes no projeto, incluindo os parceiros do geoparque, as escolas, as empresas e investidores, em especial do sector turístico e os artesãos e produtores locais, entre outros.

O geoparque Açores está localizado numa região que constitui um autêntico laboratório natural para estudos de geologia, geomorfologia, vulcanologia e diversas outras áreas científicas, como a sismologia, a oceanografia, ecologia e a climatologia. Daqui poderá resultar a produção de inúmeros trabalhos científicos e de investigação sobre os Açores, incluindo teses de doutoramento e mestrado, livros, publicações em revistas científicas nacionais e internacionais e a participação, e realização, de reuniões e congressos científicos. A importância científica da Região assume uma especial relevância no âmbito das Ciências da Terra, dado o seu peculiar enquadramento geodinâmico global, vulcanismo ativo, paisagens vulcânicas e neotectónica.

A relevância internacional do património geológico do território açoriano, o seu valor científico, cénico e educacional e, simultaneamente, a existência de uma rica biodiversidade e geodiversidade, e um assinalável património cultural, constituem os fundamentos para a implementação no território de políticas de desenvolvimento sustentável, fortemente suportadas em estratégias de proteção ambiental, em geral, e de geoconservação, em particular. Na medida em que concorrem para este objetivo, o Governo Regional dos Açores considerou a

criação e implementação do Geoparque Açores como um projeto estruturante para a Região e incluiu este desiderato nos seus programas para os períodos 2008-2012 e 2012-2016.

A integração do Geoparque Açores na Rede Europeia de Geoparques irá reforçar as interligações entre a geologia, as paisagens vulcânicas, a biodiversidade e os valores culturais, incluindo o Homem Açoriano. Esta visão holística e integradora potenciará sinergias e servirá de estímulo adicional para todos os intervenientes no projeto.

A possibilidade de utilização da marca “Rede Europeia de Geoparques”, patrocinada pela UNESCO, constitui um argumento forte para a presente candidatura, na medida em que reconhecerá o arquipélago dos Açores como uma região de qualidade e excelência e que se orienta por princípios de exigência e notoriedade internacionalmente reconhecidos. Esta marca reforçará, ainda, a notoriedade da singular geodiversidade e património geológico dos Açores, colocados ao serviço de uma estratégia de desenvolvimento sustentado das comunidades baseado, designadamente, no respeito pelos seus valores ambientais.

Com o lema “9 Ilhas – 1 Geoparque”, o Geoparque Açores configura-se como um Geoparque inovador, na medida em que constitui o primeiro território verdadeiramente arquipelágico: todas as 9 ilhas integram o geoparque, são povoadas e possuem infraestruturas e serviços que garantem o desenvolvimento das atividades do geoparque. Adicionalmente, a localização geográfica dos Açores, entre os continentes europeu e americano, faz deste território Atlântico uma verdadeira “ponte entre dois continentes.

O Geoparque Açores, assenta numa rede de 121 geossítios dispersos pelas nove ilhas e zona marinha envolvente, os quais asseguram a representatividade da geodiversidade do arquipélago dos Açores e traduzem a sua história geológica e eruptiva de cerca de 10 milhões de anos. De entre estes, 57 geossítios foram selecionados como prioritários para o desenvolvimento de estratégias de geoconservação e a implementação de ações de valorização no âmbito do Geoparque Açores, os quais se distribuem pelas ilhas de Santa Maria (5), São

Miguel (10), Terceira (7), Graciosa (5), São Jorge (5), Pico (8), Faial (6), Flores (6) e Corvo (3), e os fundos marinhos do Plateau dos Açores (2).

Pelo exposto, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nos termos Regimentais e Estatutários aplicáveis, propõem à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, a aprovação de um Voto de Congratulação pela inclusão do Geoparque dos Açores na rede Europeia de Geoparques.

Que deste Voto seja dado conhecimento à GEOAÇORES – Associação Geoparque Açores e a todos os Diretores dos Parques Naturais dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 17 de Maio de 2013.

Os Deputados Regionais do Partido Socialista: Berto Messias, Isabel Almeida Rodrigues, Cláudia Cardoso, Pedro Moura, Paulo Borges e Graça Silva.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Exma. Senhora e Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se entusiasticamente a este voto não só devido ao significado e importância do mesmo, mas também ao texto integral que compõe o voto.

Estes são os passos com que se constrói a marca Açores e é através de circunstâncias destas que se faz o tal caminho certo que os Açores querem percorrer.

Com esta certificação da nossa qualidade damos um salto na valorização dos Açores, essencial para que as nossas mais-valias ambientais se possam traduzir em geração de riqueza. Saiba o Governo dos Açores trazer para cá o turismo e os negócios.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O geoparque dos Açores é um sucesso e os Açores estão de parabéns. Que seja um meio e não um fim.

Este reconhecimento de nada servirá se ficar emoldurado, engavetado ou refém apenas do meio científico.

Há que fazer mais caminho, mais trabalho e gerar riqueza e empregos.

O caminho é o certo, mas há, no entanto, que percorrê-lo bem.

Muito obrigado.

Deputada Berta Cabral (PSD) e Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem diria que o Luís Rendeiro iria elogiar o Governo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para apresentação de um Voto de Congratulação, apresentado pelo Partido Social Democrata, tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

A Diáspora Açoriana merece o orgulho – sentido e assumido – da Região Autónoma dos Açores.

Desde sempre os nossos irmãos que atravessam o Atlântico conquistam o respeito das comunidades de acolhimento pelo trabalho esforçado e honesto desenvolvido em sucessivas gerações de anonimato individual e reconhecimento coletivo.

Desde há muitos anos que de entre todos alguns se destacam em notável atividade pública ou privada, de projeção local, provincial, estadual e mesmo nacional, na vida sócio-cultural, económica e política dos dois lados dos Estados Unidos da América e do Canadá.

Desde há poucos meses que muitos açorianos, de naturalidade ou descendência, conquistam posições liderantes – algumas reconfirmadas, outras inéditas – em patamares distintos e em diferentes poderes da política norte-americana.

- **Ernest Moniz**, natural de Fall River e filho de micaelenses, foi nomeado em março para Secretário de Estado da Energia dos Estados Unidos da América.
- **Graig Cannonier**, bisneto de açorianos, foi eleito em dezembro para Primeiro-Ministro da Bermuda.
- **David Simas**, filho de um emigrante do Faial da Terra, foi nomeado em janeiro para Assessor e Conselheiro do Presidente dos Estados Unidos da América na área da Comunicação e Estratégia.
- **Charles Sousa**, filho de portugueses continentais que casou com uma emigrante natural de Rabo de Peixe, foi empossado em fevereiro como Ministro das Finanças do Governo do Ontário, no Canadá.
- **Devin Nunes**, nascido na Califórnia como filho de açorianos, foi nomeado em janeiro para Presidente do Subcomité do Comércio do Congresso Federal dos Estados Unidos da América.
- **Daniel da Ponte**, nascido na costa leste como filho de emigrantes de Rabo de Peixe, foi reconduzido em janeiro para Presidente da Comissão das Finanças do Senado Estadual de Rhode Island.
- **Mário Silva**, natural de Santa Bárbara da Ribeira Grande, foi nomeado em janeiro pelo Primeiro-Ministro do Canadá como Presidente do Grupo de Trabalho para a Cooperação Internacional em Memória do Holocausto, Educação e Investigação.

São sete importantes conquistas políticas da Diáspora Açoriana só nos últimos quatro meses, entre outras possíveis, que merecem o reconhecimento político e a congratulação formal do primeiro órgão de governo próprio da Região Autónoma dos Açores.

Afinal, de cada vez que um de nós se torna notável, todos nós ficamos notados e os Açores notabilizam-se na América.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Congratulação** conjunto pelas recentes nomeações de Ernest Moniz, Graig Cannonier, David Simas, Charles Sousa, Devin Nunes, Daniel da Ponte e Mário Silva para importantes funções governativas e parlamentares nos Estados Unidos da América e no Canadá, do qual deve ser dado conhecimento formal aos próprios.
Horta, Sala das Sessões, 17 de abril de 2013

Os Deputados Regionais: Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, José Andrade, Berta Cabral, Bruno Belo e Luís Garcia.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista naturalmente associa-se a este voto.

Associamo-nos à felicitação a todos os recém-eleitos ou nomeados.

Sempre defendemos a grande importância, que se reveste para os Açores, de membros da nossa diáspora, descendentes de açorianos, aumentarem a sua participação e a sua influência em termos políticos, não só em termos políticos, mas neste caso em concreto é disso que estamos aqui a falar.

Achamos que o voto tem esse mérito e por isso mesmo votaremos a favor.

Termino apenas referindo que uma Região como a nossa, com a inserção que tem e com os problemas que tem, deve ver neste conjunto de personalidades uma oportunidade para podermos cooperar de forma mais estruturada e substantiva.

Salientamos nesse aspeto uma recente iniciativa do Sr. Presidente do Governo em relação àquilo que se irá verificar na Base das Lajes.

Esta é uma forma de olhar para as nossas comunidades, a nossa diáspora e particularmente para os Estados Unidos, face ao exemplo que referi, que também deve convocar a ponderação desta Assembleia.

Achamos que nesta relação com os Estados Unidos o Parlamento dos Açores não se pode eximir e deve continuar um trabalho que vem do passado e, se possível, aprofundá-lo.

Aqui fica expressa a opinião do Grupo Parlamentar do PS.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O Sr. Deputado Berto Messias pediu a palavra?

Deputado Berto Messias (PS): Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Para pedir um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental. Regressamos às onze e meia.

Eram 11 horas e 05 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 44 minutos.

Para apresentação de um Voto de Protesto, pelo Partido Social Democrata, sobre a Escola das Lajes do Pico, tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto – Escola das Lajes do Pico

O compromisso de construção da Nova Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico e o seu respetivo incumprimento têm constituído um dos mais

emblemáticos “embustes políticos” dos quatro governos socialistas que têm governado os Açores, nesta segunda metade da nossa autonomia democrática.

Entre promessas eleitorais e compromissos do Governo, o partido socialista tem vindo a iludir a comunidade educativa do Concelho das Lajes do Pico com a ideia da construção de uma Nova Escola Básica e Secundária, sem que tal, até agora, se tenha concretizado.

Depois de 15 anos de ilusões e desilusões sobre esta matéria, o Governo Regional, pela pessoa do seu Presidente de então, Carlos César, apresentou, pomposamente, em Abril do ano passado, nas Lajes do Pico, o projeto da Nova Escola. Este acabou por ser apenas mais um momento de renovação formal de um compromisso muito antigo, muito embora tenha encantado toda uma sala repleta de gente que parecia, finalmente, “ver a luz do dia” relativamente a uma infraestrutura há muito esperada.

Tudo levava a crer que este processo não teria mais recuo e que a partir de agora restava apenas o desenrolar normal da tramitação processual e burocrática, dentro dos prazos legais previstos e que em 2013 a obra teria o seu início no terreno, com um bom grau de desenvolvimento, por forma a que, no prazo de 24 meses, ela estivesse concluída. Se assim acontecesse a comunidade escolar do Concelho das Lajes do Pico poderia justamente passar a usufruir, a partir de 2015, de uma moderna e ajustada infraestrutura de ensino.

Na verdade não se trata apenas de um desejo ou de um anseio desta comunidade escolar. Trata-se de uma necessidade premente em construir uma Nova Escola para substituir a atual infraestrutura que se encontra num elevado grau de degradação, que põe diariamente em risco, centenas de alunos, professores e funcionários que frequentam aquela unidade de ensino.

A gravidade do assunto não se reduz assim, ao “logro político” que em torno deste assunto se tem verificado nestes anos todos, mas sim porque o mesmo atinge o foro da segurança física e do risco de vida a que estão sujeitos todos os que diariamente utilizam os diferentes espaços funcionais daquela escola.

A surpresa volta a surgir quando se verifica na anteposta dos documentos Orientações de Médio Prazo (2013-2016), mas sobretudo no Plano Regional

Anual para 2013, onde aparece uma verba que consideramos residual para um investimento previsto de 14 milhões de euros.

Desfeitas as dúvidas, temos agora a confirmação da tutela de que este projeto vai sofrer novo adiamento, já que o financiamento desta obra só será assegurado com verbas do novo Quadro Comunitário de Apoio.

Para sermos verdadeiros, e espero que pela primeira vez neste processo o Governo fale verdade, a Nova Escola das Lajes do Pico poderá apenas, e na melhor das hipóteses, entrar em funcionamento no ano escolar 2016/2017.

Estaremos assim a falar de mais 3 ou 4 anos de espera e de uma diferença temporal de 20 anos entre a 1ª promessa e o seu eventual cumprimento.

Esta ficará, sem sombra de dúvida, como a “mentira política” mais emblemática do partido socialista e de 5 Governos por ele suportados, durante duas décadas.

O Grupo Parlamentar do PSD apresenta assim aqui neste Parlamento o seu mais veemente protesto pelo adiamento sucessivo e sistemático de uma obra tão importante e necessária como a da nova Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico; pelo incumprimento das promessas eleitorais e dos compromissos dos vários Governos das últimas Legislaturas; pela falta de vontade política relativamente a esta obra, mas sobretudo pela má-fé política em terem lançado, há 8 meses atrás e em vésperas de eleições regionais, a concurso público este projeto para agora o suspenderem com o argumento de não estar assegurado o respetivo financiamento.

Não é vergonha o Governo não ter dinheiro para fazer tudo o que pretende. Vergonha é refugiar-se na “mentira política” para enganar as populações, apenas e somente com objetivos eleitoralistas.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Isto é que é inadmissível!

Por isso, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um voto de protesto pelo adiamento sucessivo da construção da Nova Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico e pela acintosa forma como enganaram as pessoas daquele Concelho apenas com objetivos eleitoralistas.

Mais se propõe que deste voto se dê conhecimento ao conselho executivo da Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico; ao conselho local de educação; à assembleia de escola; à associação de pais e encarregados de educação das Lajes do Pico; à associação de estudantes da escola Básica e Secundária das Lajes do Pico, bem como à Câmara Municipal das Lajes do Pico.

Disse.

Horta, 17 de abril de 2013.

Os Deputados: Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Luís Garcia, Cláudio Lopes, Jorge Costa Pereira e Bruno Belo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Cláudio Lopes, em nome da verdade, devo começar por dizer que, quanto ao estado de degradação do atual edifício e das péssimas condições em que nele decorre a atividade escolar, estou de acordo com V. Exa.

Aliás, disso já dei conhecimento, por escrito, quer ao anterior Governo, quer ao atual Governo, embora adjetivando de forma um pouco mais vincada e mais firme do que V. Exa. fez.

Deputado Luís Garcia (PSD): Então vai aprovar o voto!

O Orador: Também em nome da verdade, deve ficar esclarecido que, relativamente a esta matéria, os sucessivos governos regionais nunca pararam.

Lembra-se V. Exa. que quando a questão se colocou pela primeira vez era V. Exa. Presidente da Câmara das Lajes do Pico, e dispôs-se, e bem, a colaborar no processo, cedendo os terrenos onde está atualmente o campo de jogos.

Como sabe essa solução não foi possível, porque o departamento competente da Universidade dos Açores considerou que a falésia adjacente era uma falésia não consolidada. Portanto, podia vir a colocar alguma situação de algum desastre de proporções que não podemos imaginar e que não queríamos que acontecesse.

Posteriormente, passou-se para uma segunda fase, como sabe e acompanhou V. Exa. de perto, porque ainda nessa altura era Presidente da Câmara Municipal das Lajes do Pico, que era a fase da possibilidade da recuperação e ampliação do atual edifício.

Essa fase também não foi possível, por um lado porque não era possível conciliar isso com a malha urbana da vila; por outro lado, porque o relatório do Laboratório Regional de Engenharia Civil foi muito claro ao afirmar que aquele edifício futuramente teria que vir a ser demolido, uma vez que as suas fundações estavam construídas abaixo do lençol freático, constituído por água salgada.

Portanto, o edifício estava a degradar-se a partir das próprias fundações e aquela zona envolvente não suportaria edifícios com cargas muito significativas.

Avançou-se então para uma terceira solução, que foi a aquisição dos terrenos que neste momento são propriedade da Região e para a elaboração do projeto.

O projeto foi apresentado como V. Exa. refere no voto.

Dessa apresentação resultou uma série de sugestões que se decidiu que deviam ser tidas em conta.

O projeto entrou em fase de reanálise, foi reapreciado, foi refeito, digamos assim, e foi lançado o concurso pela anterior Secretária da Educação, no final da legislatura passada, concurso que, aliás, como afirmou V. Exa., não foi suspenso. Continua a decorrer com a sua tramitação normal, com as reclamações, com a correção de erros e omissões do projeto levantadas pelos concorrentes.

Portanto, este processo que acabei de dizer é público e é do conhecimento de todos os lajenses.

Aliás, não foi com ilusões políticas e iludindo as pessoas que desde 2000 o PS sistematicamente ganha eleições regionais no Pico e particularmente com margens muito expressivas no concelho das Lajes do Pico.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Foi porque os lajenses desde sempre tiveram conhecimento deste processo, deste e de todos os outros. Este processo é público e todos têm conhecimento dele.

Por isso, por todas estas razões, não nos podemos associar a este Voto de Protesto, muito pelo contrário, o que nós fazemos é congratularmo-nos, nas difíceis situações financeiras em que nos encontramos, em que a Região se encontra, nos momento em que vivemos, por o Sr. Presidente do Governo manter firme o compromisso de avançar com esta obra nos moldes em que o concurso está a decorrer e logo que o novo Quadro Comunitário de Apoio tenha verbas disponíveis para a sua concretização.

Este é um compromisso. É um compromisso assumido pelo Sr. Presidente do Governo, é um compromisso do qual eu não duvido e tenho a certeza que se concretizará pelo que, quer eu, quer o Grupo Parlamentar do qual faço parte, não nos podemos associar a este voto.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

O Sr. Secretário pediu a palavra, mas não pode intervir nesta fase do debate.

Sr. Deputado Cláudio Lopes, tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Devo começar por sublinhar a correção com que o Deputado Lizuarte Machado reage a este voto apresentado pelo Partido Social Democrata, embora lamentando que ele não se possa associar a ele, mais o Deputado Miguel Costa, por razões político-partidárias.

Na verdade ele devia sentir-se tão indignado como eu, como picoense e como lajense, neste processo da Escola das Lajes, que o Governo tem alimentado como um grande engano e uma grande mentira política, ao longo de 15 anos.

Mas, enfim... Compreendo as suas razões político-partidárias e o respeito pela disciplina parlamentar do vosso grupo.

O senhor falou aí em eleições, que ganhavam eleições no concelho das Lajes. Gostava de lhe dizer que isso é incontornável. Os resultados são o que são e foram os que foram, mas, Sr. Deputado Lizuarte Machado, deixe-me dizer uma coisa:

Eu prefiro perder todas as eleições, mas falando verdade às pessoas...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ... e cumprindo com os compromissos que prometo. Se não os posso cumprir, tenho que ter a humildade política de dizer que não os posso cumprir.

Depois de todos estes anos de engano, não posso aceitar, nem nenhum cidadão do concelho das Lajes pode aceitar, mais este grande engano político,...

Deputado Rogério Veiros (PS): Não se ganham eleições durante 15 anos a enganar as pessoas!

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Ganha-se e temos visto!

Deputado Rogério Veiros (PS): Só se é vocês! Aliás, ganham! Ganharam na República a enganar os portugueses!

O Orador: ... mais esta grande mentira política, que foi os senhores, em vésperas de eleições, lançarem um concurso público que deve ter associado a garantia do seu financiamento.

Não se abre um concurso público que não tenha a garantia do seu financiamento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É enganar as pessoas!

O Orador: Isto é uma questão técnica e legal.

Certamente que a Sra. Deputada Cláudia Cardoso, a titular da pasta de então que se comprometeu, foi a única que falou verdade neste processo e que assumiu o seu compromisso. Foi a única pessoa que em 15 anos o fez.

Estamos a falar de pelo menos 12 anos de enganos e de mentiras políticas de um ex-Secretário Regional da Educação, que se chama Álamo Meneses, e da Secretária Lina Mendes que lhe sucedeu.

Portanto, não se pode passar em branco todo um historial de 15 anos de mentiras e de enganos sobre esta matéria.

Obviamente que os senhores ganharam eleições, mas ganharam sempre à base dessa mentira, mas logo que o povo gosta de ser enganado...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Oh!

O Orador: Nós preferimos perder, mas falando verdade.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Ganhámos as eleições, porque foi a vontade dos açorianos!

O Orador: Relativamente ao compromisso assumido e cumprido, já ouço esse discurso há várias legislaturas.

Tenho pena que este novo Governo comece por fazer ponto de honra exatamente na mesma frase, que os compromissos assumidos para esta legislatura são para cumprir, e comece por dar incumprimento a um compromisso antigo que vem dos anteriores Governos dos quais fez parte o atual Presidente do Governo e dos quais fez parte o Vice-Presidente do Governo que tão simplesmente é o dono das finanças regionais.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Já estamos no fim da Legislatura?

O Orador: Nesta matéria há um longo historial.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): O senhor vai ser convidado para ir à inauguração!

O Orador: Havia muitas situações, para além daquelas que o Sr. Deputado Lizuarte Machado aqui trouxe, que vêm confirmar todo este grande equívoco político que tem acontecido durante 15 anos.

Gostava de terminar a minha intervenção retomando umas palavras que há pouco foram aqui proferidas, naquela tribuna, pela minha colega Judite Parreira:

“Deus quer, o homem sonha, a obra nasce”.

Neste caso em concreto, Deus quer, o homem sonha... Só que o Governo não quer.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) Deputado Lizuarte Machado (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Cláudio Lopes, lamento dizer-lhe, mas o tom da sua segunda intervenção veio estragar o tom da primeira intervenção.

O povo efetivamente não gosta de ser enganado, não admite ser enganado e não foi enganado ao longo destes anos em que o Partido Socialista ganhou eleições no Pico.

Nunca coloquei em causa as vitórias de V. Exa. na Câmara Municipal das Lajes do Pico, nem nunca considerei que tivesse enganado o povo. O povo aceitou, porque entendeu que as propostas eram válidas.

Penso que muita presunção da sua parte partiu do pressuposto de que o Partido Socialista ganhou eleições enganando os picoenses e, muito mais grave do que isso, admitindo que eles gostam de ser enganados. Essa não é a nossa posição.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Não enganamos os picoenses, não enganamos os açorianos. Somos claros naquilo que dizemos, naquilo que prometemos, como somos claros também naquilo que podemos e não podemos fazer e na forma como o explicamos aos açorianos.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Nem o senhor acredita nisso!

O Orador: Eu acredito nisso. Eu tenho a certeza de que isto é assim. Aliás, se eu não acreditasse nisso não estaria aqui.

O Sr. Deputado está cá há pouco tempo, não me conhece. Daí o seu comentário. Eu desculpo-lhe, mas aguarde mais algum tempo para poder fazer comentários dessa natureza.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, nós não engamos os lajenses.

O atual edifício está muito degradado. Esta obra está efetivamente atrasada, temos consciência disso e todos sabemos disso. Não o negamos, mas mantemos o compromisso de avançar com esta obra no início do próximo ano. É esse o nosso compromisso.

O projeto está concluído, o concurso está a decorrer, os terrenos estão adquiridos.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Eu confio em absoluto nos compromissos assumidos pelo Sr. Presidente do Governo...

Deputado Berto Messias (PS): Compromissos para a legislatura!

O Orador: ... e não tenho a mínima dúvida de que a obra avançará no início do próximo ano.

É esse o nosso compromisso e é isso que vamos cumprir. Os lajenses sabem muito bem que vamos cumprir, por isso mais uma vez nos deram o seu voto de confiança.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, a Mesa quer fazer aqui uma retificação ao facto de eu ter dado a palavra ao Sr. Deputado Lizuarte Machado.

O nº 3 do artigo 73º, que rege a apresentação dos votos, diz que cada grupo ou representação parlamentar pode usar da palavra após a apresentação do voto uma única vez.

Assumo aqui o meu lapso e, por uma questão de igualdade de circunstâncias, pergunto ao Sr. Deputado Cláudio Lopes se quer usar mais uma vez da palavra, mas não darei mais a palavra a nenhum destes dois grupos parlamentares.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente e também o meu reconhecimento (o nosso reconhecimento!) pela sua humildade em reconhecer essa falha da Mesa que, obviamente, detetámos imediatamente, mas não vamos fazer nenhum caso com isso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não se iniba, Sr. Deputado!

Deputado José Ávila (PS): Era só o que faltava!

O Orador: Se me permite mais uma vez intervir, brevemente só para responder ao Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Devolvo o seu comentário com uma pergunta:

Deputado Berto Messias (PS): Não faça perguntas porque o Sr. Deputado não pode falar!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É retórica!

O Orador: O Sr. Deputado acha que é falar verdade às pessoas, lançar um concurso público em vésperas das eleições sabendo que se trata de uma obra muito sensível e de um compromisso muito antigo, sem que tenha assegurado o seu financiamento?

Acha que isto é falar verdade às pessoas? É só esta pergunta que lhe deixo. Muito obrigado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Não posso usar da palavra!

Deputados João Bruto da Costa e Jorge Macedo (PSD): É uma pergunta retórica!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: O voto apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Encerramos aqui a apresentação dos votos.

Passamos para as declarações políticas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa, do Partido Socialista.

Deputado Miguel Costa (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A **incerteza** é a nota dominante no atual panorama político nacional.

Deputado Luís Garcia (PSD): Pensava que o senhor ia falar da Madalena!

O Orador: As últimas semanas reforçaram a ideia, cada vez mais generalizada, de que Portugal vive um momento histórico sem precedentes e extremamente adverso. É hoje evidente que a **teimosia ideológica** do atual Governo da República provocou uma tempestade perfeita no nosso País, aprofundando, de forma grave e irresponsável, a recessão e as políticas de austeridade.

Hoje já ninguém tem dúvidas. A **agenda do empobrecimento** atirou o País para a desesperança.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: E não há nada pior para um País que responsáveis políticos que não se importam de aniquilar a esperança no futuro.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Que não se importam de exigir sacrifícios insuportáveis às famílias e às empresas sem ter a noção de que **há mais vida para além da austeridade**.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

O Orador: O Governo do PSD e do CDS/PP é responsável pela maior fissura social da democracia portuguesa. Uma fissura, aliás que, para além de provocar um retrocesso económico e social sem precedentes, representa também o maior **atentado à coesão intergeracional** de que há memória no PORTUGAL DEMOCRÁTICO.

A verdade é que, por mais que alguns dos partidos aqui presentes, se **entretendam** a fazer de conta de que as medidas do Governo da República não têm impacto na Região, infelizmente, os **açorianos sabem** – e sentem na pele – os efeitos nefastos de um Governo que, para além de promover o empobrecimento como matriz ideológica, tem ainda uma visão profundamente anti patriótica quando procura, sistematicamente, **desresponsabilizar-se** através do abandono das funções e serviços de Estado nos Açores.

O atual Governo da República tem vindo, paulatinamente, a **DEMITIR-SE das suas funções de Estado na Região**.

Há muito tempo que o PS/Açores tem vindo a alertar para isso. No âmbito da Justiça no que se refere aos tribunais; no domínio das Forças Armadas; no caso da Universidade; nos serviços da República nos Açores e até mesmo na situação do Serviço Público de Televisão e Rádio dos Açores, este Governo tem sido o **campeão da desresponsabilização...**

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ... e do abandono das suas competências na Região. E um Governo que age assim não tem sentido de Estado. E quando isso acontece, está a mais, **não serve os interesses do País**.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Temos candidato à República!

O Orador: A defesa dos açorianos e do superior interesse dos Açores convoca, sem exceção, todos os responsáveis e agentes políticos.

Internamente, podemos discordar uns dos outros.

Podem os partidos da oposição criticar o Governo Regional, ainda que, quase sempre, o façam sem apresentar uma única medida alternativa que seja, verdadeiramente, coerente, responsável e exequível.

Mas não tenhamos ilusões.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Temos críticas ao Tó Zé!

O Orador: Perante a ofensiva que nos chega da República, não pode haver hesitações.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Em matéria de defesa dos Açores o que os açorianos esperam de todos é que estejamos **ao lado do Governo dos Açores** quando lá fora tentam diminuir ou apoucar a Autonomia e os açorianos. Por muito que isso possa baralhar a estratégia partidária de alguns, ninguém compreende que se opte, por mera lealdade partidária, pela defesa cega daqueles **que tão pouco respeito têm manifestado pelo regime autonómico**.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: É fundamental, por isso, registar e ter presente o que se passou nas últimas semanas, em vários domínios.

O PS/Açores, como é público, reconhece as dificuldades que hoje afligem os portugueses e os açorianos. Sempre defendemos uma via alternativa. Sempre fomos contra o EMPOBRECIMENTO que o Governo do PSD/CDS querem impor a Portugal.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não se nota muito essa alternativa, mas está bem!

O Orador: As políticas recessivas da República têm **penalizado** de modo severo o País e a Região. E os resultados estão à vista: apesar dos sacrifícios, a dívida pública aumentou; a receita fiscal caiu; o produto interno bruto baixou e o desemprego aumentou mais de 7 pontos percentuais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tem que partilhar o José Gomes Ferreira!

O Orador: E não vale a pena fingir que nada acontece.

Não vale a pena fingir que as medidas do Governo da República não afetam severamente os açorianos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E nos Açores?

O Orador: A brutal carga fiscal imposta aos portugueses, o afundar da economia e o maior ataque de sempre à classe média não deixam nenhuma parcela do País incólume.

Ou seja, **a agenda do empobrecimento de Passos Coelho está em curso e, infelizmente, a ser bem-sucedida.**

Ao contrário do que acontece no resto do País, **nos Açores**, desde o primeiro momento, o Governo do PS elegeu como principal prioridade a proteção e o fomento da empregabilidade. É por isso que, **em contraciclo**, o Governo Regional nos primeiros dois meses de mandato apresentou a **Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial**.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Com grandes estudos!

O Orador: Das mais de 60 medidas previstas, **57%** já se encontram em execução ou executadas.

Em apenas 4 meses, o Governo Regional dos Açores **já fez mais** na defesa e promoção do Emprego do que o Governo da República em dois anos.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): Com grandes resultados! Está tudo empregado nos Açores

O Orador: E a verdade é que as medidas do Governo Regional já permitiram salvaguardar milhares de postos de trabalho nos Açores.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Quantos empregados têm?

O Orador: Mas, a preocupação com o Emprego não é uma novidade para o PS. Em relação ao emprego jovem, além de outras medidas, os Governos socialistas aprovaram, no âmbito do **Empreende Jovem** 148 projetos que contemplam a criação de 340 postos de trabalho.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Quantos é que existem? Quantos é que estão a trabalhar?

O Orador: E, apesar das dificuldades, convém, igualmente, que, em nome do rigor e da verdade, os mesmos partidos que estão sempre prontos a criticar e a apontar o dedo, dessem conta do **salto qualitativo registado na qualificação dos nossos recursos humanos**.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Desde 2008, registou-se um aumento de 51% de jovens licenciados a trabalhar nos Açores.

Para alguns partidos da oposição, estes números ou não interessam ou significam pouco.

Que fique muito claro. O PS continuará a trabalhar incansavelmente. E não faremos como alguns que só **falam, falam, falam, falam**, mas não os vemos a fazer nada.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Nos Açores, não vivemos no melhor dos mundos. Temos várias dificuldades e vários desafios.

Nos Açores, assumimos, com total frontalidade, que nem tudo está bem. **Só não erra quem verdadeiramente nada faz.**

Nos Açores, não baixamos os braços nem mandamos os nossos jovens emigrarem. Nos Açores, não chamamos piegas a quem passa dificuldades. Nos Açores, não abandonamos à sua sorte aqueles a quem o infortúnio bateu à porta.

Nos Açores, não só não apresentamos orçamentos inconstitucionais como respeitamos, mesmo que possamos discordar, todos os órgãos de soberania.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já tinham o visto prévio!

O Orador: E convém deixar aqui bem claro. O PS/Açores congratula-se com a decisão do **Tribunal Constitucional**.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Ao contrário da narrativa vigente no PSD e no CDS, não foi o Tribunal que criou um problema ao País.

Quem criou um problema ao País...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Foi José Sócrates!

O Orador: ... foi o Governo que cometeu a proeza de apresentar, consecutivamente, dois orçamentos de Estado com normas inconstitucionais.

Deputados Francisco César e Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Por mais que custe ao atual PSD, a verdade é que, em Portugal, a Constituição não se encontra suspensa.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: A defesa dos interesses dos Açores implica que todos os agentes políticos regionais não vacilem nas suas prioridades.

A verdade é que os **Açores não contribuíram para o défice nacional.** A verdade é que, em 2012, tivemos um défice regional na ordem dos 0,6% quando no País foi de 6,4%. A verdade é que a dívida pública regional é de 19% quando a do País supera os 120%.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Se pagassem o que devem!

O Orador: Que fique claro: **NÃO iremos alimentar debates políticos estéreis** que não acrescentam rigorosamente nada aos açorianos.

O Grupo Parlamentar do PS/Açores está e continuará a estar empenhado e comprometido na procura das melhores soluções.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Não iremos entrar, por isso, no **campeonato dos *sound bytes* políticos...**

Deputado Aníbal Pires (PCP): Está a fazer o quê?

O Orador: ... que só interessa, verdadeiramente, àqueles que procuram, com mal contida ânsia, afirmar uma liderança política **sem,** no entanto, apresentar um verdadeiro projeto alternativo.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: **E não vale a pena o novo líder do PSD vir, com desfaçatez, falar em dupla austeridade nos Açores.**

Este é um discurso que, para além de não colar com a realidade, **só serve,** verdadeiramente, **os interesses dos adversários da autonomia.**

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Não entramos, por isso, numa linha discursiva demagógica.

Estamos abertos, como sempre, a ouvir e a debater as propostas dos partidos da oposição, **mas não deixaremos de cumprir com o nosso programa eleitoral** e esperamos, por isso, que mesmo discordando, os partidos da oposição tenham presente os resultados eleitorais de Outubro.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Em democracia **tão importante como governar é fazer oposição**.

Mas, se quem governa tem especiais responsabilidades, quem está na oposição não deve, igualmente, ficar prisioneiro dos seus próprios dogmas políticos.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: A política é também a arte de interpretar corretamente a realidade de modo a que sejam encontradas as melhores soluções para os desafios do presente.

Deixo, por isso, um apelo ao maior partido da oposição. **Que possa ir além do circunstancialismo**. Que não se remeta à crítica fácil. Que saiba interpretar o tempo em que vivemos.

Acima de tudo, que abandone a via laranja do mal dizer e, em nome dos Açores e da defesa dos açorianos, passe verdadeiramente das meras intenções de colaboração para um efetivo trabalho com vista a contribuir para o desenvolvimento e o progresso dos Açores.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Paguem o que devem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Agradeço que se inscrevam para participar nesta fase do debate, senão teremos de passar para o ponto seguinte.

Deputada Zuraida Soares (BE): Então? Foi feito um apelo tão direto!

Presidente: Sr. Deputado António Marinho, tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Berto Messias (PS): Isto convém ter testemunhas!

O Orador: Normalmente respondemos...

Deputado Berto Messias (PS): Tem razão, está bem visto!

Deputado José San-Bento (PS): Aos reptos!

O Orador: ... aos reptos que consideramos importantes.

Consideramos importante esse repto que foi lançado.

Há algo nesta declaração política do Sr. Deputado Miguel Costa que começa por errar. Penso que se o Sr. Deputado Miguel Costa tivesse estado atento durante a discussão do Plano e do Orçamento, eu diria que em todas as intervenções produzidas pelos Deputados do Grupo Parlamentar do PSD-Açores há o reconhecimento claro de que a política de austeridade, em termos nacionais, teve e está a ter um impacto óbvio...

Deputado Berto Messias (PS): Não foi assim tão óbvio esse impacto!

O Orador: ... na economia e na sociedade açoriana.

Reconhecemos aliás que essas medidas, que são medidas violentas (ninguém contesta que são medidas violentas), obviamente têm um impacto na vida das famílias açorianas e na atividade das empresas açorianas.

Dissemos mais. Dissemos inclusivamente que talvez fosse o tempo de amaciar algumas dessas medidas para que as suas consequências não se revelassem tão drásticas quanto poderão vir a revelar-se.

Mas dissemos mais, e acho que também é importante e honesto dizer-se por que é que houve necessidade de recorrer a uma política de austeridade dura e substancialmente incisiva como aquela que tem sido levada a cabo.

Deputado Berto Messias (PS): José Sócrates!

O Orador: Seguramente que a política de austeridade decorre de algo que se chama “Programa de Ajustamento Económico e Financeiro”, que resulta da assinatura do acordo com a troika, que por acaso do lado do governo português essa assinatura corresponde ao então Primeiro-Ministro de Portugal, engenheiro... Ou melhor, José Sócrates.

Deputado Francisco César (PS): Eduardo Catroga!

O Orador: Portanto, a situação anterior é que levou à necessidade de Portugal voltar aos terrenos da credibilidade, de repor as finanças públicas a um nível saudável.

As culpas, nós sabemos a quem as imputar. Mas também reconhecemos que a política de austeridade tem sido dura e obviamente tem impacto na economia açoriana.

Agora, o Governo Regional e o Partido Socialista não podem estar neste estado de negação completa...

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: ... em que se encontram desde de novembro passado, não reconhecendo que existem grandes consequências na sociedade e na economia açoriana resultantes da política de austeridade, mas resultando também das próprias políticas daqueles governos regionais de que os senhores agora tentam desesperadamente afastar-se.

Existem 20 mil açorianos que estão numa situação de desemprego e isso não acontece por acaso.

O processo de crescimento do desemprego é um processo que tem anos. Ainda ontem lembrávamos aqui que, aquando da discussão de uma iniciativa do PCP que voltámos a discutir, o desemprego atingia 11,6%.

Há um ano e meio o desemprego era 11,6%. Hoje é de 16,2%.

Na altura, eram 12 mil desempregados. Hoje são 20 mil.

Os senhores têm definitivamente de deixar-se da via das desculpas e entrar definitivamente na via das soluções.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Para o efeito, contam com o PSD e é escrupulosamente cumprido aquilo que afirmámos no início desta Legislatura, na discussão do Programa do Governo: a afirmação da nossa disponibilidade, da nossa total colaboração para encontrar medidas, para encontrar programas, para encontrar situações que sejam benéficas para o povo açoriano, para as famílias açorianas e para as empresas açorianas.

Não temos estado, como dizia ao Sr. Deputado Miguel Costa, na crítica fácil.

O senhor sabe tão bem como eu, sabe tão bem como os 57 Deputados que estão nesta casa, que temos apresentado soluções.

Deputado Francisco César (PS): Mas um bocado impróprias!

O Orador: Se calhar (não sei, não gosto de fazer essas contabilidades) mais do que aquelas que o próprio Partido Socialista apresentou.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, por favor!

O Orador: Apresentámos, até hoje, duas iniciativas que estão para debate nesta casa e que os senhores se encarregarão de ajuizar se são ou não interessantes.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Com certeza!

O Orador: Temos respondido não com crítica fácil, mas com a apresentação de iniciativas que beneficiam os açorianos, que beneficiam as famílias e beneficiam designadamente aqueles que estão em situação mais complexa, em situação mais crítica, em situação mais dramática, os desempregados e os jovens que, entre os desempregados, correspondem a 2 em cada 5 que não estão integrados no mercado de trabalho.

Há mais de 40%. Praticamente 41% de desemprego jovem na Região Autónoma dos Açores.

São estes problemas que os senhores não podem continuar a negar e por isso há um apelo aqui muito direto: deixem-se da via das desculpas e entrem definitivamente na via das soluções. Basta!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para satisfazer o desejo do Sr. Deputado Artur Lima...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito obrigado!

O Orador: ... (como sabe, tenho todo o gosto em corresponder aos seus desejos), uso da palavra para uma pequena intervenção sobre esta matéria.

Por um lado, para dizer particularmente ao Sr. Deputado Miguel Costa que felicito-o pelo enquadramento que fez da abordagem a nível nacional.

Por outro, para lembrar ao Sr. Deputado António Marinho que não podemos fazer uma abordagem, um enquadramento regional, sem nos esquecermos do espaço de referência a que estamos limitados.

Efetivamente está no momento de sabermos e definirmos muito seriamente para que caminho é que esta política que o Governo da República PSD/PP nos leva.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): CDS!

O Orador: Ontem, foi revelado (e chamo a vossa atenção para este facto que nos deve preocupar a todos, essencialmente fazer-nos corrigir os erros que têm estado na base da condução política deste País) pelo FMI que Portugal, no último ano, foi a quarta pior economia do mundo.

Repito: de acordo com o FMI, Portugal foi, no último ano, a quarta pior economia do mundo.

Atrás de Portugal ficou apenas o Sudão, São Marinho e a Grécia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vai anunciar que vai pagar o que deve!

O Orador: É este o resultado da vossa política.

Quem conduz a uma política com estes resultados no País não pode exigir, por mais esforços que façamos nos Açores,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vai pagar o que deve ou não?

O Orador: ... que a Região fique imune a esta realidade e a esta tragédia que conduziu Portugal, no último ano, a ser a pior quarta economia do mundo.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vai pagar o que deve ou não?!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que fico sempre espantado com o exercício do Partido Socialista neste tipo de discurso.

É espantoso! É não ter vergonha na cara!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor tem que ter modos!

Deputado Francisco César (PS): Está a fazer a psicanálise de Passos Coelho!

O Orador: O Partido Socialista, que governou durante duas décadas este País, que teve responsabilidades na construção da enorme crise que o País se encontra, vem aqui falar da situação do País como se não o tivesse colocado numa situação de bancarrota.

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Mais. Os senhores, durante anos e anos, até aos últimos anos do consulado do antigo Primeiro-Ministro Sócrates (últimos meses, não, até ao último dia), aqui estavam, nesta casa, a cantar loas ao Governo do Partido Socialista que estava a conduzir o País para esta situação.

Deputado José San-Bento (PS): E agora o senhor já concorda connosco!

O Orador: É não ter vergonha vir aqui fazer um discurso como se os portugueses e os açorianos não tivessem memória, como se os Deputados que aqui se sentam não tivessem memória de que os senhores são os responsáveis. Durante 70 ou 80% deste período os senhores governaram este País e esta Região.

Nós temos memória disso e eu tenho memória de mais coisas.

Tenho memória da taxa de desemprego que atinge esta Região, tenho memória do número de famílias que estão inscritas no Rendimento Social de Inserção e que são beneficiárias do mesmo. É a taxa mais alta do País.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Tenho conhecimento dessa situação, ao fim de 16 anos do vosso governo.

Os senhores negam a autonomia. Negam a autonomia quando dizem que não conseguem inverter as políticas dos governos nacionais.

Quando os senhores negam a capacidade de inverter aquela que é a linha estratégica de governação dos Governos da República, os senhores colocam uma questão que é a seguinte:

Então, para que é que serve a autonomia se os senhores não conseguem desenvolver políticas diferentes do contexto nacional?

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, depois de fazer a psicanálise de Pedro Passos Coelho...

O Orador: Os senhores ao fazerem esse discurso, torna-se um discurso perigosíssimo para a autonomia, porque o que se pergunta, por quem nos está a ouvir, é: então se não é possível, se os órgãos políticos da autonomia não conseguem fazer de forma diferente, para que serve a autonomia dos Açores?

O vosso discurso é um perigo para os órgãos políticos da autonomia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Mas quero dizer-vos mais.

Quando os senhores vêm aqui falar da justiça, dos outros setores que são da responsabilidade do Governo da República na Região,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): As Forças Armadas!

O Orador: ... eu pergunto se os senhores, naqueles que são os setores da vossa direta responsabilidade, estão a fazer melhor? Só vou exemplificar dois: o setor da saúde e o da educação.

Quando os senhores têm essas responsabilidades, que são responsabilidades específicas da Região nestes setores, o que é que os senhores têm para apresentar?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Dívidas!

O Orador: Ao fim de 17 anos de gestão do setor da educação, os senhores têm para apresentar o seguinte: os piores resultados nacionais, no âmbito do sistema de ensino!

Como ontem tive oportunidade de referenciar, os testes intermédios que foram realizados este ano colocam a Região, em 30 regiões do país, no último lugar em todas as disciplinas: na Filosofia, na Matemática...

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... na História, na Geografia, em todas as disciplinas.

Nós temos um sistema de ensino que neste momento qualifica menos os jovens em Portugal, porque são exatamente os nossos alunos os que têm os piores resultados nacionais.

Portanto, os senhores, nos setores que estão a gerir diretamente, não têm nenhum resultado. A via açoriana é ficar em último lugar e isto para falar do setor da educação.

Se falarmos no setor da saúde, o que é que temos?

Temos um setor da saúde que acumulou um terço da dívida nacional para 250 mil habitantes.

Um terço da dívida nacional no setor da saúde! Ou seja, uma dívida absolutamente desproporcional em relação à população e à demografia açorianas e que mostra a falência absoluta que os senhores têm para apresentar no setor da saúde.

Podia referenciar muitos outros fatores.

Também nas áreas que são da vossa direta responsabilidade, os senhores não têm resultados comparativos para apresentar no âmbito da governação do País.

Aliás, os vossos resultados são os piores do País naquelas que são as responsabilidades diretas da Região.

Termino, Sra. Presidente, referindo o seguinte:

Este Governo e o Partido Socialista têm vindo a defender que a oposição deve defender as posições do Partido Socialista em relação à autonomia, porque identificam-se com os Açores.

O programa político do Governo e o programa político do Partido Socialista identificam-se com os interesses dos Açores.

Quero dizer-vos que esse é o discurso que Salazar fez, que as ditaduras fazem quando identificam os interesses do seu partido, quando identificam os interesses de uma determinada força política, com a Região e com o País.

Deputada Berta Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: Digo-vos que esse discurso não é aceitável em sociedades democráticas e pluralistas.

Os vossos interesses, o vosso programa não é o programa de todos os açorianos. Temos o dever de apresentar o pluralismo, de defender as diversas posições da sociedade açoriana.

Os senhores têm o vosso programa, têm a vossa posição.

A vossa posição é a do Partido Socialista, não é a posição de todos os açorianos, porque os açorianos não votaram dessa forma, não vos deram 100% de representação.

Deputado Bruno Belo (PSD): Foram os socialistas e não foram todos!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP, relativamente a esta declaração política, queria também tecer aqui algumas considerações.

Se é verdade, Sr. Vice-Presidente, que a nossa economia é influenciada pela formação social e política a que pertencemos, desde logo do País mas também (digamos) da malfadada União Europeia, isso não pode justificar, nem justificar tudo.

A Região Autónoma dos Açores tem competências próprias e alargadas em termos legislativos. Portanto, cabia, na utilização das competências que temos, ter construído um modelo de desenvolvimento que nos pudesse defender.

Aliás, olhando até para a história económica dos Açores, cabia contrariar um pouco aquilo que tem sido a história económica dos Açores e tornarmos esta nossa economia menos dependente.

É evidente que nunca fugiríamos à influência da crise financeira mundial, nunca deixaríamos de ser afetados pelas medidas que efetivamente o Governo da República do PSD/CDS-PP tem vindo a implementar no nosso País.

Se é verdade que a base é o acordo com a troika, que foi subscrito pelo Eng^o José Sócrates (por um Governo do Partido Socialista), com todo o apoio do PSD e do CDS-PP, é verdade também que o Governo da República efetivamente tem vindo a penalizar os cidadãos portugueses e a economia portuguesa com a implementação de uma cartilha económica que já todos percebemos que não nos vai levar a lado nenhum.

Portanto, essa crítica deve ser feita, com certeza, ao Governo da República, ao PSD e ao CDS-PP que, independentemente das tentativas que vão fazendo na Região Autónoma dos Açores para se descolar das políticas do PSD e do CDS-PP a nível regional, parece-me que não podem...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não temos comité central!

O Orador: ... de forma nenhuma deixar de assumir a responsabilidade que têm.

Voltando à questão inicial. Tem a ver com a não utilização das competências autonómicas para, enfim, encontrarmos aqui um modelo de desenvolvimento que nos protegesse daquilo que são estes efeitos destas políticas que estão a levar e a encaminhar o País para uma situação dramática em termos sociais, autenticamente de catástrofe em termos económicos, e que não resolve, no fundo, aquilo que se pretende resolver, que é o problema das finanças públicas e da dívida pública.

Parece-me que todos podemos concluir que este não é efetivamente o caminho. Agora, o Governo Regional não tem feito tudo aquilo que está ao seu alcance para proteger não só os cidadãos como também a economia dos Açores.

Se reconhecemos algumas medidas como importantes, sempre temos vindo a dizer, e não posso deixar de afirmar, que falta a essas medidas uma parte que tem a ver com uma componente importante da economia regional. Tem a ver com a valorização do trabalho e dos trabalhadores.

Ainda ontem assistimos aqui à recusa, pelo bloco central (uma vez que o CDS-PP se absteve e o PPM também), pelo PS e pelo PSD, da utilização de uma competência autonómica para aprovar uma proposta do PCP que visava aumentar o acréscimo regional ao salário mínimo nacional.

Portanto, este é apenas um exemplo. Temos outros exemplos que poderiam ser utilizados.

Para terminar, a questão é a seguinte: se efetivamente estamos a ser fustigados por aquilo que vem de Lisboa, e de uma maneira aqui ainda mais penalizadora, a verdade é que também o Partido Socialista na Região não tem querido, ou não tem sabido, utilizar as competências autonómicas para que na Região possa ser diferente.

Não quer dizer que não seja diferente, mas substantivamente diferente, porque se protegermos a nossa economia e a se tornarmos menos dependente dos efeitos que vêm da formação social e política a que pertencemos, não são tão penalizadores quanto isso.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Francisco César (PS): O defensor nº 1 do Governo da República!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não acredito!

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Francisco César fica sempre muito entusiasmado para me ouvir falar, o que é sempre um agrado para a minha pessoa.

Deputado Berto Messias (PS): Presunção e água benta...

O Orador: Houve aí um filme muito interessante sobre o Corvo: “É na Terra, não é na Lua”.

Gostaria de lembrar ao Sr. Deputado Miguel Costa que não está na Assembleia da República, não está no Terreiro do Paço, está na Assembleia Legislativa Regional.

Deputado Francisco César (PS): Assembleia da República!

O Orador: Esperava-se que o senhor viesse hoje apresentar as medidas que, ao fim de um semestre do Governo, tinham melhorado a vida dos açorianos.

Deputado Berto Messias (PS): A Agenda Açoriana, o Empreende Jovem...

O Orador: Era isso que se esperava.

O que se vê deste Governo novo é que é um Governo novo precocemente envelhecido, que já não tem força, que já não tem garra, que já não tem capacidade.

Então, como precocemente envelhecido, passa a vida a queixar-se da vida, passa a vida a arranjar desculpas para o seu insucesso.

Não, Sr. Deputado!

Queremos um governo que seja autónomo, pró-ativo, diferente daquilo que é o Governo da República.

Deputado Francisco César (PS): O seu Governo é o quarto pior do mundo!

O Orador: Queremos um Governo Regional que não passe a vida a queixar-se, a arranjar desculpas. É o que os senhores fazem.

Aliás, se bem nos recordamos, este Governo Regional, relativamente à autonomia, tem dado machadadas todos os dias naquelas que são as nossas conquistas autonómicas.

Qualquer dia é comparado a um mero governador civil, que se limitava a mandar cartas para Lisboa a pedir ajuda para isto e ajuda para aquilo. Eram assim os governos antigos; eram assim os governadores civis. Passavam a vida a escrever uma carta a Lisboa a saber se a SATA podia ou não aplicar aquele aumento, uma carta para isto, uma carta para aquilo. Tem sido essa a atuação do Governo Regional dos Açores.

Um Governo novo, precocemente envelhecido. É isso que está a acontecer. Um Governo novo que está constantemente a arranjar desculpas para não governar.

Os açorianos sabem bem distinguir isso.

Devo dizer-lhe ainda mais: políticas recessivas estão a ser seguidas nos Açores por autoria do Governo Regional dos Açores. Política recessiva nos Açores em setores que são da nossa e única exclusiva responsabilidade, como a saúde e a educação!

Deputado Berto Messias (PS): E preciso ter lata! O senhor é Vice-Presidente do CDS a nível nacional!

Deputado José San-Bento (PS): Já não é! Já foi despromovido!

O Orador: É um desastre a vossa política.

Na saúde, as poupanças que se fizeram nos Açores deveram-se a medidas do Governo da República, nomeadamente na política do medicamento onde os senhores pouparam milhões.

Deputado Francisco César (PS): Vai cortar quase 4 milhões de euros nas despesas do Estado e o senhor vem falar em poupanças?

O Orador: Mesmo poupando milhões os senhores são incapazes de pagar as dívidas monstruosas que existem na saúde.

Os senhores colocam em causa o mais elementar, que é a prestação dos cuidados de saúde.

As maiores listas de espera cirúrgicas do País o Governo dos Açores é que as tem. Isso depende única e exclusivamente da vossa governação.

Têm as maiores taxas de insucesso escolar do País. Isso depende única e exclusivamente da vossa governação.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor acha que alguém acredita nisso?

O Orador: Não sou eu que estou a dizer. São dados estatísticos, são estudos, Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado Francisco César (PS): É preciso saber interpretar!

O Orador: São dados estatísticos publicados. É essa a verdade que os senhores negam.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, analise os dados do FMI!

O Orador: Os senhores negam a verdade, os senhores negam a evidência, os senhores perderam a capacidade de governar.

Sr. Deputado José San-Bento, são estatísticas, são números publicados pelo INE, pelo EUROSTAT, pelo Ministério...

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

O Orador: Não é verdade o quê, Sr. Deputado Francisco César?

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade! Também temos estatísticas aqui!

O Orador: Que temos os últimos lugares nas provas a nível nacional? É ou não é verdade?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Claro que é!

O Orador: É ou não é verdade?!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Claro que é verdade!

O Orador: Que temos o maior tempo de espera em listas de espera cirúrgicas? É ou não é verdade?

Deputado Francisco César (PS): O senhor vem do 4º pior governo do mundo e tem a distinta lata de dizer isso!

Presidente: Srs. Deputados, não entrem em diálogo.

O Orador: A distinta lata, diz V. Exa.? Um Deputado que se quer tão bem educado e que se ofende por qualquer coisinha?

A distinta lata, Sr. Deputado Francisco César?

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Defesa da honra!!!

O Orador: Os piores índices na educação, os piores índices na saúde...

Deputado Francisco César (PS): Veja os resultados do FMI!

O Orador: A menor esperança de vida dos portugueses é nos Açores, Sr. Deputado Francisco César.

O que é que os senhores querem mais?

Deputado Francisco César (PS): O senhor está à frente do Sudão!

O Orador: Os senhores têm é que fazer mais, mas não conseguem fazer mais. Esse é que é o problema.

Passam a vida a queixar-se, a queixar-se, a queixar-se. Governar não é convosco, porque desistiram de governar há muito tempo.

Deputado Francisco César (PS): Isso não é carne nem é peixe!

O Orador: Medidas? Já apresentaram PECAs, já apresentaram PROTA, já apresentaram não sei quantos planos.

Agora é Agendas, agora é Vias...

E resultados palpáveis? Nada!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor é Vice-Presidente do CDS a nível nacional e vem para aqui dizer isso?

O Orador: Para terminar, vou dizer o seguinte:

Efetivamente este Governo da República tem aplicado medidas, algumas cegas de austeridade...

Deputado Berto Messias (PS): Algumas?

O Orador: ... que o meu partido a nível nacional não se inibe de as criticar,...

Deputado Zuraída Soares (BE): Tem dias!

Deputado Francisco César (PS): Devia as aprovar!

O Orador: ... nomeadamente nas medidas que têm sido aplicadas nas finanças e na economia. Somos claros nessa matéria.

Para nós, como os senhores entendem, uma coligação de partidos que se respeitam não é uma fusão. Cada um tem a sua matriz e há divergências. O anormal era se não houvesse divergências na coligação.

É uma coligação de partidos democráticos, por isso há divergências.

Agora, há uma coisa muito interessante. O Tribunal Constitucional aplica o chumbo àquelas medidas. Então vão interpelar o grande líder do Partido Socialista a nível nacional. Ele enche o peito de ar e diz: “estou pronto para ser Primeiro-Ministro; estou pronto para assumir o Governo de Portugal”.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quem?

O Orador: O José Seguro!

“Estou pronto para ser Primeiro-Ministro”.

O jornalista pergunta-lhe a seguir:

“Então como é que resolve o problema dos 1000 milhões, apresentado agora pelo Tribunal Constitucional?”

Resposta pronta e imediata daquela cabeça célebre e iluminada:

Deputado Francisco César (PS): Respeite o Secretário-Geral do PS!

O Orador: “Quem criou o problema que o resolva”!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): “Qual é a pressa?”

O Orador: Não há esperança, não há alternativa, porque o Partido Socialista na República pura e simplesmente não existe. Manda uma carta à troika a dizer que cumpre todas as medidas do Memorando e todas as medidas de austeridade.

Deputado Francisco César (PS): Não é isso que diz!

O Orador: Cá dentro diz: “somos contra a austeridade. Muito obrigado”.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): “Qual é a pressa?”

O Orador: A vossa credibilidade nacional, neste momento, anda pior que a vossa credibilidade regional.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): O senhor anda escondido, de viagem em viagem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa para encerrar esta parte do debate.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O que é certo e devo aqui reforçar é que estamos a fazer tudo o que está ao nosso alcance para minimizar os efeitos da crise...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então paguem o que devem!

O Orador: ... e da austeridade da República.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Isso é evidente, porque em 3 meses fizemos mais do que o Governo da República em 2 anos...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... e é por demais evidente.

Deputado Luís Garcia (PSD): Mais dívida!

O Orador: Nos Açores tivemos menos de metade da recessão do País.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: Resistimos melhor. Isso é um facto.

Deputado Berto Messias (PS): E os senhores sempre a falar mal, sempre a falar mal!

O Orador: Devo reforçar aquilo que temos dito sempre até agora: o que temos ouvido ultimamente aqui da oposição é mais uma mão cheia de nada.

Deputada Zuraida Soares (BE): Qual oposição?

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso é uma cassete!

O Orador: Uma oposição que teima em carregar os Açores para baixo.

Deputados Berto Messias e Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Ao Sr. Deputado António Marinho devo dizer que quando diz querer mostrar serviço, soluções,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: ... fá-lo com uma inoportunidade flagrante, porque apresenta medidas iguais ou que nada acrescentam às já anunciadas e implementadas pelo Governo Regional.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Ou porque querem transpor diretivas comunitárias que já estão em fase final de transposição para o Direito Português. Esses não são bons contributos.

Deputados Berto Messias e Francisco César (PS): Muito bem!

Deputada Zuraida Soares (BE): As outras que acrescentam chumbam, qual é a diferença?

O Orador: Ser oposição dá trabalho,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... ao contrário do que possam crer.

Ser oposição séria, mais trabalho exige! Isso, se realmente se importarem com os Açores e com os açorianos, porque fazer política ignorando a realidade de hoje, apresentando medidas em contexto de meio saber, é pior do que se manterem na ignorância.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pagar o que se deve dá trabalho!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Os Açores precisam, mais do que guerrilha partidária, de consensos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor não ouviu o seu discurso!

O Orador: Esta é a hora também dos partidos da oposição provarem que são capazes de ser diferentes, provarem que estão aqui para contribuir para a reabilitação do discurso político.

Deputado Luís Maurício (PSD): O senhor é o maior apelo à guerrilha. Não sabe o que disse na sua intervenção?

O Orador: O Governo do PS-Açores não teme boas propostas. Por isso mesmo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista reforça aqui a sua disponibilidade para o diálogo construtivo, disponibilidade para fazer política consequente, mas com uma oposição séria e realista.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E não é?

O Orador: Estamos convictos que os senhores são capazes disso.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Presunção e água benta...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Uma interpelação. Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Vamos almoçar. Regressamos às 15 horas.

Bom almoço para todos.

Eram 12 horas e 50 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 09 minutos.

Antes de entrarmos no ponto 4 da nossa Agenda da Reunião, quero saudar, em nome desta Assembleia, os alunos e os seus professores da turma do 7º-A da Escola Secundária Manuel de Arriaga.

(Aplausos da Câmara)

O ponto 4 da nossa Agenda é o **Projeto de Resolução n.º 15/X – “Recomenda ao Governo Regional que desenvolva as iniciativas necessárias com vista à aquisição de um navio com capacidade de transporte de passageiros, veículos e carga, para estabelecimento de uma ligação marítima regular, anual, entre as ilhas de São Miguel e Santa Maria”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Os tempos para o debate foram definidos na Conferência de Líderes e são os seguintes:

Partido proponente, Partido Socialista e o Governo – 25 minutos

PSD - 20 minutos

CDS - 13 minutos

BE e PPM - 10 minutos

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires para apresentação do diploma.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta é mais uma daquelas propostas do PCP- Açores...

Deputado Francisco César (PS): Mais uma!...

Deputado José San-Bento (PS): Demagógica!

O Orador: ... que, independentemente de ser ou não aprovada agora, vai ser certamente concretizada no futuro.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E vai sê-lo, mais cedo ou mais tarde, independentemente do Governo, das maiorias ou das ideologias que as conduzem, porque esta proposta é uma evidência que corresponde a uma necessidade sentida.

É evidente porque é inegável a importância estratégica do transporte marítimo na nossa Região. É evidente porque a proximidade e dimensão das ilhas de Santa Maria e São Miguel criam uma oportunidade que não deve ser desbaratada, deve, isso sim, ser potenciada.

Não há força política, nem seja quem for, que conheça minimamente os Açores, que negue que a ampliação da oferta de transportes marítimos é decisiva para o nosso desenvolvimento.

Estou convicto que estamos todos de acordo quanto ao essencial desta proposta: é necessário criar uma ligação marítima regular, durante todo o ano, entre as ilhas de São Miguel e Santa Maria. Uma afirmação que penso que ninguém contesta e o PCP orgulha-se de ser o porta-voz deste amplo consenso, para não lhe chamar unanimidade.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se, como julgo, estamos de acordo completo em relação à necessidade, tal já não parece suceder em relação ao *timing* da criação desta ligação.

Alguns parecem querer adiar o assunto mais um tempo enquanto voltam a estudar o óbvio, e outros terão, eventualmente, diferentes prioridades para a criação de novas ligações e, outros ainda, hesitarão perante um investimento de algum vulto.

Somos a favor do planeamento e até achamos que um Plano Integrado de Transportes é uma lacuna indesculpável da maioria que está há anos no poder e que, até agora, sempre preferiu ter “mão livre” para prometer ou realizar conforme as suas prioridades políticas. Ficaremos contentes com a chegada desse plano a esta Assembleia e só esperamos por ele para o podermos aprovar.

Agora, não achamos que essa seja uma razão suficiente para atrasar mais um projeto que é consensualmente reconhecido como essencial!

Como disse, não discordamos, pelo contrário apoiamos, a criação de um Plano Integrado de Transportes para a Região. Mas parece-nos óbvio e incontestável que este consenso em torno da criação de uma ligação marítima entre as ilhas do Grupo Oriental terá forçosamente de estar vertido nesse plano. Sendo assim, de que é que estamos à espera?

Já perdemos tempo demais. É tempo de começarmos a recuperá-lo. Planeemos, estudemos, discutamos, mas não atrasemos ainda mais o desenvolvimento das nossas ilhas. Quem quiser adiar ainda mais esta decisão terá de o explicar não só a este Parlamento, como também aos açorianos e açorianas, e em particular aos micalenses e aos marienses.

Para nós, PCP-Açores, não há dúvidas que este é o momento acertado para a decisão política de criar essa ligação.

Este é o momento certo para uma decisão que ponha em marcha o processo, para que este projeto possa ser abrangido pelo próximo quadro comunitário de apoio e que possa, eventualmente e salvo outras dificuldades, tornar-se realidade ainda no decorrer do ano 2014. Chega de perder tempo!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As virtualidades da proposta são claras e reconhecidas por todos.

A criação de um mercado potencial na ordem de 150 mil pessoas, aproximando duas ilhas que, sendo vizinhas, têm estado tão distantes, terá óbvios resultados positivos em termos da criação de circuitos comerciais e turísticos, abrindo as portas para o estabelecimento de sinergias envolvendo os agentes económicos das duas ilhas.

Esta é uma parte essencial de como vemos o desenvolvimento dos Açores. Com nove unidades interligadas, acessíveis, unidas pela cultura e pela história, mas também por sólidas parcerias e circuitos de trocas comerciais. É justamente reforçando as ligações inter-ilhas que construiremos uma Região coesa, multipolar, em vez da Região unipolar, concentrada e macrocéfala que temos tido nos últimos anos.

Esta não é uma proposta para Santa Maria, nem para São Miguel. Esta é uma proposta para os Açores e para o futuro.

Disse.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Deputado, as criancinhas foram-se embora!

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor assustou-as! Olhou para trás, assustou-as e elas foram-se embora!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições para o debate.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta do PCP aqui apresentada é claramente uma medida avulsa, inconsequente e que não se enquadra naquilo que deve ser a boa gestão dos recursos públicos da Região.

Não reflete uma visão global e estratégica do que deve ser o transporte marítimo de passageiros e de carga nos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Também não existe nos Açores!

O Orador: Não visa a eficiência e uma utilização adequada dos recursos públicos.

O objetivo primordial do Governo dos Açores é servir com eficiência, eficácia e fiabilidade as necessidades de mobilidade dos açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Só se é agora!

O Orador: Tem como objetivo reforçar e potenciar a criação do mercado interno, promover a coesão económica, social e territorial dos Açores.

Por isso, e como consta no nosso programa do Governo, como já foi aqui apresentado, pretendemos ter uma política integrada para toda a Região.

Iremos estabelecer obrigações de serviço público para promover e criar um tráfego regional, dinamizando os atuais operadores locais, tendo aqui uma maior liberdade de circulação dentro de todo o arquipélago.

Iremos igualmente implementar um circuito regular de passageiros e carga rodada entre as ilhas do Grupo Central, com um tarifário equilibrado e que sirva de regulador do mercado para todo o tráfego na Região.

Trata-se de ter uma postura integrada, global, uma visão estratégica que irá certamente revolucionar o transporte marítimo de passageiros e de carga na Região, com o claro objetivo de dinamizar as economias de cada uma das ilhas, contribuindo desta forma para que a economia global da Região possa ser fortalecida.

As obrigações de serviço público que iremos delinear para o tráfego marítimo estarão concluídas até ao final do corrente ano. Não vale, por isso, a pena apostarmos em medidas desta natureza, avulsas, que tiveram efetivamente o condão de juntar uma unanimidade à sua volta, ou seja, de que esta é uma medida extemporânea, fora de tempo e que não serve da melhor forma, nem os Açores, nem os açorianos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda vê com bons olhos esta recomendação ao Governo Regional para que desenvolva as iniciativas necessárias com vista à aquisição de um navio com capacidade de transporte de passageiros, veículos e carga para estabelecimento de uma ligação marítima regular entre as ilhas de São Miguel e Santa Maria.

Vemo-lo com bons olhos, porque consideramos que seria uma medida que sem dúvida nenhuma contribuiria para o mais harmonioso desenvolvimento dos Açores, para a criação de um mercado interno e, em última análise, para um primeiro passo, para um objetivo e um plano que agora ouvi com gosto o Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo elogiar e defender, que é um Plano Integrado de Transportes Aéreos, Marítimos e Terrestres, que o Bloco de Esquerda vem a defender e a solicitar ao Governo Regional há 5 anos.

Durante todo o tempo do anterior Governo Regional, cada vez que perguntávamos pelo estado da arte, a resposta era: ou é no final deste ano ou então é no final já do próximo mês, fosse ele o mês que fosse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem era o Secretário da Economia?

A Oradora: De acordo com palavras e afirmações feitas pelo Sr. Secretário Regional, até aquando da discussão do Programa de Governo e também agora no Plano e Orçamento, este plano vai começar, digamos assim, em tranche, um pouco à maneira da troika, sendo que começará pelo triângulo de uma forma experimental ou pioneira, digamos assim, e depois irá ser progressivamente alargado às outras ilhas. Foi o que eu entendi, mas o Sr. Secretário corrigir-me-á se eu estiver enganada.

Fazendo fé, quer nas afirmações reiteradamente feitas pelo atual titular da pasta do turismo e transportes, quer nos compromissos assumidos muito claramente e não cumpridos (cá está um bom exemplo de um compromisso assumido que não é cumprido pelo anterior Governo Regional), mantemo-nos fiéis à nossa reivindicação de que é absolutamente urgente, essencial e fundamental, para o desenvolvimento dos Açores e para a criação de um mercado interno na nossa Região, a elaboração de um Plano Integrado de Transportes Aéreos, Marítimos e Terrestres.

Não tem que demorar uma legislatura. Ao fim de alguns meses poderá estar concluído com o contributo de todas as entidades que, direta e indiretamente, se relacionam com esta temática.

O Bloco de Esquerda abster-se-á nesta proposta do Partido Comunista, embora lhe reconheça pelo menos o mérito de voltar a pôr na agenda política uma necessidade reconhecida, que durante 4 anos o Governo Regional perdeu tempo com promessas infundadas e que nunca chegou a cumprir.

Vamos ver se é desta e se é com este novo Secretário Regional que na realidade a promessa se cumpre, começando pelo triângulo ou por qualquer outra ilha.

Poderia começar por Santa Maria e São Miguel, por acaso. Aliás, gostaria de ouvir o Sr. Secretário Regional, já agora e a propósito deste Projeto de

Resolução do PCP, explicar por que é que começa pelo triângulo e não começa por outras ilhas quaisquer na nossa Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Porque é mais fácil!

A Oradora: Qual é o estudo que o leva a começar por ali e o que é que espera obter desse experimentalismo ou desse pioneirismo para depois retirar para as outras ilhas?

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Aida Amaral.

(*) **Deputada Aida Amaral (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD reconhece algo positivo nesta iniciativa parlamentar e não deixando de lado que num futuro o serviço de transportes marítimo no Grupo Oriental poderá passar por um modelo semelhante ao da proposta, entendemos, à semelhança do parecer do Conselho de Ilha de Santa Maria, que este tipo de aquisição, embarcação com capacidade de transportes de passageiros, veículos e carga, não pode nunca ser dissociada de uma profunda e urgente análise e revisão de todo o sistema de transportes marítimos na Região Autónoma dos Açores...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... no geral, e da Ilha de Santa Maria em concreto.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

A Oradora: Tem que envolver todas as entidades públicas e privadas, com implicações diretas neste sistema.

É do todo importante neste processo, reafirmo, uma clara definição das políticas por parte do Governo Regional dos Açores, bem como qual deve ser o envolvimento público e privado no transporte de pessoas e mercadorias na Região.

Assim, o nosso voto será de abstenção.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar por lembrar que quando se inicia este tipo de discussões, elas devem iniciar-se com os pés verdadeiramente assentes no chão.

Neste momento existe já uma ligação marítima regular anual entre São Miguel e Santa Maria.

Essa ligação, é bom que se diga, é levada a cabo por uma empresa centenária, à qual aproveito para prestar a minha homenagem, que tem prestado inestimáveis serviços às populações daquelas duas ilhas.

Por isso parto do pressuposto de que o que o proponente quer, quando apresenta a sua proposta, não é propor uma nova ligação, mas propor uma melhoria dessa ligação. Não sei se estarei errado, mas ele poder-me-á corrigir.

Esta proposta tem, portanto, o mérito de trazer este assunto à discussão e tem também o mérito de o podermos discutir e de perceber (todos sabemos isso!) que a ligação que existe atualmente não é a ideal, porque o navio que efetua essa ligação é um navio que, para as necessidades do mercado de hoje, está ultrapassado.

Essa ligação não poderá ser melhorada sem, obviamente, uma intervenção pública, pelo menos numa fase inicial.

O proponente chama ainda a atenção de que o desenvolvimento económico está diretamente relacionado com a mobilidade de pessoas e bens (isso é efetivamente verdade), particularmente numa Região insular e ultraperiférica.

A proposta tem, contudo, o inconveniente de, contrariamente ao que está no relatório e contrariamente ao que foi afirmado, não adjetivarei como uma proposta avulsa, mas uma proposta muito direcionada. Portanto, do meu ponto de vista, a proposta devia ser enquadrada num plano mais vasto de transporte (chame-se integrado, embora eu ainda não tenha percebido bem o que é que se quer dizer com integrado), que sirva todas as ilhas de uma forma racional e equilibrada.

Necessitamos, de facto, de um modelo regional de transporte que, funcionando em articulação com os operadores da *Deep Sea* e com os operadores regionais, permita mais escalas a menos custos. Aliás, há muitos anos que o afirmo.

Quanto ao facto da responsabilidade de suprir as faltas ser das autoridades públicas, devo acrescentar que do meu ponto de vista não cabe às autoridades públicas suprir as faltas, mas antes criar condições para que as mesmas sejam supridas.

Do meu ponto de vista, a estatização da economia não é um bom caminho.

Lembro que historicamente sempre foram os privados, sem apoio público, a suprir as necessidades.

É claro que os tempos são outros e as necessidades também são outras, mas o que efetivamente cabe aos poderes públicos, e é efetivamente essa a sua responsabilidade, é, em parceria com todos os operadores, definir o modelo de transporte onde todos possam participar e responder de forma satisfatória às nossas necessidades, um modelo que seja racional e em que pelo menos as receitas cubram os custos de exploração, independentemente da necessidade do arranque público inicial que o modelo, em qualquer circunstância, terá que ter.

A Região não tem que ser proprietária de navios...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem diria!

O Orador: ... e muito provavelmente até não o deve ser. Tem é que criar condições para que quem é armador, e felizmente na Região temos muitos com o correto enquadramento em termos de obrigações de serviço público tal como foram anunciadas pelo Sr. Secretário, possa continuar a ser e seja capaz de responder às nossas efetivas necessidades.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tantos anos e o Governo não o ouve de maneira nenhuma!

O Orador: É claro que, como sabemos, tal não dispensa uma forte componente inicial, pelo menos numa fase inicial, de investimento público.

Por se tratar de uma proposta, do nosso ponto de vista, demasiado dirigida e pouco abrangente, quando aquilo que se pretende é um modelo verdadeiramente

abrangente que sirva todos os açorianos e todas as ilhas, por essa razão, ela não merecerá o nosso apoio.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se me permitem, gostaria de começar por tecer algumas considerações sobre a intervenção do Deputado Lizuarte Machado, porque acaba por, no fundo, dar razão à iniciativa e à proposta do PCP.

O motivo da discordância terá apenas a ver com o facto de ela ser direccionada e eventualmente levantar algumas dúvidas sobre o modelo de transporte, se seria para substituir a empresa e tornar aquela ligação de carácter público.

Penso que na resolução não há nenhuma indicação sobre o modelo de negócio, nem sequer de substituição da empresa, a quem presto o meu reconhecimento pelo serviço que tem prestado ao longo de todos os anos na ligação a Santa Maria, designadamente no transporte de mercadorias. Antes pelo contrário, não há nada que diga no Projeto de Resolução que eventualmente não seria para concessionar aquela ligação, designadamente à empresa que tradicionalmente faz essa ligação.

O Sr. Deputado ajudou-me bastante com a sua intervenção, uma vez que reconheceu aqui, perante o Parlamento e perante as açorianas e os açorianos, particularmente os mais interessados na melhoria desta ligação, a necessidade de melhorar a ligação marítima, porque o navio que está a fazer este serviço não é o mais adequado face às necessidades do mercado.

Portanto, para lhe agradecer, porque de facto veio dar razão à proposta do PCP.

Deputado Francisco César (PS): Um bocadinho enviesado!

O Orador: Aquilo que faz a diferença e aquilo que leva a que o Partido Socialista vá reprovar esta iniciativa do PCP, tem a ver com o facto desta proposta ser para o Sr. Deputado muito direccionada, para o Sr. Secretário Regional avulsa. Pois bem!

A questão que queria colocar diretamente ao Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo é se no tal Plano Integrado de Transportes (marítimos, aéreos, de carga, de passageiros, etc., etc.) Aéreo, Marítimo e Terrestre, que nós ansiamos por ele há muitos anos...

Os açorianos e açorianas anseiam não pelo plano, mas pela efetivação dessa ligação, porque a ligação aérea já está, mas é necessário complementar com a marítima. Aliás, é incompreensível para quem vem aos Açores, e mesmo para nós, que essa ligação não esteja ainda em funcionamento.

Bem pensado, e não precisamos de recuar muitas dezenas de anos, parece que as ligações e as trocas comerciais na Região Autónoma dos Açores, no arquipélago dos Açores melhor dizendo, foram feitas sempre pelas ligações marítimas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não foi o PS que pôs as ligações marítimas a funcionar? Pensava que tinha sido!

O Orador: Sr. Secretário Regional, o senhor está a chegar agora. Não tem essa responsabilidade, mas a questão é esta:

As sucessivas decisões que foram tomadas pelos últimos Governos Regionais (espero que V. Exa. possa e consiga resolver este problema), relativamente a esta questão do transporte marítimo, na verdade, têm sido uma história trágico-marítima. **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Quem era Secretário de Economia?

O Orador: Está por resolver.

Não vamos inventar nada, Sr. Secretário.

Basta olhar para a nossa história para verificar como é que as ligações se faziam. É evidente que precisamos de adequar aos nossos tempos.

Mas a pergunta que lhe ia fazer, Sr. Secretário:

Será que no Plano Integrado que V. Exa. apresentará até ao final do ano, neste Parlamento, não haverá uma ligação marítima regular de mercadoria e passageiros entre São Miguel e Santa Maria? Não haverá? Isto não fará parte do Plano Integrado que V. Exa. vai apresentar?

É que se não vier a fazer, alguma coisa está mal, Sr. Secretário, e é bom que isso fique claro aqui. É bom que os micalenses e os marienses saibam se efetivamente vai ou não haver essa...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Não era melhor aprovar o plano primeiro?

O Orador: ... perninha, essa ligação entre São Miguel e Santa Maria.

Isto não é uma medida avulsa.

Deputado Francisco César (*PS*): Mas é que ninguém é a favor!

O Orador: É evidente que a Representação Parlamentar do PCP teria, com certeza, muita dificuldade em fazer o Plano Integrado, mas nós esperamos por ele. Reivindicamo-lo!

Só quero é que me diga: não vai haver essa ligação regular entre São Miguel e Santa Maria, Sr. Secretário?

Qual é o problema?

Isto é uma recomendação. Não está a dizer ao Sr. Secretário como é que o senhor e o Governo, a que V. Exa. pertence, o deve fazer. É apenas uma recomendação!

Agora explique-me lá se esse Plano Integrado não terá essa ligação.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Silva.

(*) **Deputado Francisco Silva** (*CDS-PP*): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo do Governo Regional e demais elementos do Governo Regional:

Também pensamos que há muito a fazer nos Açores a nível dos transportes, quer transportes inter-ilhas, quer transportes entre as ilhas e o exterior.

Pensamos que faz falta este tal plano estratégico integrado para os transportes da Região Autónoma dos Açores, por isso consideramos que é de louvar a iniciativa apresentada pelo Sr. Deputado do Partido Comunista.

Temos duas questões (duas dúvidas) relativamente à proposta.

Na nossa opinião, há que incentivar a participação das empresas privadas na rede de transportes regionais, sempre que essas empresas tenham capacidade para prestar os serviços nas condições adequadas.

Parece ser este o caso das Ilhas de São Miguel e Santa Maria onde já há uma empresa privada a operar ao nível do transporte de mercadorias.

Por mais respeito que se tenha por essa empresa, a verdade é que a entrar com um novo navio vai haver concorrência com a empresa que já está a funcionar.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Onde é que o Sr. Deputado descobriu isso? Onde é que isso está?

O Orador: A minha pergunta é: há alguma ideia de colaboração com a empresa privada, de maneira a que ela continue no mercado?

A segunda questão que também queria colocar ao Sr. Deputado Aníbal Pires é ao nível do transporte de passageiros na época baixa.

Tem alguma ideia da procura que haverá para esse transporte? Acha que terá sustentabilidade?

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Bem visto!

O Orador: É que criar novas empresas públicas, para depois acumular défices, não nos parece uma boa estratégia.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para aproveitar a oportunidade para esclarecer o que é que o Bloco de Esquerda entende por integrado, neste caso dirigindo-me diretamente ao Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Quando falamos em integrado, falamos em integrado em marítimos, aéreos e terrestres e também falamos de pessoas, mercadorias e veículos.

Integrado para nós é um plano que, partindo da identificação das necessidades dos percursos, dos horários, dos custos e dos retornos, harmonize todos estes

parâmetros em termos de complementaridade, rentabilização e de criação de sinergias, mesmo nas épocas baixas e, aproveitando as épocas baixas, criar, se calhar para elas, uma forma diferente de circulação e de harmonização. É para isso exatamente que serve um plano. É para fazer este levantamento e este estudo.

Em última análise, integrado para nós, para que os açorianos e açorianas nos percebam de uma forma mais sã, quer dizer que ponha “a bota a bater com a perdigota”: que possamos sair de um avião, ter um transporte público à espera que nos possa levar para um barco, que quando nós chegarmos não tenha partido, que tenhamos que esperar pelo próximo e que cheguemos a uma ilha onde este tipo de ligação e de harmonização se continue a reproduzir.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): E o Governo que trate disso tudo!

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Não tem que tratar de tudo, mas tem que tratar de alguma coisa!

A Oradora: É isto tão só um Plano Integrado de Transportes.

Não é o Governo, Sr. Presidente. É o Governo com todas as entidades, como tem dito o Sr. Secretário, privadas e públicas, que direta e indiretamente têm relação com esta matéria. É isto que tem dito o Sr. Secretário.

De quem é que deve partir a iniciativa deste plano?

Obviamente que tem que partir do Governo Regional.

É o Governo que o vai fazer sozinho?

Obviamente que não.

Agora a iniciativa tem que ser sua e é disso que continuamos à espera.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraída Soares, agradeço o seu esclarecimento. Não poderia ser outro, como é óbvio. Já sabia que só poderia responder isso, mas isso traz-me à memória uma outra questão: Atlântico Norte, 38º graus de latitude.

Talvez o termo integrado não seja nesta circunstância o mais adequado. Não sei se me fiz esclarecer.

Deputada Zuraída Soares (BE): Porquê?

O Orador: Porquê? Atlântico Norte, 38º graus de latitude norte, mais de 50% de dias do ano com ondulação acima dos 3 ou 4 metros, uma infinidade de cancelamentos.

Deputada Zuraída Soares (BE): Um sinónimo!

O Orador: Eu percebo o objetivo, quer quando é dito pelo Sr. Secretário, quer quando é dito por todos os partidos que defendem o tal modelo integrado.

Só chamo a atenção para este integrado, porque talvez não seja o termo mais adequado, porque, no que ele quer dizer em si mesmo, essa integração talvez não seja muito fácil, talvez seja uma equação com demasiadas variáveis, talvez tenha uma solução muito difícil. Penso que todos têm consciência disso.

Só quis chamar a atenção para isso, nada mais. Não foi minha intenção fazer nenhuma crítica a quem utilizou o termo, como é óbvio.

Sr. Deputado Aníbal Pires,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Diga, diga!

O Orador: ... quando este Grupo Parlamentar entende que a sua proposta é demasiado dirigida e que devia ser vista de uma forma mais abrangente num modelo integrado global (utilizando a expressão integrado, que é a expressão comum que todos têm utilizado) para a toda a Região, quer este Grupo Parlamentar dizer que um navio com estas características, sem toda a componente do modelo desenvolvida e em funcionamento, chegaria a Ponta Delgada sem poder efetuar ligações ou transbordo de carga rolada para a restante frota regional.

Portanto, isto seria, no imediato, um desperdício de recursos, sejam eles públicos ou privados, não importa. São recursos regionais.

Aquilo que faz a diferença, e essa foi a questão que o Sr. Deputado colocou, é não fazermos asneira sem antes definirmos que o modelo que pretendemos seja verdadeiramente implementado. É não desperdiçarmos recursos públicos ou privados, não importa, sem termos a certeza daquilo que estamos a fazer.

Acho que isto é prematuro sem as tais obrigações de serviço público a que o Sr. Secretário se referiu, para nós percebermos exatamente o modelo ou as regras dentro das quais nos poderemos movimentar.

Lembro ainda que sejam quais forem as obrigações de serviço público, seja qualquer for o modelo, nada disto funcionará se nessas obrigações e nesse modelo não estiver devidamente integrada a participação das atuais empresas privadas que, ao longo de séculos, prestam serviços a esta região, serviços sem qualquer contrapartida pública, serviços absolutamente inestimáveis e que merecem certamente o reconhecimento de todos nós.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou aguardar pacientemente a resposta do Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo relativamente à questão que muito claramente lhe coloquei.

Entretanto, dizer o seguinte:

Não há – julgo que nem sequer é legítimo – nos considerandos do Projeto de Resolução, e muito menos na parte da resolução, nenhuma indicação de que é para substituir a empresa que está a fazer o transporte. Não há ali nenhuma indicação relativamente ao modelo de negócio.

Eu até poderia ter feito essa opção. Não! O Governo Regional adquire, o Governo Regional garante o serviço e a empresa terá de competir com o público.

Nada disso. Não há lá nenhuma indicação.

Isso só pode ser a cegueira dogmática de V. Exa. que leu por aí coisas que não estão lá, Sr. Deputado. Só mesmo os antolhos da sua matriz ideológica é que podem ter levado a uma interpretação dessas.

Depois, V. Exa. sabe muito bem que, relativamente à questão da procura, é preciso que haja oferta e não há.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah!... Não há!

O Orador: Não há oferta. Ou há?

Sr. Deputado, conhece alguma ligação marítima de passageiros para Santa Maria a efetuar-se durante todo o ano?

Há? Não há!

O que o senhor tem é um indicador relativamente...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a procura?

O Orador: ... aos meses da operação de verão, que é outra coisa. Isso eventualmente pode dar-lhe algumas indicações sobre a procura.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a procura?

O Orador: Paralelo 38. Certamente!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Da Coreia do Norte!

(Risos dos Deputados Artur Lima e Aníbal Pires)

O Orador: Isto quando faltam argumentos é uma coisa terrível, Sr. Deputado.

Mas como V. Exa. sabe, isso a mim faz-me uma mozza... enfim!

Paralelo 38, Sr. Deputado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Não é nenhuma crítica à sua proposta.

O Orador: Eu sei que não é uma crítica.

Deputado Lizuarte Machado (PS): É uma orientação!

O Orador: Todos percebemos isso, todos temos consciência das condições meteorológicas desta latitude e desta longitude, já agora, não é? Se calhar tem aqui algum relacionamento.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Também tem algum!

O Orador: Pronto. Era só para confirmar.

É evidente que isso leva a algumas limitações, designadamente em termos das ligações marítimas. Certamente!

Mas, Sr. Deputado, e não tem também limitações relativamente ao transporte aéreo?

Deputado Lizuarte Machado (PS): Há!

O Orador: Há. Mas não deixamos de ter transporte aéreo a unir as nove ilhas. Portanto, essas limitações são contingências do nosso posicionamento geográfico, quer ao nível da latitude, paralelo 38, e agradecia que me ajudasse relativamente à longitude. Não sei muito bem qual é.

Deputado Lizuarte Machado (PS): É oeste!

O Orador: Eu sei que é oeste. Ao menos isso!

Agora, o que se trata aqui é de que os argumentos utilizados são, de facto, falaciosos, porque o seu problema é porque é direccionado, o problema do Sr. Secretário é porque é avulso, o problema do Bloco de Esquerda é porque quer esperar pelo Plano Integrado. De facto, eu também quero vê-lo e havemos de esperar sentados, Sra. Deputada. Não se sabe muito bem por quanto tempo.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas estamos sozinhos!

O Orador: Exatamente. Sentados para não nos cansarmos, porque há muito tempo que andamos à espera disso.

Relativamente ao posicionamento de outros partidos, eu não consegui perceber qual o sentido de voto do CDS-PP, mas até agora o que temos assistido é a uma abstenção do PSD, o que quer dizer alguma coisa, a uma abstenção do Bloco de Esquerda, e a esta posição incompreensível, contraditória até com a posição assumida pelo Secretário Regional dos Transportes e Turismo relativamente à proposta do PCP.

A proposta do PCP é um Projeto de Resolução. Não diz, Sr. Deputado, qual é a tipologia da embarcação a adquirir.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aí é que está! Mas devia dizer! É uma lancha!

O Orador: Nem tinha que dizer, Sr. Deputado.

É apenas uma recomendação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apenas!...

O Orador: Portanto, não tem lá a indicação da tipologia. Isso caberá ao Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo, ao Governo Regional dos Açores e aos parceiros que colaborarem na concessão do tal Plano Integrado (o que se quiser chamar) de transportes para a Região.

Isto é um simples Projeto de Resolução e este simples Projeto de Resolução emana de uma necessidade que é sentida, quer em Santa Maria, quer em São Miguel.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a procura?

O Orador: Eu continuo a aguardar a sua resposta, Sr. Secretário.

Relativamente à procura, já lhe expliquei.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não explicou nada!

O Orador: Expliquei, expliquei.

V. Exa. está com o seu problema dogmático, mas... Enfim, esse é um problema que V. Exa. vai ter de digerir sozinho.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Diga!

O Orador: ... acha que eu iria passar a oportunidade de lhe responder? Vou responder-lhe e com todo o gosto.

Em primeiro lugar, queria responder à Sra. Deputada Zuraida Soares. Para já fico satisfeito por verificar que a Sra. Deputada tem ouvido atentamente aquilo que tenho vindo a dizer.

Deputada Zuraida Soares (BE): É a minha obrigação!

O Orador: Aquilo que tenho vindo a dizer é com um objetivo claro, é ter a capacidade de o fazer, porque no dia que eu achar que não tenho capacidade para fazer, deixo de o dizer. Este é o compromisso que eu assumo.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: Na sequência daquilo que foi aqui falado, permita-me que lhe diga que houve aqui alguma confusão.

Eu comecei por falar em obrigações de serviço público. A Sra. Deputada foi buscar o Plano Integrado de Transportes. São dois instrumentos distintos...

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas complementares!

O Orador: ... que o Governo dos Açores se compromete, até ao final do ano, vir aqui apresentar.

O Plano Integrado de Transportes vai integrar a parte da sua componente marítima no Plano Integrado de Transportes, como é evidente.

Se não me engano, a Sra. Deputada colocou uma questão: por que é que se começava com o Plano Integrado de Transportes no Grupo Central e não noutra local qualquer?

Sra. Deputada, isso é perguntar o óbvio!

Deputada Zuraida Soares (BE): É mais fácil!

O Orador: Sra. Deputada, no Grupo Central, nomeadamente nas ilhas do triângulo...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não é óbvio!

O Orador: Se me deixar responder e ouvir atentamente, como tem-me ouvido sempre, provavelmente vai perceber.

No Grupo Central existe já um conjunto de ligações que são estabelecidas e que potenciaram claramente o fluxo do tráfego marítimo.

Portanto, temos aqui uma base de trabalho.

Estamos a falar de coisas muito sérias que envolvem recursos públicos e que mexem com a vida das pessoas.

Deputada Zuraida Soares (BE): Exatamente!

O Orador: Não podemos andar a dar tiros para o ar a ver se pega.

Temos que pegar naquilo que está consolidado, adaptar àquilo que pretendemos fazer no futuro e fazer progredir progressivamente para todas as ilhas dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem diria!

O Orador: Espero ter sido claro no esclarecimento que lhe fiz.

Deputada Zuraída Soares (BE): Estamos de acordo!

O Orador: O Sr. Deputado Aníbal Pires tem que ver bem qual é o Projeto de Resolução que apresenta.

O Sr. Deputado Aníbal Pires, no seu Projeto de Resolução, recomenda ao Governo a aquisição de um navio. Não recomenda ao Governo que no futuro Plano Integrado de Transporte, ou nas obrigações de serviço público de transportes marítimos, tenha uma ligação de São Miguel a Santa Maria. São coisas completamente distintas.

Temos que ter claramente em conta que o transporte marítimo de carga é assegurado por um conjunto de operadores locais que, sem a participação do Estado, asseguram esse serviço.

Nomeadamente, a ligação entre São Miguel e Santa Maria é assegurada por um desses armadores. Temos que ter respeito por estas pessoas que diariamente contribuem para dinamizar a economia.

Agora, temos que criar condições para que essas pessoas também potenciem a sua atividade, possam dinamizar e crescer com as suas empresas no contexto global da Região, não assumindo uma posição solitária num determinado sentido, cujo impacto económico certamente o Sr. Deputado Aníbal não mediu,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aí é que está!

O Orador:... e cujo impacto que tem na vida das pessoas e da economia local certamente o Sr. Deputado Aníbal Pires não se deu ao trabalho de analisar, porque ele é real. Põe em causa a existência de empresas e é isso que temos que ter em linha de conta e servir como linha orientadora.

Há uma outra questão que foi levantada pelo Sr. Deputado do PP que é relevante. É evidente que se não houver oferta não há procura.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Claro!

O Orador: Sr. Deputado, mas o senhor sabe qual é o movimento de passageiros, em época alta, entre São Miguel e Santa Maria?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga lá, Sr. Deputado!

O Orador: O Sr. Deputado sabe que em época alta estamos a falar em média de 3 mil e 300 passageiros por mês?

Isto significa que nos meses de julho e agosto temos um pique de operação. Imagine o que é que teremos nas pontas.

Se formos falar no período de inverno, imagine qual é a sustentabilidade esperada para uma operação destas.

Um navio para prestar este tipo de serviço tem que conciliar claramente carga e passageiros.

Como o Sr. Deputado Lizuarte referiu e muito bem, tem que ser de uma forma concertada. Não pode ser numa perspetiva única de servir São Miguel e Santa Maria.

Tem que ser numa perspetiva única de servir os Açores,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estamos de acordo, Sr. Secretário!

O Orador: ... de chegar a São Miguel e poder partir para qualquer uma das outras ilhas com a carga que vem de Santa Maria.

Aquilo que se pretende é claro.

Os transportes não são um fim. Os transportes são um meio. É o meio de dinamizar a economia açoriana.

É para isso que vamos trabalhar, mas de uma forma concertada, de uma forma integrada, usando com racionalidade os meios públicos que estão ao nosso alcance.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e do Sr. Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu devo dizer que neste caso o PPM está de acordo com V. Exa. **Deputado José Ávila (PS)**: Eh, pá! Isto hoje dá direito a um jantar!

O Orador: Passo a explicar porquê.

Penso que o sentido da proposta tem sido desvirtuado aqui pelo Governo.

Penso que a proposta dá uma grande amplitude para os estudos que são necessários efetuar e é necessário depois racionalizá-la do ponto de vista da sua operacionalização prática.

Vejamos o seguinte:

Aqui diz aquisição, não diz compra. Significa que há aqui uma amplitude em relação à operação que vamos fazer.

Também diz aqui que é para o estabelecimento de uma ligação marítima regular. Não diz que é todos os dias, nem diz que é de dois em dois dias. Significa que esse estudo seria feito por parte do Governo.

Obviamente teria uma aplicação diferente em relação à época alta e à época baixa. Teria que se adaptar às circunstâncias.

Evidentemente terá que estar integrada naquele que será o futuro plano do Governo.

Mas já existe uma ligação marítima entre as Flores e o Corvo, e essa também, pré-existente, deverá ser integrada no conjunto que se vai criar.

Portanto, o facto de se criar uma operação específica de ligação entre as ilhas não significa que depois não se desenvolva um plano mais racional, coisa que até ao momento, e em 17 anos, o Governo não fez.

É evidente que ao remeter para a existência do tal plano é um perigo enorme, porque já temos 17 anos de espera em relação à tal criação de uma estratégia de mercado interno.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Esperamos sentados!

O Orador: Percebo que o Sr. Deputado do PCP diga: “então vamos todos esperar sentados”.

De facto, é um perigo esperarmos por essa racionalização. A verdade é esta.

No final desta Legislatura vamos comemorar 40 anos de autonomia e vamos (não é comemorar) assinalar 20 anos de governo do Partido Socialista.

O mercado interno não existe.

Deputado Francisco César (PS): O mercado interno é ali com o PSD!

O Orador: O que existe ao longo destes anos é uma Região altamente dependente das receitas do exterior. Não chega a produzir 50% de receitas próprias; uma Região muitíssimo dependente, cujo mercado interno não existe.

Cada ilha funciona praticamente como um mercado diferente e não integrado com as constantes ilhas, onde não temos uma massa de consumidores e de empresários verdadeiramente integrados naquela que é a produção e as potencialidades regionais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Bem-vindo ao clube!

O Orador: Eu considero que os argumentos que foram aqui aduzidos não fazem sentido, porque este Projeto pode ser adaptado às circunstâncias, aos diferentes períodos do ano. Pode ser adaptado àquele que vier a ser o plano do Governo, coisa que eu não acredito que o Governo venha a ser capaz de fazer, e evidentemente também em relação à escolha do navio, à capacidade do navio.

Agora há aqui uma coisa: o que é que fica no fim?

A decisão política.

Há ou não uma decisão política no sentido de integrar o mercado interno?

Se o Governo Regional chumbar este projeto não há.

Há ou não uma tentativa de integrar as ilhas de menor dimensão numa economia com maior dimensão?

Também não há.

Esse é o grande problema que temos. Temos a economia de uma ilha, que é a Ilha de São Miguel, que é cada vez mais dominante, que demograficamente tem um peso percentual cada vez maior na Região.

Estamos a caminhar para uma centralização que o Governo não tem conseguido evitar, porque o PIB da Região está cada vez mais concentrado na Ilha de São Miguel. Enquanto as outras ilhas diminuem o seu peso percentual, a população dos Açores está cada vez mais concentrada na Ilha de São Miguel.

Eu vejo os senhores fazerem discursos contra o centralismo, mas as vossas políticas têm criado o centralismo na Região Autónoma dos Açores.

Quando têm oportunidade de apoiar uma medida que vai no sentido de permitir que outras economias possam ficar ligadas ao centro, que outras economias possam ter outra capacidade ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a considerar São Miguel o centro?

Deputado Aníbal Pires (PCP): O centro de São Jorge!

O Orador: O centro é o arquipélago, articulado.

Eu considero que esta proposta vai nesse sentido e que o Governo, em relação a esta medida, faz mal em não a apoiar e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista faz mal em não aprová-la.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Continuam aqui, na minha opinião, a subsistir alguns equívocos, quer na intervenção que o Sr. Secretário Regional acabou de fazer no sentido de esclarecer a questão que eu lhe coloquei, quer relativamente a outros equívocos sobre a questão da oferta ou da procura.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vamos a números!

O Orador: Aliás, nos apartes tenho vindo a ser acusado de não ter olhado para esses fatores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Sr. Secretário não fez apartes!

O Orador: Aquilo que é sabido é que anualmente se transporta cerca de 10 mil passageiros, por via marítima, entre São Miguel e Santa Maria. Os números são da Atlânticoline. Portanto, durante os meses de operação, são 10 mil pessoas que utilizam o transporte marítimo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A tabuada dos três, ele sabe!

O Orador: Agora, há uma coisa que tem a ver com seguinte:

Sr. Secretário Regional, como sabe (eu espero que este ano possam haver algumas correções a esse nível), os horários dos transportes marítimos e de

ligação entre Santa Maria e São Miguel não são os mais adequados. Não favorecem a utilização daquele meio de transportes.

É evidente que temos períodos durante o ano em que há maior procura, outros em que há menor. Aliás, julgo que ao nível do transporte aéreo também se faz a devida adequação no inverno e no verão. Mas não é por isso que deixa de haver ligações aéreas entre as diferentes ilhas da Região.

Portanto, não me parece que essa seja uma justificação plausível para a rejeição deste Projeto de Resolução, também por essa via.

Já percebemos que há outros argumentos e o outro argumento que tem a ver com a questão de ser uma medida avulsa, na minha opinião, também não faz vencimento.

A questão da procura.

Não sei por que é que a bancada do CDS está incomodada.

O problema é que a bancada do CDS não leu o Projeto de Resolução, porque se tivesse lido, designadamente os seus considerandos, eventualmente não teria proferido as intervenções e os apartes que tem vindo a fazer, porque isso demonstra claramente que não leu ou não quis ler, não percebeu...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É mais essa parte!

O Orador: ... ou não quis perceber qual o alcance disto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está em russo e não percebemos russo!

(Risos do Deputado Aníbal Pires)

O Orador: Há aqui uma questão, Sr. Secretário, e tem a ver com o seguinte:

Nós não dizemos qual é o modelo da embarcação,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas então diga qual é o modelo!

O Orador: ... não dizemos qual o modelo de negócio.

Passa apenas por ser uma recomendação ao Governo.

Sr. Secretário Regional, eu não tenho dúvidas nenhuma que quando V. Exa. trouxer aqui (e espero que o faça brevemente, e que possa cumprir aquilo que

hoje aqui disse) esse Plano Integrado, ou o que se queira chamar, certamente que esta ligação marítima regular entre São Miguel e Santa Maria virá incluída. Aliás, desde que estamos a fazer esta discussão, que não se limita apenas à questão do Projeto de Resolução, mas que é mais larga relativamente à questão dos transportes marítimos, lembro-me que logo em 2009 trouxe a esta Assembleia uma preocupação sobre as ligações marítimas no triângulo, designadamente ser necessário substituir os navios que faziam estas ligações, porque estavam em fim de vida, iam ser desclassificados, etc., etc..

Na altura, também fiz algumas críticas àquilo que era o serviço prestado pela Transmaçor nesse serviço de transportes entre as ilhas do triângulo.

Lembro-me perfeitamente (mas perfeitamente!) do Secretário Regional da Economia, da altura, se ter levantado para me responder.

Bem ao estilo do Secretário Regional da Economia da altura, com alguma teatralidade misturada, me disse assim:

“Ó Sr. Deputado, V. Exa. queria era que o Governo entrasse pela Transmaçor, regionalizasse a Transmaçor e ocupasse o espaço que cabe a uma entidade privada!”

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

O Orador: Pois não demorou muito tempo. O Secretário Regional da Economia e o X Governo Regional entraram pela Transmaçor dentro...

Deputado Lizuarte Machado (*PS*): Não teve alternativa. O Sr. Deputado está a misturar coisas que não são misturáveis!

O Orador: ... e acabaram por tornar aquela empresa numa empresa maioritariamente de capitais públicos.

Eu neste momento não posso afirmar com certeza se é totalmente de capitais públicos ou não, mas com certeza tem a maioria do capital público.

Não direi que o Secretário Regional dos Transportes e Turismo venha... Ou melhor, tenho a certeza que o Secretário Regional dos Transportes e Turismo quando vier apresentar o Plano vai reconhecer a validade deste Projeto de Resolução.

Sr. Secretário, isto não é para comprar amanhã e V. Exa. sabe isso muito bem.

Isto é apenas uma recomendação ao Governo. A necessidade do barco é uma evidência. V. Exa. tem consciência disso. É uma evidência.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Um barco ou um navio?

O Orador: É uma barca.

O Sr. Secretário virá acabar por dar razão à pertinência deste Projeto de Resolução do PCP. Não só o Sr. Secretário, mas todas as bancadas que hoje estão aqui a abster-se.

Ainda não percebi muito bem qual a posição do CDS sobre esta matéria,...

Deputado Luís Silveira (*CDS-PP*): É contra!

O Orador: ... uma vez que estão com um problema de cegueira dogmática.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Começaria pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão para dizer o seguinte:

Sr. Deputado, a sua intervenção foi de tal maneira esclarecedora que me fez lembrar uma famosa frase de um não menos famoso filósofo Sêneca. A frase reza assim: “Nunca há ventos favoráveis para marinheiros sem rumo”.

(Risos do Deputado João Bruto da Costa)

Sr. Deputado Aníbal Pires, quando falei do modelo integrado de transportes e dos cuidados a ter com essa integração, claro que eu sabia que, apesar das contingências atmosféricas e da situação geográfica em que nos encontramos, há transporte aéreo.

O que quis dizer foi que esse é um sistema com muitas equações e muitas variáveis e algumas dessas variáveis eventualmente não serão quantificáveis. Portanto, o modelo não é simples...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Não é não senhor! Estou de acordo consigo!

O Orador: ... e exige um estudo muito atencioso e cuidadoso.

Quanto ao novo modelo, é evidente que o novo modelo terá obviamente que contemplar a ligação regular São Miguel/Santa Maria. Aliás, ela já existe.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Há, quando há passageiros!

O Orador: É preciso ter em atenção que os 10 mil passageiros que referiu, cerca de 9 mil ou um pouco mais de 9 mil, são nos três meses de época alta. Portanto, o que sobra para a época baixa é muito pouco.

Deputado Aníbal Pires (PCP): A oferta!

O Orador: É possível e razoável admitir-se que com um navio diferente essa procura poderá ser ligeiramente diferente, mas todos sabemos que será só muito ligeiramente diferente e não mais do que isso.

Repito: Não faz sentido darmos o passo maior do que a perna.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É um passo muito pequenino. A perna é pequenina!

O Orador: O que faz sentido neste momento é não dispormos erradamente de recursos, sejam eles públicos ou privados, para algo que pode vir a não estar integrado no futuro modelo.

Quanto à outra questão, à questão da tipologia do navio, o Sr. Deputado referiu-se a duas coisas. O modelo, diz que não definiu e a proposta de resolução não define o modelo de funcionamento. É verdade que não define, tem toda a razão. Quanto à tipologia do navio, isso já não é verdade.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É passageiros, mercadorias e veículos!

O Orador: Não é verdade porquê, Sr. Deputado?

Isso é uma questão técnica, só para corrigir.

Quando se diz que se trata de transporte de passageiros, veículos e carga, é óbvio que isso só é conciliável num navio que possa transportar, em termos de carga, carga palatizada e carga rodada.

Portanto, a tipologia do navio está claramente definida na sua proposta.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Também não tenho dúvidas que vai ser esse o sentido!

O Orador: Portanto, era só para corrigir essa situação e para que fique claro que relativamente a essa matéria não tirei conclusões precipitadas.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O marinheiro sem rumo!

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente (ao fundo da bancada), Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Lizuarte Machado, o mesmo filósofo também disse o seguinte: “Algumas doenças devem ser curadas com a ignorância dos pacientes. Muitos morreram por conhecer a causa do seu mal”.

Penso que é o seu caso, Sr. Deputado, e também o caso deste Governo.

Há quanto é que o Governo diz que é necessário que haja um mercado interno?

Há quanto tempo é que ouvimos este discurso?

Há muito tempo!

Que é necessário criar ligações eficazes.

Ao fim de 17 anos ainda estão a estudar.

Conhecem o mal, mas evidentemente que vão morrer por ignorar como é que o vão realizar e como é que vão combater esse mal e essa doença.

Portanto, penso que a frase se aplica na perfeição. Este filósofo era um sábio, verdadeiramente.

Deputada Zuraída Soares (BE): Conhecia a Região Autónoma dos Açores!

O Orador: Conhecia as contradições de V. Exa. e do Governo que V. Exa. apoia.

A verdade é esta. Esta proposta vai no sentido de criar uma ligação que é fulcral para duas ilhas que são próximas, que é o caso de Santa Maria e São Miguel, e onde existem potencialidades evidentes do ponto de vista do fluxo turístico e do ponto de vista daquela que é uma interligação económica que se pode desenvolver entre as duas ilhas. Esse potencial existe.

Dir-me-á: mas é reduzido.

É! Mas existe um potencial que tem que ser desenvolvido.

É evidente que é isto que temos que fazer. Para isso é preciso estudar qual é o fluxo inicial, quais são as expectativas e de que forma é que isto pode crescer.

É nesse sentido que a tipologia do navio tem que ser pensava a partir do ponto de partida...

Deputado Francisco César (PS): Tem que ser pensava a partir de que ponto de partida? É esta a questão de fundo!

O Orador: ... e quais são as expectativas do crescimento deste fluxo comercial e deste fluxo turístico. Esta é a primeira questão.

Segunda questão: integração de uma rota que se cria.

Aí, o que vamos fazer no tal plano integrado, é integrar as rotas que já foram criadas. Ou os senhores vão começar tudo a partir do zero?

Se vão começar a partir do zero, vou começar a ficar bastante preocupado, porque depois podemos não sair do zero se os senhores destruírem aquilo que levaram 17 anos a construir, que foi tão pouco e está tão desestruturado.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Convém referir que esta proposta do PCP foi inclusivamente rejeitada pelo Conselho de Ilha de Santa Maria.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Oh! Grande novidade!

O Orador: Foi rejeitada pela Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada.

Acho que só por isto dá para perceber o enquadramento e abrangência que a própria proposta tem.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, a mim, o senhor fez-me lembrar um autêntico profeta da desgraça.

O Sr. Deputado ainda há bem pouco tempo teve oportunidade de verificar, junto do seu círculo eleitoral, que o Governo dos Açores se empenhou e concretizou um dos seus compromissos.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Tem o novo serviço, que foi adjudicado pelo Fundo Regional de Coesão, de transporte de carga entre as Flores e o Corvo.

O Sr. Deputado vem dizer que o Governo dos Açores não está em empenhado em desenvolver as economias de todas as ilhas?

Vozes de alguns Deputados a bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado, não esperava isso de si, porque sei que o senhor, tal como eu, sabe a importância que têm as ligações marítimas, não só para o Corvo, mas para todas as ilhas dos Açores.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Relativamente àquilo que o Sr. Deputado Aníbal Pires disse, das ligações marítimas entre as Ilhas de São Miguel e de Santa Maria, nas obrigações de serviço público não vai haver só e apenas uma ligação marítima entre São Miguel e Santa Maria.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Claro que não! Tem que haver entre São Jorge e a Terceira!

O Orador: As obrigações de serviço público são para definir essas mesmas obrigações na ligação a todas as ilhas dos Açores.

O objetivo aqui é claro. O objetivo é criar condições para dinamizar o tráfego inter-ilhas em conjunto com os operadores locais.

Deixe-me que lhe diga: para termos um serviço de qualidade, para termos um serviço que vá ao encontro das necessidades de todas as ilhas dos Açores e de todos os açorianos, foi necessário criar infraestruturas para que isso acontecesse.

Não podemos “colocar o carro à frente dos bois”.

Primeiro temos que ter as condições e depois é que temos que fazer.

Foi isso que foi feito, é isso que faremos e é esse o nosso compromisso.

Os compromissos que assumimos são compromissos para cumprir.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Tem 2 minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Só para responder ao Sr. Secretário Vitor Fraga.

Sr. Secretário, o meu ceticismo era o mesmo que V. Exa. tinha até há 6 meses.

Deputado Francisco César (PS): O que é que isso quer dizer?

O Orador: É exatamente o mesmo.

Eu conheço o seu pensamento sobre o esforço do Governo nesta matéria.

Eu tenho o mesmo ceticismo que V. Exa. tem.

Em relação aos conselhos de ilha e ao Conselho de Ilha de Santa Maria.

O Conselho de Ilha do Corvo escreveu duas linhas a apreciar o Orçamento.

Deputado Berto Messias (PS): Estou esmagado com a sua argumentação!

O Orador: A um Orçamento que perde 50% comparado com o ano anterior, o Conselho de Ilha do Corvo responde, por unanimidade: “estamos de acordo”. E dá o seu apoio em duas frases.

É evidente que os conselhos de ilha respondem aquilo que a maioria lhes manda dizer.

Neste caso, não me surpreende nada que o Conselho de Ilha tenha tomado aquela deliberação. Um dia, quando existir outro governo, que tenha outro apoio partidário, dirá exatamente o seu oposto. É assim que estamos em relação aos conselhos de ilha.

Não me digam que isto é desrespeitar.

Deputado Francisco César (PS): É desrespeitar! É uma questão de desrespeito!

O Orador: É a minha opinião livre e democrática sobre os conselhos de ilha.

Em relação à outra questão sobre a Ilha do Corvo.

Sr. Secretário, é exatamente isso. Essa medida que foi tomada, é uma medida que há muito tempo o PPM reivindicou, até mesmo nesta legislatura.

Em relação à Ilha do Corvo estamos de acordo, Sr. Secretário. Não temos divergências em relação à Ilha do Corvo, para já.

Mas em relação a Santa Maria, o que eu pretendo, é que seja dada a hipótese, também à Ilha de Santa Maria, de estar integrada na economia regional a esta escala.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a Ilha Graciosa!

O Orador: E também a Ilha Graciosa, mas neste caso é uma proposta sobre a Ilha de Santa Maria.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a Ilha das Flores!

O Orador: Eu considero que neste caso a proposta faz sentido, mas eu já estou a gastar demasiado tempo numa proposta que nem sequer é minha.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não vale a pena gastar tempo!

O Orador: Não é do PPM.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, pediu a palavra. Tem um minuto.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Será bem aproveitado, certamente.

Sr. Secretário Regional, relativamente às questões dos conselhos de ilha, infelizmente sabemos como é que eles funcionam.

Deputado José Ávila (PS): Mal!

O Orador: Portanto, os comissários políticos do partido que sustenta o Governo que V. Exa. integra tratam de...

Deputado José San-Bento (PS): Respeitinho é uma coisa muito boa, Sr. Deputado! Comissários políticos?

Deputado Francisco César (PS): Comissários políticos? Quem é o senhor para dizer isso?

O Orador: Os comissários políticos do...

Deputado Francisco César (PS): Então o senhor que defende o PCP é que vem falar em comissários políticos?

O Orador: ... partido que sustenta o Governo que V. Exa. integra condicionam os pareceres dos Conselhos de ilha.

Deputada Zuraída Soares (BE): Isto estava a correr tão bem!

O Orador: Sr. Secretário, mal seria que aquilo que V. Exa. nos vai apresentar aqui, daqui a algum tempo, não trouxesse essa ligação.

Deputado Francisco César (PS): Comissários políticos é uma coisa do PCP!

O Orador: E mal será se não trazer uma ligação entre São Jorge e a Terceira e mal será que lá não traga uma ligação entre São Jorge e a Graciosa ligando, assim, também estas duas ilhas do Grupo Central, cujo centro é a Ilha de São Jorge.

Mal será Sr. Secretário se lá não vier tudo isto contemplado, designadamente a ligação com Santa Maria e São Miguel.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Aida Amaral tem a palavra.

(*) **Deputada Aida Amaral (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas venho aqui esclarecer à câmara que não comungo da opinião do Sr. Deputado Aníbal e do Sr. Deputado Paulo em relação à opinião que deram sobre o Conselho de Ilha de Santa Maria.

Devo dizer que o Conselho de Ilha é um órgão eleito pelas forças vivas da ilha...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e ninguém em Santa Maria, que tenha conhecimento até então, vai a reboque de qualquer maioria que esteja presente no arquipélago dos Açores.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

A Oradora: Devo dizer que o Conselho de Ilha tem opinião própria, quer seja negativa ou positiva.

O que está em causa no Conselho de Ilha de Santa Maria, sempre foi e será, os interesses da Ilha de Santa Maria.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem! Grande tarefa!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para responder à Deputada Aida.

Presidente: Penso que já não tem tempo.

Deputada Zuraida Soares (BE): Protesta!

Presidente: Não tem tempo, Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas posso fazer um protesto, Sra. Presidente.

(Risos da Deputada Zuraida Soares)

Deputado Jorge Macedo (PSD): Protesto? Ela foi tão simpática!

Presidente: A quê?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Relativamente à intervenção da Sra. Deputada Aida.

(Risos da câmara)

Presidente: Sr. Deputado...

Deputado Aníbal Pires (PCP): A Sra. Deputada Aida...

(Apartes inaudíveis das diferentes bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Isso não se faz!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, o Sr. Deputado não tem tempo e parece-me que usar a figura regimental de um protesto numa intervenção...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Se a Sra. Presidente não me deixa protestar, eu não protesto.

Muito obrigado.

(Risos da Câmara)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para referir que esta discussão vem pôr em cima da mesa aquilo que eu acho que é fundamental para o futuro, ou seja, que haja uma participação ativa de todos nós em prol daquilo que acreditamos ser efetivamente importante para a Região, como é o caso de termos uma política de transportes marítima que satisfaça cada e todas as ilhas dos Açores, que promova efetivamente o desenvolvimento da economia local de cada uma das ilhas e que potencie o desenvolvimento económico da Região.

Sr. Deputado Paulo Estêvão,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não lhe posso responder!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pede tempo ao Governo!

O Orador: ... não sabia que o Sr. Deputado agora também tinha a faculdade de ler os meus pensamentos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não! Li os seus e-mails!

O Orador: Vou começar a ter mais cuidado, até porque estamos aqui numa situação frontal, mas fiquei satisfeito de o saber. Assim terei outro tipo de precaução no futuro.

Mas deixe-me que lhe diga que o Sr. Deputado anda a ler mal. Há 6 meses andava o senhor casado à direita. Hoje está colado à esquerda.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não!

O Orador: Eu não!

Eu fui coerente com aquilo que sempre disse.

Deputado Luís Garcia (PSD): Se isso se chama coerência... vou dar uma volta e já venho!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem vai protestar agora somos nós!

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso é que dá um protesto!

O Orador: Aquilo que é efetivamente importante, Sr. Deputado, não é vir para aqui montar cenários e tentar tirar partido daquilo que é uma coisa muito séria e fundamental para o futuro dos Açores.

E o transporte marítimo é efetivamente uma coisa séria, importante e determinante para o sucesso das economias locais e da economia regional.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isto é casado com a defesa dos Açores! Não é estar à esquerda ou à direita!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Não temos mais intervenções.

Está assim encerrado o debate. Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo dizer, em relação às posições que aqui tomo em nome da Representação Parlamentar do PPM, que não são dogmáticas.

Eu não olho se essa proposta é do Partido Socialista (e já aprovei muitas), do PCP, do Bloco, do CDS ou do PSD.

Eu, quando aprovo ou apoio uma proposta, penso sempre nos Açores.

Eu não estou casado com a esquerda. Temos, como é óbvio, e toda a gente conhece a história do PPM, uma relação muito próxima com partidos que são aliados do PPM, há muitos anos, na democracia portuguesa.

Estamos aliados com o Partido Social Democrata e com o CDS. São partidos que nos são próximos...

Deputado Aníbal Piros (PCP): Um apêndice!

O Orador: ... e são partidos com quem temos uma relação privilegiada que nos orgulhamos.

Não vou dizer que estou casado com os Açores por causa do género, mas pelo menos estou em união de facto com os Açores.

A mim o que me interessa é sempre o interesse dos Açores, são as propostas que privilegiam os Açores.

Deputado Aníbal Piros (PCP): Muito bem!

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Deputado Paulo Estêvão está a fazer a sua declaração de voto. Faça favor de continuar.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Devo terminar esta declaração de voto dizendo o seguinte:

Eu não percebo a tal integração de meios.

Eu pergunto-me (se calhar li mal): gastámos naquele cais de passageiros meio milhão de euros. Não tem passageiros. Então para que é que se gastou meio milhão de euros no cais de passageiros de Santa Maria?

Expliquem-me isso.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Eu não sei é se os Açores estão casados consigo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Penso que não há mais declarações de voto.

Está terminado este ponto da Agenda da Reunião. Avançamos para o ponto 5 que é a **Petição n.º 18/2012 – “Pela não destruição do Parque Arqueológico**

Subaquático da Baía de Angra do Heroísmo”, apresentada por Paulo Alexandre Monteiro, na qualidade de 1.º subscritor.

Para apresentação do relatório dou a palavra à Sra. Relatora da Comissão de Assuntos Sociais, a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO NO ÂMBITO DA APRECIÇÃO DA PETIÇÃO Nº 18/2012

“PELA NÃO DESTRUIÇÃO DO PARQUE ARQUEOLÓGICO SUBAQUÁTICO DA BAÍA DE ANGRA DO HEROÍSMO

ANGRA DO HEROÍSMO, 7 DE FEVEREIRO DE 2013

CAPÍTULO I

Introdução

A 25 de Junho de 2012 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o Nº 18/2012, intitulada “Pela não destruição do Parque Arqueológico Subaquático da Baía de Angra do Heroísmo”, que reúne um total de 1556 (mil quinhentas e cinquenta e seis) assinaturas, tendo como primeiro signatário o Arqueólogo Paulo Alexandre Monteiro.

A referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer, por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, datado de 25 de Junho de 2012.

CAPÍTULO II

Enquadramento Jurídico

O direito de petição, previsto no artigo 52º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189º a 193º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei nº 43/90, de 10 de Agosto.

Cabe à Comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos nºs 1 dos artigos 190º e 191º do Regimento, bem como do artigo 73º, nº 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nº 30/2012/A, de 21 de Dezembro, as matérias relativas às atividades culturais, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

CAPÍTULO III

Apreciação da Petição

a) ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei nº 43/90) e regimentais (artigo 189º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais, na sua reunião de 31 de Janeiro de 2013, na Delegação da Assembleia Legislativa da ilha Terceira, procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 190º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

b) OBJETO DA PETIÇÃO

A presente petição tem como objeto a exigência de que “o Estado respeite as normas do direito regional, nacional, comunitário e internacional que visam a proteção do património cultural, declarando a nulidade de todo este processo [de construção, por parte do Governo Regional, de um Cais de Cruzeiros em, segundo os peticionários, pleno Parque Arqueológico Subaquático] e fazendo regressar a baía de Angra do Heroísmo à sua condição de santuário intemporal do património cultural subaquático da Humanidade”

Mais declaram que “sem estudos económicos ou ambientais que fundamentassem esta decisão, em total desrespeito pelo que está consagrado no ordenamento jurídico nacional, o Governo Regional optou por, de forma arbitrária, decidir construir um terminal de cruzeiros numa zona por si classificada, arqueologicamente sensível, e em total desconformidade com os princípios da economia, da eficiência e da eficácia – afinal, existe um porto oceânico na Praia da Vitória, a menos de 20 Km de distância de Angra do Heroísmo”.

Afirmam ainda, como justificação da sua exigência, que “naquela área diminuta há comprovadamente dezenas de naufrágios históricos, sendo por tal motivo classificada em Diário da República a baía de Angra como Parque Arqueológico Subaquático”; que “nunca o Governo Regional procurou (...) conciliar e articular as necessidades, respetivamente, da arqueologia e do ordenamento do território”; que “esta obra – tal como está aparentemente planeada – irá indubitavelmente fazer-se sobre jazidas arqueológicas subaquáticas, destruindo-as, se não imediatamente, então a curto e a médio prazo devido às manobras dos paquetes no interior da sua bacia de rotação”; e que “cada pessoa, no respeito dos direitos e liberdade de outrem, tem o direito de se envolver com o património cultural da sua escolha, como expressão do seu direito de participar livremente na vida cultural”.

c) DILIGÊNCIAS EFETUADAS

Ainda na reunião de 31 de janeiro, a Comissão de Assuntos Sociais decidiu, por unanimidade, efetuar as seguintes diligências:

- Audição dos peticionários, na pessoa do primeiro signatário da presente petição, Arqueólogo Paulo Alexandre Monteiro
- Audição do Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura
- Audição da Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo
- Audição do Piloto-Mor José Alves Capelos

As audições tiveram lugar na reunião da Comissão de Assuntos Sociais, na delegação da ilha Terceira da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, no dia 7 de Fevereiro de 2013.

1) AUDIÇÃO DOS PETICIONÁRIOS

O primeiro peticionário e o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura foram ouvidos em simultâneo, tendo sido dada a palavra, em primeiro lugar, ao primeiro peticionário, Arqueólogo Paulo Alexandre Monteiro (ouvido a partir de Lisboa, por videoconferência) e, em seguida, ao Sr. Secretário.

O Arqueólogo Paulo Alexandre Monteiro começou por mencionar que a obra do Cais de Cruzeiros foi decidida sem que tenha havido estudos acerca da relação custos/benefícios e que, deste modo, não vê sequer garantia de que venha a constituir um verdadeiro benefício para a economia local.

Afirmou, em seguida, que a Baía de Angra é dos sítios mais ricos do mundo ao nível do património subaquático – ainda que o seu enorme potencial, quer do ponto de vista cultural, quer do ponto de vista turístico (turismo de mergulho), não esteja a ser devidamente aproveitado – e que a concretização da obra, nos moldes em que o projeto se apresenta, irá prejudicar irremediavelmente o património que lá existe.

Para além disso, para que as operações com os barcos de cruzeiro se efetuem com segurança, diz serem necessários dois rebocadores, o que agravaria igualmente a preservação desse património submerso.

Referiu ter apresentado queixa à União Europeia, mas que o Governo Regional terá invocado a realização de estudos sobre a matéria. Segundo o Arqueólogo, se esses estudos existem, foram mal feitos. Mais declara que não compreende como é que o Governo Regional classifica a baía de Angra como Parque Arqueológico Subaquático, por Decreto Regulamentar Regional nº 20/2005/A e depois decide implementar ali um terminal de cruzeiros.

Concluiu dizendo nada ter contra a construção de um Cais de Cruzeiros na ilha Terceira; o que rejeita, de todo, é a hipótese de que esta construção se faça, como está previsto, na baía de Angra.

2) AUDIÇÃO DO SR. SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (SRECC)

O Sr. Secretário foi ouvido imediatamente a seguir ao primeiro peticionário.

Começou por reconhecer o trabalho do Arqueólogo Paulo Alexandre Monteiro na preservação e divulgação do riquíssimo património subaquático que existe nos Açores, em particular em Angra do Heroísmo.

Declarou, desde logo, só poder pronunciar-se sobre o que está sob a alçada da sua tutela, ou seja, e para o presente caso, sobre o Património Cultural (de acordo com a Lei de Bases do Património Cultural).

Lembrou que, nos Açores, o Decreto Legislativo Regional nº 8/2006/A refere, por exemplo, no seu artigo 36º-A, nº 1, alínea c) que estão proibidas “escavações, dragagens e aterros, depósitos de sucata, areias ou outros resíduos sólidos que causem impacte visual negativo ou que poluam o solo, o ar ou a água”. Ora, no seu entender, seria muito difícil que uma obra desta envergadura

não interferisse negativamente com o património que se encontra submerso, até pela movimentação das águas que isso implicaria.

É do seu conhecimento a elaboração de um estudo não oficial de impacte ambiental (de 2010, de um grupo de investigadores da Universidade Nova e da Universidade dos Açores), que prevê um impacte negativo. Mas não está validado enquanto estudo oficial. E – acrescentou – até ao momento o Governo Regional não tomou uma decisão sobre o avanço da obra, nem mesmo sobre a sua localização específica.

Afirmou que à Direção Regional da Cultura (DRC) não foi pedido, em tempo algum, qualquer parecer, mas que, sendo a baía de Angra um parque subaquático classificado, qualquer obra a realizar ali terá de ser feita sob parecer vinculativo da DRC, e que esse parecer terá em conta a preciosidade do património submerso.

Seguiu-se um período dedicado a esclarecimentos, no qual interveio o deputado Nuno Melo Alves, que fez desde logo uma declaração de interesses, dando conta da sua discordância em relação à construção de um Cais de Cruzeiros na baía de Angra. No entanto, as suas questões vão para além da assunção da sua posição. Questionou, pois, sobre se estará em preparação uma regulamentação mais concreta da baía de Angra, para sua proteção adicional; reforçou a ideia de que este Parque Subaquático poderá fazer confluir um conjunto de interesses (turismo cultural e subaquático, ligado às atividades marítimas, aos descobrimentos), atendendo a que a economia do mar tem sido tido como um caminho de futuro para os Açores; referiu que a construção do Cais de Cruzeiros terá também impacte visual, o que, sendo Angra do Heroísmo cidade património da Humanidade, poderá representar um grave erro, à semelhança de outros que, segundo a sua perceção, têm sido cometidos – pelo que questionou o Sr. SRECC sobre se a sua Secretaria poderá impedir qualquer construção na baía que possa piorar ainda mais a degradação paisagística da cidade.

Em resposta a esta intervenção, o SRECC esclareceu que o Parque Arqueológico é um núcleo museológico de entrada livre, e que é sobretudo visitado por mergulhadores e que, neste momento, se está a proceder ao

inventário do património imóvel da Região (bem como a trabalhar “pedagogicamente” junto dos proprietários) e que o Parque Subaquático será considerado como parte integrante da cidade de Angra. Relativamente ao impacte visual, afirmou que, na sua opinião, isso será, se a construção avançar, inevitável, mas que a DRC, liderada atualmente por um arquiteto, dará os pareceres técnicos que entender dar.

Numa segunda ronda, o deputado Nuno Melo Alves questionou ainda sobre se se prevê a criação de materiais de divulgação, promoção e valorização do Parque Subaquático, que pela sua natureza subaquática não está ao acesso de todos, enquanto património cultural, o que também viria a tornar mais difícil a sua destruição com obras.

A este respeito, o SRECC afirmou-se pleno defensor de toda a divulgação, promoção e valorização do nosso património cultural, mostrando-se absolutamente favorável a quaisquer medidas que favoreçam o empreendedorismo na área cultural. A nível governamental, a DRC está a articular com o Turismo formas de valorizar o património cultural da Região.

Neste contexto, interveio o primeiro peticionário, no sentido de oferecer os préstimos do Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa, onde trabalha, para a criação de um projeto (gratuito) relativo ao património subaquático da baía de Angra, que contemplasse soluções que garantissem o aproveitamento de todo aquele valioso património.

3) AUDIÇÃO DA SRA. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO (CMAH)

A Sra. Presidente da CMAH afirmou estarmos perante dois cenários, qualquer um deles favorável, no seu entender, à cidade de Angra: Parque Subaquático e Mercado de Cruzeiros. O melhor seria conciliar os dois: manter o primeiro e receber o segundo. No entanto, considera difícil emitir uma opinião neste momento, uma vez que o processo está em aberto e pode dar lugar a

adaptações. Enquanto Presidente da CMAH, aliás, considera que não há apenas uma única boa solução, e que será necessário ponderar todas as hipóteses.

Seguiu-se um período para esclarecimentos, com as intervenções dos deputados Judite Parreira, Nuno Melo Alves, Luís Maurício e Domingos Cunha.

A deputada Judite Parreira questionou sobre se tinha sido tido em conta o impacte ambiental, sendo Angra Cidade Património Mundial, ao que a Sra. Presidente da CMAH respondeu que o projeto não foi uma iniciativa da CMAH, pelo que esse estudo não seria da sua competência.

O deputado Nuno Melo Alves reafirmou a sua não concordância com a construção do Cais de Cruzeiros e indagou sobre projetos camarários que possa estar previstos, no sentido de preservar, divulgar e valorizar o Parque Subaquático, como uma mais-valia cultural de Angra, tendo a Sra. Presidente afirmado que há medidas pensadas para a valorização da Marina, e que existe mesmo um projeto que valorizará o Parque Subaquático e a componente de mergulho em Angra, mas que a sua concretização depende da solução que vier a ser encontrada.

O deputado Nuno Melo Alves demonstrou ainda o seu interesse em saber qual seria, em caso de “choque” entre as duas soluções, a preferência da Sra. Presidente da Câmara, mesmo estando ainda o projeto numa fase incipiente.

O deputado Luís Maurício reforçou esta questão, afirmando que há muita matéria a pesar na hipótese de construção do Cais de Cruzeiros e que há um certo consenso em torno desta questão, nomeadamente entre a ponderação entre a oportunidade de investimento neste contexto e a sua localização mais adequada.

A ambos, a Sra. Presidente da CMAH respondeu que entende poder haver soluções que abarquem as duas situações.

Neste contexto, a deputada Judite Parreira pediu a opinião da autarca acerca da hipótese de, para preservar o Parque Subaquático, a construção do Cais de Cruzeiros ser deslocada para a Praia da Vitória (um dos pontos a que a petição faz também referência), ao que a Sra. Presidente da CMAH respondeu que, sendo a Terceira uma ilha de pequenas dimensões, a construção do cais de

cruzeiro iria sempre beneficiá-la, onde quer que venha a localizar-se. No entanto, como Presidente da CMAH, não pode deixar de tentar trazer para o seu concelho o máximo possível de infraestruturas, ainda que coopere com qualquer solução. Está em crer é que, mesmo em Angra, poderão surgir outras hipóteses que não colidam com o Parque Subaquático.

O deputado Nuno Melo Alves solicitou a sua opinião acerca de uma hipotética canalização que o Governo Regional pudesse fazer dos valores afetos a esse investimento para outros investimentos que valorizassem mais, e com maior retorno, o concelho de Angra, ao que a autarca replicou que a sua resposta teria de ser necessariamente muito vaga, uma vez que isso implicaria estudo de situações concretas.

O deputado Domingos Cunha interveio no sentido de lembrar que esta questão do Cais de Cruzeiros é uma promessa do Governo Regional, já sufragada em vários atos eleitorais (quer regionais, quer autárquicos), e que, como tal, o Governo Regional terá de decidir, ponderando as várias situações mas também essa promessa sufragada.

4) AUDIÇÃO DO PILOTO-MOR JOSÉ ALVES CAPELOS

O Piloto-Mor José Alves Capelos, com ampla e reconhecida experiência de navegação nos mares dos Açores, começou por informar que a sua opinião acerca do assunto em análise se encontra expressa nos *media*, em especial na edição de 29 de Fevereiro de 2013 do jornal Diário Insular.

Ora, do seu ponto de vista não há na baía de Angra qualquer museu arqueológico. Há relatos de naufrágios naquela zona, que datam de há cerca de 400 anos, nos Anais da Ilha Terceira, mas, no seu entender, mergulhadores furtivos terão levado tudo o que pudesse ser valioso. Segundo a sua experiência, com as intempéries que assolam a Região, e no caso particular a zona de Angra, essas embarcações teriam encalhado no interior do porto e nunca fora. Considera que poderão fazer ali apenas tábuas, ferros, objetos sem importância. Nas manobras de acostagem de navios no Porto das Pipas aconteceu-lhe, devido

a situações de mau tempo, largar por vezes a âncora naquela zona e ela nada trazer à tona, à exceção de uma âncora, tipo “gata”, que as autoridades quiseram levar para o museu mas que, na tentativa de recuperação, devido ao contacto com o oxigénio, se desfez por completo.

Do seu ponto de vista, então, a questão está apenas a servir como impasse para a construção do Cais de Cruzeiros – obra que considera seria ótima para a economia da cidade e da ilha –, afirmando mesmo, por várias vezes, que o primeiro peticionário, com quem aliás já pôde trocar algumas impressões, “defende uma horta que não existe” e que o fará tendo em vista proveitos pessoais. Pede que, se realmente ali houver algo digno de registo, apresentem provas concretas, fotografias passíveis de serem identificadas. E, nesse sentido, sugere mesmo que equipas especializadas (da Marinha, por exemplo), que se encontram apetrechadas para efetuar levantamentos desse tipo, possam resolver a dúvida, sem quaisquer outros interesses, de haver ali, ou não, algum património.

Seguiu-se um período dedicado a esclarecimento, com as intervenções dos deputados Judite Parreira, Nuno Melo Alves e Domingos Cunha.

A deputada Judite Parreira perguntou se, no seu entender, a baía de Angra seria o único, ou necessariamente o melhor, sítio para construir o Cais de Cruzeiros, ou se, em alternativa, o Piloto-Mor vislumbrava outra solução que preservasse o que possa ali existir submerso (embora tivesse deixado expressa a sua convicção de nada haver no local), ao que o interlocutor respondeu liminarmente que a baía de Angra será o melhor sítio e que a hipótese da Praia da Vitória é um erro, pois não tem largueza para navios de passageiros, que teriam de esperar para entrar – acrescentando que os navios de turismo não se compadecem com esperas. Para além disso, considera que o porto da Praia da Vitória está mais exposto a temporais do quadrante norte, que é o mais agressivo e provoca muita turbulência. Em Angra do Heroísmo, além disso, há ainda a vantagem do Monte Brasil, que funciona como um abrigo natural. É sua convicção que seria possível fazer em Angra um bom Cais de Cruzeiros, com

um mínimo de 300 metros (como os que escalam em Ponta Delgada, no seu entender, e que poderiam vir a Angra).

O deputado Nuno Melo Alves pediu a sua opinião sobre qual seria, tecnicamente, e abstendo-se dos custos e das questões que se prendem com o Parque Subaquático, a melhor solução. O Piloto-Mor informou que chegou a fazer uma espécie de croqui, no qual as infraestruturas já existentes seriam todas aproveitadas, carecendo apenas de alguns melhoramentos, e que permitiria receber 3 navios em simultâneo (1 navio e 2 ferry's), podendo ainda contemplar uma marina atlântica, que não existe por falta de profundidade.

O deputado Domingos Cunha confrontou o Piloto-Mor com uma afirmação do primeiro peticionário, de que a atracagem de qualquer cruzeiro obrigaria à utilização de dois rebocadores em simultâneo, implicando uma grande movimentação das águas e, por conseguinte, uma destruição cada vez maior dos achados arqueológicos. O Piloto-Mor, contudo, refutou essa situação, afirmando que os navios de 300 metros dispensam rebocadores, graças ao seu poder de manobra, dado possuírem equipamentos de propulsão que os tornam autónomos para as manobras em causa.

CAPÍTULO IV

Parecer

Considerando as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer:

- 1) Considerando que a presente petição foi subscrita por 1556 cidadãos, deverá a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 192º do respetivo Regimento;
- 2) O projeto de construção de um Cais de Cruzeiros na baía de Angra do Heroísmo encontra-se ainda em fase inicial de discussão pública e de

outros estudos de impacto, com alguma margem quanto à sua definitiva localização;

- 3) Foram auscultadas posições muito divergentes, ou mesmo antagónicas, relativamente à existência, ou não, de espólio subaquático culturalmente relevante na baía de Angra do Heroísmo;
- 4) Qualquer decisão relativamente à prossecução do projeto deverá ter em consideração esse aspeto, de existência ou não de achados arqueológicos subaquáticos relevantes para o património imaterial da Região;
- 5) A prossecução do projeto deverá, sempre, ponderar a relação custos/benefícios que dele poderão advir para a cidade de Angra do Heroísmo, classificada como Património da Humanidade pela UNESCO;
- 6) A Direção Regional da Cultura nunca emitiu, por ainda não lho ter sido solicitado, um parecer vinculativo relativamente ao projeto em causa;
- 7) Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao Departamento Governamental com responsabilidade e competência na prossecução do projeto em apreço.

Angra do Heroísmo, 7 de Fevereiro de 2013.

A Relatora: Renata Correia Botelho

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente: Domingos Cunha

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Como sabem, para a discussão desta petição cada partido dispõe de 10 minutos.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GPPS) saúda os subscritores da Petição em apreço, que nos seus direitos consagrados manifestam a sua participação cívica e participativa, numa cidadania ativa e responsável.

Na audição, o 1º subscritor começou por afirmar, cito: *[não ver garantia de que venha a constituir um verdadeiro benefício para a economia local, para além de que a concretização da obra irá prejudicar irremediavelmente o património que lá existe].*

O Parque Arqueológico Subaquático da Baía de Angra, na ilha Terceira, tem como suporte legislativo o Decreto Legislativo Regional nº 27/2004/A, de 24 de agosto, o Decreto Regulamentar Regional nº 20/2005/A, de 12 de outubro e o Decreto Legislativo Regional nº 8/2006/A, de 12 de Outubro.

É do conhecimento informal a existência de um Estudo de Impacte Ambiental, que decorreu entre fevereiro de 2010 e junho de 2011, que terá sido providenciado por um grupo de arqueólogos, pelo Porto de Angra e investigadores do Centro de História Além-Mar, da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores.

Até à presente data não existem registos do número de visitantes ao Parque Arqueológico Subaquático da Baía de Angra do Heroísmo, porque se tratam de núcleos museológicos de visita livre.

Contudo, dados recolhidos junto das Escolas de Mergulho da ilha Terceira, que acompanham alguns dos visitantes, estimam que o número de mergulhadores que visitam os sítios arqueológicos designados como “Cemitério das Âncoras” e “Lidador”, seja elevado.

O Governo Regional não divulgou o local onde será construído o referido Terminal de Cruzeiros de Angra do Heroísmo, nem a Direção Regional da Cultura foi requerida para emitir qualquer parecer técnico sobre esta matéria, no âmbito das suas competências e atribuições, dado que, todo este projeto se encontra em fase de reavaliação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agora!

O Orador: Cabe ao Governo dos Açores decidir pela melhor solução, ponderados os vários pareceres técnicos, científicos, opiniões de vários

cidadãos, entidades da ilha Terceira, designadamente, de Angra do Heroísmo, do Conselho de Ilha, que resultaram da consulta à opinião pública do projeto do Terminal de Cruzeiros de Angra do Heroísmo.

Com a construção do Terminal de Cruzeiros na Baía de Angra do Heroísmo, os portos dos Açores reforçarão a sua posição de terceiro destino de cruzeiros a nível nacional.

O GPPS sabe que os portos portugueses têm-se revelado bastante atrativos no que respeita ao segmento do turismo de cruzeiros, e que este segmento de mercado tem trazido à Região uma mais-valia resultante não só do aumento das escalas em si, mas pelo crescimento do número de passageiros.

Reconhecidas que são as boas condições de fundação da baía de Angra e o elevado potencial turístico que a cidade possui, esta infraestrutura vai contribuir para que se criem condições para a inversão da tendência de redução de tráfego de passageiros de cruzeiro na ilha Terceira, observada nos últimos anos.

Angra do Heroísmo é a cidade mais visitada da ilha Terceira e, tal como a ilha, é um destino turístico privilegiado, sendo de interesse coletivo melhorar as acessibilidades e potenciar a sua atividade turística.

O GPPS acredita que o futuro Terminal de Cruzeiros de Angra do Heroísmo irá acrescentar mais-valias ao projeto “Destino Açores” para cruzeiros, e complementar aos terminais de Ponta Delgada e da Horta.

Prova disso, é o que consta no Programa do XI Governo Regional e nas Orientação de Médio Prazo 2013-2016, onde é assumido como objetivos estratégicos deste Governo, a afirmação do destino Açores e os esforços para angariação de cruzeiros temáticos, porque o futuro apresenta grandes desafios e obriga a novas estratégias.

Garantidas as condições de segurança e navegabilidade do porto, criadas as condições operacionais para a acostagem dos navios de cruzeiro e dos novos *ferries* afetos ao tráfego de passageiros inter-ilhas, acreditamos que, igualmente, serão reforçadas as ligações marítimas na Região, com a criação de condições favoráveis para recentrar Angra do Heroísmo, como polo privilegiado no

tráfego de passageiros no grupo central do arquipélago, com potenciais ganhos de escala e otimização de serviços públicos.

Acreditamos que esta infraestrutura promoverá a consolidação da Terceira como uma das portas de entrada internacional na Região, e reforçará a notoriedade e prestígio de Angra do Heroísmo como destino turístico a nível regional, nacional e internacional, como irá contribuir para o reforço do posicionamento dos Açores na rota do turismo de cruzeiros, que se sabe ser aquele que, atualmente, apresenta mais taxas de crescimento a nível mundial.

O GPPS acredita que a proximidade do Terminal de Cruzeiros ao centro da cidade irá contribuir para a sustentabilidade económica da cidade e do próprio município, como também irá dinamizar e diferenciar outras atividades turísticas já existentes, tirando, naturalmente, partido da atratividade natural e cultural da ilha Terceira, a par da dinamização que prevemos para a economia de Angra, dados os valores médios despendidos pelos turistas de cruzeiro em cada escala.

Reconhecemos a importância da construção do Terminal de Cruzeiros em Angra do Heroísmo, que não só irá potenciar a vocação marítima da cidade, como devolve ao porto de Angra a sua importância no dinamismo da ilha e da Região.

O GPPS e o Governo consideram que o processo de construção do Terminal de Cruzeiros em Angra do Heroísmo será uma obra marcante deste século, cuja fase de reapreciação processual em que se encontra, derivada dos múltiplos contributos de Terceirenses, exige que seja encontrada uma solução o mais abrangente e consensual possível, compatibilizados todos os requisitos legais, técnicos, ambientais, arquitetónicas e outros que, Angra do Heroísmo, cidade Património da Humanidade, merece e exige.

Acreditamos que é possível compatibilizar a presença de navios de cruzeiro e de *ferries* inter-ilhas com o Parque Arqueológico Subaquático da Baía de Angra do Heroísmo, nomeadamente, com o “Cemitério das Âncoras” e “Lidador”.

O GPPS e o Governo consideram que a economia do mar é um dos caminhos de futuro para os Açores.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

Deputado António Ventura (PSD): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD também queria reconhecer e louvar a petição de um grupo alargado de cidadãos que trouxeram a esta casa uma preocupação legítima sobre a “não destruição do Parque Arqueológico Subaquático da Baía de Angra do Heroísmo”, Cidade Património Mundial.

Trata-se de um ato de cidadania e a manifestação de uma atitude que está diretamente relacionada a prevista construção de um Cais de Cruzeiros na Baía de Angra.

Importa dizer neste momento que o Cais de Cruzeiros tem vindo a ser anunciado pelos sucessivos Governos do PS sem a sua efetiva concretização.

Desde 2007 que esta estrutura faz parte de compromissos eleitorais do PS quer para eleições Regionais, quer para eleições Autárquicas.

Em 2009 o então Presidente do Governo Regional afirmava que – e passo a citar – “a construção de um Cais de Cruzeiros está tomada há muito tempo ... a nossa opção é feita pelo ajustamento de um Cais de Cruzeiros à Baía de Angra”. Ora, se assim é, para que servem os estudos, os pareceres, a discussão pública em curso ou até esta petição.

Para que serve este faz de conta se a decisão já está tomada. Estranha forma esta de governar onde se anuncia primeiro e depois se mandam fazer estudos e se pedem pareceres.

Esperamos que não. Esperamos que sejam respeitados os preceitos democráticos do envolvimento público em curso e que a decisão final seja um compromisso entre todos e o resultado de um aprofundado trabalho técnico.

Um compromisso, desde logo, pelo respeito desta Assembleia que classificou a baía de Angra do Heroísmo como Parque Arqueológico Subaquático para garantir a preservação, o estudo e a fruição dos testemunhos arqueológicos aí existentes.

Sras. e Srs. Deputados:

O PSD/Açores é a favor da construção de um Terminal de Cruzeiros na Ilha Terceira.

Contudo, e como partido responsável, o PSD/Açores sempre defendeu que é necessário avaliar os custos/benefícios deste projeto, perceber os impactos ambientais, encontrar a sua melhor localização, verificar se é socialmente aceite e, para além disso, é preciso ponderar se este é o momento apropriado para a construção desta estrutura, tendo em conta a intensa e vasta crise que se vive nos Açores.

Uma crise marcada, principalmente ao nível do desemprego e da falência de empresas. Referimo-nos, e segundo notícias públicas, a cerca de 60 milhões de euros para esta construção.

Finalmente, consideramos pertinentes os argumentos apresentados pelos peticionários, que no nosso entender devem ser incluídos no processo técnico e político de decisão.

Tenho dito

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Saudando os peticionários e as peticionárias, o Bloco de Esquerda entende que esta Petição – **“Pela não destruição do Parque Arqueológico Subaquático da Baía de Angra do Heroísmo”**, é sintomática da desorientação política do Governo Regional, pois tal como os peticionários e peticionárias chamam a atenção, o Governo Regional pretende fazer tábua rasa relativamente à legislação criada para garantir a preservação da baía de Angra do Heroísmo e do seu parque subaquático.

Os peticionários e as peticionárias chamam a atenção, da opinião pública, para o que poderá ser mais uma aberração, no conjunto já aberrante, de autênticos 'monstros' que têm vindo a surgir ao longo da baía da cidade de Angra do Heroísmo.

A construção de um cais e terminal para cruzeiros, em Angra do Heroísmo trará, decerto, mais um contributo para a descaracterização da baía emblemática da cidade Património Mundial.

No início surgiram os, alegadamente, reabilitados 'Jardins dos Corte-Real' que têm tudo, menos jardins, na mesma época em que foi construída uma marina, porque 'sim' ou porque todas as cidades da Região já tinham uma, e assim, Angra do Heroísmo também teria de ter, mesmo quando se encontrava obsoleta no dia da inauguração.

Finalmente, foi construído, após um processo atribulado, um hotel. O primeiro hotel com a categoria de 5 estrelas da Região. Mas será mesmo o primeiro? Esqueceram-se ou esquecemo-nos todos, do primeiro dos primeiros, o Monte Palace, em S. Miguel que jaz abandonado.

Quem nos garante que a baía de Angra do Heroísmo não se prepara para receber o segundo Monte Palace da Região?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Bem-vindo!

A Oradora: No caso vertente falamos de um Hotel que foi inaugurado há quase um ano e que não está, ainda, devidamente licenciado pela autarquia, com vencimentos em atraso e com dívidas a fornecedores.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não acredito, Sra. Deputada! É verdade? Não posso crer!

A Oradora: Era este o empreendimento que foi considerado um projeto de interesse regional (PIR) pela ex-APIA?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Era aquela coisa que estava endógena?!

A Oradora: A intenção pública do Governo Regional e a vontade do executivo camarário de Angra do Heroísmo apontam para a construção de uma infraestrutura portuária que ninguém sabe como será e sem estar enquadrada em qualquer rede ou estratégia integrada de transportes. Aliás, como é hábito, os impactes ambientais, económico, paisagístico ou não existem ou estão no segredo dos deuses, sendo duvidoso que ao invés de um bem para a cidade, não se torne um atentado paisagístico que possibilita a retirada do galardão da

UNESCO, de cidade património mundial, num processo semelhante ao que se encontra a decorrer no vale do Douro com a barragem da EDP.

Por outro lado, há que salvaguardar e aproveitar, o que existe, o parque arqueológico subaquático da baía de Angra do Heroísmo. Em vez, de o divulgar e potenciar, a Região prepara-se para, quem sabe, destruí-lo.

Em suma, trata-se de proteger o que existe e que tem valor patrimonial e histórico, em detrimento de uma intenção, pouco ou nada fundamentada.

Se o problema é dinamizar a baía e a sua cidade, então não podemos começar por destruir, um dos fatores que a distingue, o seu parque arqueológico subaquático. Julgamos que haverão outras formas de trazer mais vida a Angra do Heroísmo e à ilha Terceira,...

Deputado José San-Bento (PS): Quais, Sra. Deputada?

A Oradora: ... que não passem pela descaracterização e destruição do seu património.

Em suma, entendemos que deverá receber o consenso de todos, a primazia da salvaguarda do interesse económico associado ao estatuto de uma cidade Património Mundial, em detrimento de um investimento irrefletido que colocará em risco esse mesmo estatuto.

Quando trouxer esse assunto a discussão, Sr. Deputado José San-Bento, cá estaremos para o debater consigo.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Naturalmente para felicitar os peticionários que aqui trazem esta iniciativa cidadã.

Já há muito tempo que o fizeram, para além de antes terem promovido um amplo debate na opinião pública, prévio a esta petição, de contestação da localização do Cais de Cruzeiros, coisa a que o Partido Socialista nunca deu ouvidos. Antes pelo contrário, até ostracizou em vários artigos de opinião e em várias opiniões publicadas na imprensa local.

Eu só não percebo uma coisa. Há uma pergunta que tem que se fazer:

Como destruir uma baía?

É perguntar ao Partido Socialista que eles sabem.

Começaram pela aquela coisa a que eles chamam marina, aquela beldade que temos ali a destruir a baía de Angra.

Deputado Berto Messias (PS): Tem que perguntar àqueles senhores!

O Orador: Depois começaram por outra coisa, que se chama Porto de Pipas, onde gastaram milhões e milhões, até hoje nunca explicados e com o resultado que se viu.

Depois fizeram o buraco do Canta Galo. No buraco do Canta Galo enfiaram lá uma coisa, com uma inauguração de pompa e circunstância, com as mais altas individualidades regionais e locais presentes, que é uma vergonha, que se auto classifica de 5 estrelas, mas que ninguém sabe quem é que lhe deu a classificação de 5 estrelas. Parece um mistério!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mistério, mas não é do Pico!

O Orador: O rés-do-chão é um estaleiro de obras e o andar de cima é uma torrezinha de observação com uns sofás. Mas pronto! É um hotel de 5 estrelas, patrocinado ao mais alto nível pelo Partido Socialista.

Mas indo um pouco mais à terra, e como se destrói não uma baía, mas uma cidade, vamos ao monstro da Biblioteca de Angra (ao monstro da Biblioteca de Angra!) da autoria do Sr. Prof. Álamo de Meneses.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Por que será essa citação?

O Orador: Vai perceber, Sr. Vice-Presidente.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Já percebi! Já percebi muito bem!

O Orador: O senhor já percebeu.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: Ou seja, o que o PS tem feito é, pura e simplesmente, destruir Angra, Angra Cidade Património Mundial.

Sr. Vice-Presidente, mais uma vez permita-me socorrer de uma frase sua, um pensamento seu, mas não exatamente seu: compromisso assumido, é compromisso sumido.

Aquilo sumiu-se pelas águas do Atlântico.

O Cais de Cruzeiros de Angra sumiu-se pelas águas do Atlântico, sumiu-se na estratégia do mar que o Sr. Secretário da Economia, Vasco Cordeiro, defendia em 2010: “isto faz parte da estratégia deste Governo, da estratégia do mar, em 2010”.

Sumiu-se no compromisso de construir o Cais de Cruzeiros de Angra durante a passada legislatura.

Era esse o vosso compromisso: construir o Cais de Cruzeiros de Angra durante a passada legislatura.

Se é tão importante, como daqui ouvimos loas, para trazer turistas, se é tão importante para dinamizar a cidade, se é tão importante para a estratégia do mar, meus senhores, por que é que não o fizeram?

Ou por outra: por que é que não o fazem?

Ou por outra: por que é que não iniciam já a obra depois de terem feito, com pompa e circunstância, uma apresentação pública do projeto, na Câmara Municipal de Angra, totalmente concebido, totalmente acabado (o Sr. Diretor Regional dos Transportes, a Sra. Presidente da Portos de Angra ou da Praia, a Dra. Conceição, e mais uns senhores engenheiros e arquitetos que vieram de Lisboa)?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Está a questionar o Governo, mesmo quando o Governo não pode responder!

O Orador: Eu estou a afirmar, Sr. Vice-Presidente. Eu estou a elencar a história, estou a elencar factos.

Os senhores apresentaram o projeto dado como pronto,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É pena não estar ali o membro do Governo que devia responder, mas desapareceu!

O Orador: ... desrespeitando tudo o resto, mas pronto.

Muito bonito! Foi apresentado em *PowerPoint*. O Sr. Diretor Regional dos Transportes também lá estava a fazer a apresentação em *PowerPoint*, no salão Nobre da Câmara Municipal.

Tivemos o gosto de assistir àquele filme que acabou...

Presidente: Sr. Deputado, vamos centrar-nos na discussão da petição.

O Orador: Eu estou a falar da petição. Estou a falar do Cais de Cruzeiros e a petição é sobre o Cais de Cruzeiros...

Deputado Berto Messias (PS): Não é bem assim!

O Orador: ... que ia afetar o património arqueológico.

Eu estou a elencar a história de tudo isto, onde elenca depois na desculpa do Governo, que agora mais uma vez se demite de governar, que não faz porque é preciso repensar o projeto, é preciso ouvir A, ouvir C e (pasmem-se!) ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Quando ouve é porque ouve, quando não ouve, é porque não ouve!

O Orador: ...inclusivamente até ter em atenção o Parque Arqueológico.

E inclusivamente uma Direção Regional da Cultura que diz: “Enfim... Não nos foi pedido nada!”

Mas era preciso ser pedido a quem tem a incumbência de o fazer? Era preciso ser pedido à Direção Regional da Cultura alguma coisa?

Então não tem a Direção Regional da Cultura a obrigação de proteger aquele património?

Tinha, como parte integrante do Governo, ela própria de dizer: “Não, não! Lá existe aquilo, por isso não pode ser assim”.

Mas toda a gente do Governo achou que não tinha influência nenhuma na orientação do cais e não afetava o Parque Subaquático. Foi isso que foi decidido, auto decidido, pelo Governo. Fez tudo e mais!

Isto já tem seis anos. O “menino” já tem seis anos e vai ter outros seis, porque ainda não é durante esta legislatura que os senhores o vão fazer.

Aqui, sim, se pode dizer, que os angrenses ficaram a “ver o Cais de Cruzeiros por um navio”.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero começar por saudar esta iniciativa dos cidadãos.

É para nós evidente que quer a cidade de Angra, quer a Ilha Terceira, necessitam de uma atenção redobrada por parte do poder regional. Isso para nós é claro.

Julgamos, no entanto, que, relativamente à questão da construção de um Cais de Cruzeiros, se devem eventualmente estabelecer outras prioridades, quer para a cidade, quer para a ilha, designadamente, e para não dizerem que eu apenas teço as considerações no vazio, potenciar aquilo que é o porto da Praia da Vitória, que me parece que está exatamente subaproveitado...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Abandonado!

O Orador: ... e que pode ter um papel importante no desenvolvimento da Ilha Terceira.

Por outro lado, relativamente às questões da localização do Cais de Cruzeiros, uma vez que é disso que estamos a falar, julgo que se deve ter em atenção não só ao quadro legal já existente, mas sobretudo à salvaguarda do património arqueológico subaquático.

Aliás, julgo que relativamente a essa matéria há algum consenso. Já não haverá consenso relativamente à necessidade ou à prioridade que possa ter aquela infraestrutura e as mais-valias que daí possam resultar na Ilha Terceira.

Portanto, há necessidade, julgo eu (julgamos nós), de repensar todo este processo.

Se a ideia do Governo é repensar a construção do Cais de Cruzeiros, não só a sua localização, mas também a construção do próprio Cais de Cruzeiros, julgo que sim, que essa é uma boa opção.

Entretanto, não posso deixar de fazer uma referência relativamente a uma das audições que foi feita no âmbito desta Petição, designadamente a audição que foi feita ao Sr. Capitão-Mor ou Piloto-Mor, que tem uma grande experiência de navegação nos mares dos Açores. Julgo que nunca terá mergulhado na Baía de Angra, porque entretanto as afirmações que faz durante a sua audição contradizem completamente aquilo que é conhecido sobre aquilo que está depositado dentro da Baía de Angra.

Portanto, julgo que algumas opiniões que foram manifestadas por esse Capitão, ou Piloto-Mor, só podem merecer o nosso repúdio, uma vez que julgamos que, independentemente da experiência que tenha de navegação dos mares dos Açores, parece-me que de mergulho e de conhecimento sobre arqueologia subaquática não deve ter nenhuma.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerrámos, assim, o ponto 5 da nossa Agenda.

Vamos fazer um intervalo. Queria apenas informar as Sras. e os Srs. Deputados que terei que me ausentar. A partir do regresso do intervalo serei substituída pelo Sr. Vice-Presidente Ricardo Cabral.

Fazemos um intervalo de 30 minutos.

Eram 17 horas e 05 minutos.

(Após o intervalo, a Sra. Presidente foi substituída na Mesa pelo Vice-Presidente da ALRAA, Deputado Ricardo Cabral)

Presidente: Boa tarde.

Eram 17 horas e 44 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional (não está), Sra. e Srs. Membros do Governo:

Encarrega-me Sua Excelência a Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da RAA, para conduzir os trabalhos até ao fim da sessão de hoje.

A Sra. Presidente retomará os trabalhos amanhã, pelas 10 horas.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Vamos dar início ao ponto 6 da nossa Agenda: **pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/X – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional ao salário mínimo, do Complemento Regional de Pensão e da Remuneração Complementar”**.

O debate rege-se pelo artigo 146º do nosso Regimento. Usará da palavra apenas um Deputado e por 10 minutos, por cada Grupo e Representação Parlamentar.

Para apresentar o pedido de urgência, tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social, a Prof. Doutora Piedade Lalanda.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Piedade Lalanda*): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo solicita que seja aprovada a urgência para análise deste pedido de alteração, uma vez que esta alteração, ao ser aprovada na presente sessão plenária, irá produzir efeitos imediatos no cálculo do Complemento Regional de Pensão dos pensionistas que são abrangidos pelo efeito desta alteração.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo inscrições, vamos passar de imediato à votação. Agradecia às Sras. e aos Srs. Deputados que ocupassem os vossos lugares.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor agradecia que se mantivessem como estão.

Secretária: O pedido de dispensa de exame em comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Aprovado o pedido de urgência vamos passar para o debate da Proposta DLR .º 8/X – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional

n.º 8/2002/A, de 10 de abril, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional ao salário mínimo, do Complemento Regional de Pensão e da Remuneração Complementar”.

Os tempos foram acordados em Conferência de Líderes.

O Governo Regional tem 25 minutos;

O PS tem 25 minutos;

O PSD tem 20 minutos;

O CDS-PP tem 13 minutos;

O BE tem 10 minutos;

O PCP tem 10 minutos;

O PPM tem 10 minutos.

Dou a palavra à Sra. Secretária Regional, Piedade Lalanda, para apresentar o Decreto Legislativo Regional.

(*) Secretária Regional da Solidariedade Social (Piedade Lalanda): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A presente proposta de alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 8/2002/A, de 10 de abril, prevê alterar o texto da alínea d), do nº 2, do artigo 6º, onde se pode ler que será um cálculo de 50% para aqueles cuja pensão seja superior a 1.339 do salário mínimo até ao limite em que a sua aplicação não resulte num rendimento tributável em sede de IRS.

Como se pode ler no preâmbulo da proposta, este ano, com base na atualização das tabelas de retenção na fonte do IRS pelo Governo da República, centenas de açorianos ficaram fora do Complemento Regional de Pensão.

Por isso, é urgente alterar os pressupostos legislativos em que assenta o Complemento Regional de Pensão, tendo em vista afirmar a autonomia pela solidariedade e repor o direito ao Complemento Regional de Pensão desses pensionistas.

Daí que a proposta que está em discussão é que no texto da alínea d) seja substituída a expressão “*que a sua aplicação não resulte num rendimento*

tributável em sede de IRS” por “pelo valor máximo da isenção em sede de IRS, segundo a tabela de 2013”.

É bom recordar que a tabela de 2012 previa o montante de 585 euros. A tabela de 2013 prevê um montante de 696 euros.

A escolha deste montante, de 696 euros, tem em conta, por um lado, garantir que ficam abrangidos os não casados e os casados dos titulares que tenham um limite de 675 euros e os casados com um único titular cujo montante limite é exatamente 696 euros.

Assim, não ficam excluídos os pensionistas que estariam neste intervalo entre os 675 e os 696.

Foi também acrescida, neste nº 2 deste artigo, uma alínea e) que visa também incluir o mesmo montante, os 50%, para os pensionistas que estão também isentos, mas cujo valor fica inferior a 1693 euros, conforme também consta da tabela de retenção na fonte de IRS, publicada para 2013.

Se não fosse feita esta proposta de alteração, estes pensionistas ficariam de fora do direito do Complemento Regional de Pensão.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Estão abertas as inscrições para o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado do PSD, António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O PSD considera positiva esta iniciativa apresentada pelo Governo Regional no sentido de não ficar excluído um conjunto relativamente importante, alargado, de pensionistas que perderiam um direito que têm vindo a beneficiar ao longo dos anos apenas pelo facto de, em sede de IRS, se terem produzido alterações que os excluiriam, digamos assim, do espaço que lhes permitia receber o Complemento de Pensão.

Consideramos que é importante esta iniciativa do Governo Regional no sentido de manter este apoio complementar aos pensionistas, designadamente numa

altura que sabemos que não é fácil para a generalidade dos açorianos, mas em particular ou de uma forma especial para aqueles que vivem naturalmente com um conjunto de rendimentos mais reduzidos, a quem os efeitos da crise social que se vive nos Açores acabam por produzir impactos mais significativos.

Lembro até que em sede de debate orçamental o PSD considerou inclusivamente que esta classe de pessoas, este conjunto alargado de pessoas, pela situação em que vivem até, poderia ser um pouco mais beneficiada, mas não foi tida em conta, ou não foi aprovada, a proposta de alteração que propusemos em sede de debate orçamental.

De qualquer, forma aquilo que estamos a discutir neste momento é a não exclusão, pelo facto de se ter produzido uma alteração em sede de IRS.

A iniciativa é efetivamente positiva. É uma boa iniciativa do Governo Regional que vai beneficiar também do voto favorável do PSD.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional, Piedade Lalanda.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Piedade Lalanda*): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Congratulamo-nos com a posição favorável do PSD, como é óbvio, mas gostávamos de recordar que pelo líder do Grupo Parlamentar do PSD é feita referência de que esta situação se deve a uma disfunção da legislação nacional.

Em bom rigor, não é uma disfunção da legislação nacional.

O que está aqui em causa é um Governo da República que taxa os pensionistas que estavam entre o valor de 595 euros e 675 euros.

Estes pensionistas estavam antes isentos de impostos em sede de IRS e passaram a estar taxados a impostos.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (*PS*): É muito diferente!

A Oradora: O que está aqui em causa é que o Governo Regional procura exatamente atenuar, dentro da sua capacidade, os impactos negativos das decisões de um Governo da República.

É um pouco de lamentar que o PSD, no âmbito da discussão do Orçamento da Região, tenha proposto um aumento do Complemento Regional de Pensão de 10% e o mesmo PSD, no Governo da República, esteja a penalizar os mesmos pensionistas que são beneficiários do Complemento Regional de Pensão.

Esta incongruência é de lamentar.

Mas reconhecemos que é positivo o vosso apoio a esta medida e o vosso apoio, no fundo, aos açorianos que vão beneficiar desta alteração.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Passo de imediato a palavra para a Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, Zuraída Soares.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Muito obrigada.

Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Obviamente que o Bloco de Esquerda votará favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que, no nosso entendimento, é justa e repõe razoabilidade numa medida do Governo da República que ninguém, em bom rigor, compreenderá ou até aceitará.

Dito isto, também não nos privamos de dizer um ou outro comentário relativamente a esta medida, sobretudo ao sururu publicitário que tem percorrido a nossa comunicação social sobre ela e que, quanto a nós, sendo uma medida justa que repõe razoabilidade onde ela não existe, que é na medida e na iniciativa do Governo da República, não deixa de ser também um mero ato administrativo, ou seja, não custa um tostão à área social do Governo Regional.

Não acrescenta nenhum custo! Não há aqui nenhum custo acrescido para o Governo Regional!

Portanto, é um ato administrativo de adaptação à especificidade da Região Autónoma dos Açores de uma lei e de uma medida do Governo da República que (eu disse e repito) é injusta, é incompreensível, não tem razoabilidade

nenhuma e felizmente o Governo Regional decidiu pôr razoabilidade onde era inexistente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nessa e noutras coisas!

A Oradora: Aquilo que o Bloco de Esquerda diz é que, concordando com esta medida, reconhecendo-lhe a justiça, reconhecendo-lhe a razoabilidade, não entende o sururu publicitário que tem percorrido a Região com ela.

Só entendemos este sururu publicitário de uma maneira. É que na realidade o Governo Regional não tem, relativamente ao setor dos pensionistas, uma medida de que propriamente se possa orgulhar.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Governo Regional:

Aumentar 5 cêntimos por dia aos pensionistas da nossa Região não é propriamente uma medida de que qualquer Governo, menos ainda um Governo apoiado por um Partido Socialista, se possa orgulhar ou possa apresentar à comunicação social e à opinião pública em geral como uma grande medida de justiça social.

Não o sendo e não havendo, evidentemente que compreendemos que à volta desta tenha sido tecido um tão grande barulho mediático que, na nossa opinião, na realidade, não merece, embora reconhecemos ao Governo a iniciativa da razoabilidade e da justiça repondo-a, como o deveria fazer, no local onde ela não existe por única responsabilidade do Governo da República.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado do PSD, António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional, quase que fiquei convencido, mas depois verifiquei que não era exatamente verdade, que a senhora tinha ficado aborrecida pelo facto de votarmos favoravelmente a iniciativa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Exato!

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): São muito bem-vindos!

O Orador: Não teria que ficar, por um motivo muito simples: há cerca de um mês a senhora viu que, da parte do PSD, a preocupação pelos pensionistas açorianos era de tal forma que fez uma proposta de aumento razoável, um aumento com algum significado, mas dentro dos limites da razoabilidade, para que se beneficiasse a situação dos pensionistas na Região Autónoma dos Açores.

Deputado Cláudio Almeida (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Portanto, a única coisa que a senhora deveria ter assinalado, em meu entender, mas obviamente é livre de pensar aquilo que quiser, era a coerência do PSD-Açores relativamente àquilo que fez há um mês e o sentido de voto que vai ter nesta iniciativa, boa e positiva, por parte do Governo Regional.

A Sra. Secretária preferiu valorizar outras questões. Acho que deveria pensar mais nos pensionistas da Região e menos em tecer críticas a alguém que não faz parte desta Assembleia.

Obviamente que existem ligações partidárias, mas também o PSD-Açores, em diversas situações, e são várias, já deu nota que não concorda com tudo o quanto o Governo da República faz e coloca sempre em primeiro lugar os interesses dos Açores e dos açorianos muito acima dos interesses partidários.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Piedade Lalanda*): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em relação à intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares, gostava de começar pela sua conclusão final, de que o Governo Regional não tem uma medida que se possa orgulhar.

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Na área das pensões!

A Oradora: Na área das pensões.

O Complemento Regional de Pensão é uma medida que o Governo Regional do Partido Socialista se orgulha de ter criado.

Deputados Aníbal Pires (PCP) e Artur Lima (CDS-PP): Como?! Como?!

A Oradora: De ter proposto, de ter criado.

Por outro lado, a questão do sururu que a senhora falou.

Acho que o importante aqui é que se reponha (e isso também serve de resposta ao Sr. Deputado António Marinho) um direito que assistia a esses idosos, ou seja, a 1244 idosos, porque houve alguns que tiveram realmente alteração de rendimentos e que ficaram nos 1275 que foram inicialmente adiantados.

Esses 1244 pensionistas vão manter um direito que lhes assiste.

Acho que a política também é isso. É estar atento àquilo que são perdas de direito dos açorianos, estar atento a defender os Açores.

Penso que é esse o orgulho que o Governo Regional tem, é estar atento aos direitos dos açorianos e das açorianas, por isso interveio a tempo para que uma medida de República não tivesse impacto negativo, não tivesse impacto nefasto. Nem tudo na política é investimento financeiro.

Deputada Zuraída Soares (BE): Estamos de acordo! Eu disse isso!

A Oradora: A conciliação e a capacidade de travar efeitos negativos também faz parte da atuação política.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Passo de imediato a palavra para o Sr. Deputado do Partido Comunista Português, Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP vai dar o apoio, sem qualquer problema, antes pelo contrário, a esta iniciativa do Governo Regional. Sobre isso que não sobre nenhuma dúvida.

Agora, Sra. Secretária Regional, “o seu a seu dono”.

Deputado Francisco César (PS): Isso é um *fait divers!*

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é um *fait divers!*

Deputado Berto Messias (PS): O PS apoiou! O Governo apoiou!

O Orador: O Complemento Regional de Pensão não foi proposto nem criado pelo Partido Socialista, Sra. Secretária Regional. É bom que se coloque rigor nisso.

Deputado Berto Messias (PS): Aprovámos!

O Orador: Não estamos em campanha eleitoral. Em campanha eleitoral toda a gente assume a paternidade do que quer que seja. A Dra. Berta Cabral também assumiu a paternidade do Complemento Regional de Pensão. Mas a paternidade nem é do PSD e muito menos do Partido Socialista.

A paternidade fica a dever-se a uma iniciativa proposta pelo PCP, pelo Deputado Paulo Valadão, no final de 99, e que depois foi subscrita por outros partidos, e aprovada no início de 2000.

Portanto, “o seu a seu dono”, Sra. Secretária.

Sejamos rigorosos!

Não é um património do Partido Socialista. Esse património é do Partido Comunista.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E não só!

Deputado Francisco César (PS): A “taça” é minha!

Deputado Francisco Coelho (PS): Eu já lhe expliquei!

Deputado Berto Messias (PS): Oh, Sr. Deputado, seja rigoroso!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado do Partido Popular Monárquico, Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Deputado Berto Messias (PS): Vai dizer que também criou!

O Orador: Não vou, Sr. Deputado Berto Messias. “O seu a seu dono”. Não quero ficar com os méritos políticos dos outros partidos.

O que aqui vou dizer é que esta medida, sendo uma medida de carácter administrativo, parece-me correta (parece-me, não, tenho a certeza!), de justiça e adequada. Sendo certo que não significa nenhum investimento reforçado por

parte do Governo Regional, tem o mérito de proceder à reposição da justiça, neste assunto em particular.

Portanto, nesse sentido, o PPM irá votar favoravelmente esta proposta.

Estou de acordo com o que a Sra. Deputada do Bloco de Esquerda disse. O foguetório que foi organizado pelo Governo Regional em relação a esta matéria parece-me excessivo.

Portanto, trata-se aqui de um acerto justo. Agora, toda a operação de marketing que foi montada em relação a esta medida parece-me excessiva.

É de justiça? É!

Mas o mérito é relativo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O dinheiro que foi gasto dava para aumentar o Complemento Regional de Pensão!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): 1200 pessoas é um foguetório?!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra para o Sr. Deputado do CDS-PP, Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Neste caso, nem que fosse 100 pessoas era positiva a medida.

Deputada Zuraída Soares (BE): Nem que fosse uma!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Nem que fosse uma pessoa era positiva a medida.

Nessa perspetiva a mim não me incomoda o foguetório. A mim o que me agrada é que, efetivamente, é corrigida de algum modo uma injustiça.

Se essa injustiça é corrigida, e se foi pelo Governo Regional exercendo autonomia e exercendo o governo dos Açores, por mim deixa-me muito satisfeito e naturalmente que o CDS apoiará essa medida e votará favoravelmente essa alteração.

Como várias vezes também aqui criticamos o Governo Regional quando achamos que não está bem, quando achamos que não fez aquilo que era seu dever na defesa dos interesses autonómicos, neste caso o Governo cumpriu e

bem, corrigiu uma injustiça, que reconhecemos, feita pelo Governo da República e pelo Sr. Ministro das Finanças.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Não só o Ministro das Finanças! Foi por todos!

O Orador: Portanto, vamos votar favoravelmente essa medida.

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Não foi aprovada em Conselho de Ministros? O Ministro Paulo Portas não aprovou?

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Se quiser do Ministro Mota Soares eu tenho aqui!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não tenho mais nenhuma inscrição para o debate.

Vamos passar para a votação na generalidade da Proposta de DLR n.º 8/X - “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional ao salário mínimo, do Complemento Regional de Pensão e da Remuneração Complementar”.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor agradeceia que se mantivessem como estão.

Secretária: A Proposta de DLR foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

Passamos para a especialidade.

Não sei se alguém quer fazer alguma intervenção sobre algum artigo?

Não havendo inscrições, passamos para a votação.

Pergunto à câmara se posso pôr à votação em conjunto os três artigos do diploma?

Havendo concordância por parte da câmara, vamos votar os artigos 1.º, 2.º (n.º 1 e n.º 2) e 3.º da Proposta DLR n.º 8/X - “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, que estabelece o regime jurídico da

atribuição do acréscimo regional ao salário mínimo, do Complemento Regional de Pensão e da Remuneração Complementar”.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor agradecia que se mantivessem como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos para a votação final global da Proposta DLR nº 8/X - “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional ao salário mínimo, do Complemento Regional de Pensão e da Remuneração Complementar”.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor agradecia que se mantivessem como estão.

Secretária: Em votação final global, a Proposta de DLR foi aprovada por unanimidade.

Presidente: O Sr. Deputado António Marinho pede a palavra para?

Deputado António Marinho (PSD): Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: Muito obrigado.

Está concedido. Às vinte para as sete estaremos aqui novamente para dar continuidade à nossa sessão.

Até já.

Eram 18 horas e 10 minutos.

Presidente: Mais uma vez, boa tarde aos Srs. Deputados.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 51 minutos.

Vamos dar início ao ponto nº 8 da nossa Agenda: **pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 26/X –**

“Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pelo cumprimento do princípio da solidariedade nacional face aos prejuízos causados pelas intempéries que assolaram a região recentemente”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Não sei se algum Sr. Deputado do Partido Socialista quer apresentar a urgência.

Não havendo inscrições, vamos passar de imediato à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor agradecia que se mantivessem como estão.

Secretária: O pedido de dispensa de exame em comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Aprovado o pedido de urgência vamos passar para o debate do **Projeto de Resolução n.º 26/X – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pelo cumprimento do princípio da solidariedade nacional face aos prejuízos causados pelas intempéries que assolaram a região recentemente”**, que se rege, como combinado na Conferência de Líderes, pelo artigo 132º.

O Governo Regional tem 25 minutos;

O Partido Socialista tem 25 minutos;

O PSD tem 20 minutos;

O PP tem 13 minutos;

O Bloco de Esquerda tem 10 minutos;

O PCP tem 10 minutos;

O PPM tem 10 minutos.

O Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

Presidente: Está concedida.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Se era possível, antes do início da discussão deste diploma, ao Governo distribuir a esta câmara, aos Grupos e Representações Parlamentares (acho que era de extrema utilidade para esta discussão que aqui vamos ter) a carta que enviou ao Governo da República?

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Artur, julgo que estamos em pleno debate.

Vamos perguntar ao Governo dessa disponibilidade.

Sr. Presidente do Governo, tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, com gosto, naturalmente. É só uma questão de obter o exemplar da carta.

Presidente: Desculpe, Sr. Presidente. Não percebi.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Com gosto, fornecemos cópia da carta que foi enviada ao Sr. Primeiro-Ministro. É só uma questão de a pedir a Ponta Delgada.

Se o Sr. Deputado Artur Lima quiser pedir um intervalo regimental...

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Exatamente, Sr. Presidente, para pedir um intervalo regimental. Não sei se 15 minutos ou 30 minutos, Sr. Presidente?

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): De 30.

O Orador: De 30 minutos. Ficamos à espera que o Governo distribua a carta.

Presidente: Muito obrigado.

Vamos voltar ao trabalhos às 7 horas e 20 minutos.

Eram 18 horas e 54 minutos.

Presidente: Mais uma vez boa tarde.

Eram 19 horas e 35 minutos.

Agradecia que os Srs. Deputados ocupassem os seus lugares.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O documento solicitado já está distribuído por todos os Srs. Deputados.

A Sra. Deputada Zuraída Soares pede a palavra para?

(*) **Deputada Zuraída Soares (CDS-PP):** Para uma interpelação à Mesa.

Sr. Vice-Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Agradecia aos líderes dos grupos e das representações parlamentares e ao Sr. Vice-Presidente que se aproximassem da Mesa.

(Pausa)

Mais uma vez, boa tarde aos Srs. Deputados.

Depois de uma pequena reunião com os líderes dos grupos e das representações parlamentares, ficou decidido que vamos retomar os trabalhos amanhã às 10 horas, atendendo à hora tardia do recomeço.

Muito obrigado a todos.

Bom jantar. Até amanhã às 10 horas, já com a Sra. Presidente.

Boa noite.

Eram 19 horas e 38 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Arlinda Maria Focha Nunes

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Iasalde Fraga Nunes

Luís Carlos Martins Maciel

Partido Social Democrata (PSD)

Jorge Manuel de Almada Macedo

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Duarte Manuel Braga Moreira

José António Vieira da Silva Contente

Partido Social Democrata (PSD)

Renato Jonas de Sousa Linhares Cordeiro

(*) Texto não revisto pelo orador.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco